



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇOS SOCIAL

Raffaella Canini

A CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: LIMITES E DESAFIOS DA
ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL

JOÃO PESSOA

2013

Raffaella Canini

**A CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: LIMITES E DESAFIOS DA
ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Souza Vieira

JOÃO PESSOA,

2013

C223c Canini, Raffaella.

A convivência familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: limites e desafios da atuação do/a assistente social / Raffaella Canini.- João Pessoa, 2013 .

188f.

Orientadora: Maria do Socorro de Souza Vieira

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA

1. Serviço social. 2. Convivência familiar. 3. Exercício profissional - assistente social. 4. Serviço social - políticas públicas

UFPB/BC

CDU: 36(043)

Raffaella Canini

**A CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: LIMITES E DESAFIOS DA
ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL**

Dissertação submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de: Mestre em Serviço Social. Atendendo às normas da Legislação vigente da Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Souza Vieira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Presidente da Banca

Prof.^a Dr.^a Cleonice Lopes Nogueira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Primeira Examinadora

Prof.^a Dr.^a Nívia Cristiane Pereira da Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Segunda Examinadora (Externa)

Dedico este trabalho ao meu esposo, que com
muito carinho, sempre me apoiou e incentivou
nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao meu esposo, companheiro de vida, que sempre apoiou as minhas escolhas e compartilhou angústias e prazeres.

À minha orientadora, Maria do Socorro de Souza Vieira, que aceitou o desafio de orientar esse trabalho, pelos ensinamentos, pela competência e pelo acompanhamento durante todo o processo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB/PB e aos professores do programa que contribuíram no aprendizado e qualificaram a minha atuação profissional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio na realização deste trabalho.

Aos/as profissionais das Instituições de Acolhimento para crianças e adolescentes, pela aceitação e disponibilidade da entrevista, pela acolhida e troca de experiências, contribuindo na realização deste estudo.

Às professoras Cleonice Lopes Nogueira e Nívia Cristiane Pereira da Silva, pelo aceite do convite para compor a Banca Examinadora.

Ao Grupo de Pesquisa sobre “As Instituições de Acolhimento de João Pessoa/PB: avanços e perspectivas Pós-Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária” pela acolhida, pelo aprendizado, contribuindo na minha qualificação profissional.

Às colegas do Mestrado, Antônia e Klênia, agradeço pela amizade, pelo companheirismo e troca de experiências, compartilhando comigo momentos de angústia e descontração.

CANINI, Raffaella. **A Convivência Familiar de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional: Limites e desafios da atuação do/a Assistente Social.** João Pessoa: UFPB/PPGSS, 2013. (Dissertação de Mestrado)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a atuação do/a Assistente Social nas instituições de acolhimento localizadas no município de João Pessoa/PB, responsável pelo trabalho com família de crianças e adolescentes afastadas do convívio familiar. Visa conhecer o perfil do/a profissional, apreender os limites e desafios postos pelas instituições e pela conjuntura nacional e internacional, assim como, entender os processos interventivos do/a profissional na efetivação da convivência familiar. A análise tem como fio norteador o método histórico-dialético, partindo de fatos concretos, que não acontecem por eles mesmos, mas em relação com a sociedade na qual está inserida e suas condições de produção e contradições sociais que refletem na prática cotidiana do/a Assistente Social, nosso foco de análise. Destaca-se a centralidade da perspectiva qualitativa, embora contenha elementos quantitativos. Foram realizadas entrevistas estruturadas com doze Assistentes Sociais que proporcionaram informações sobre a dinâmica do trabalho e atividades exercidas para garantir a convivência familiar. Os dados demonstraram que, apesar dos avanços em termos legislativos, as ações realizadas pelo/a profissional às famílias, à criança e ao adolescente, não são suficientes, mas respondem às exigências imediatas da instituição e do Estado em manter a condição de subalternidade delas, submetidas à exigência do processo produtivo do capital. O/A profissional necessita rever sua intervenção através de um processo reflexivo sobre a realidade, e a partir daí, planejar ações muito mais profundas no fortalecimento dos/as usuários/as do serviço de Alta Complexidade.

Palavras-chave: Convivência familiar. Exercício Profissional. Serviço Social. Políticas Públicas.

CANINI, Raffaella. **A Living Family of Children in Institutional Shelter: Limits and challenges of the Social Worker.** Joao Pessoa: UFPB / PPGSS, 2013. (Master thesis)

ABSTRACT

This paper aims to analyze the performance of the / Social Worker who works in the host institutions located in the city of João Pessoa responsible for working with families of children and adolescents away from family. Also aims to know the profile / he, grasping the limits and challenges faced by institutions and current situation nationally and internationally, as well as understand the processes of interventional / a professional in the execution of family. The study has as its central element of the historical-dialectical, from facts that do not happen by themselves, but in relation to the society in which it operates, and its conditions of production and social contradictions that reflect the everyday practice of / Social Worker, the focus of our analysis. Highlights the centrality of qualitative perspective, although it contains quantitative elements. Structured interviews were conducted with twelve social workers who provided information on the dynamics of work and activities performed to ensure family living. The data showed that, despite advances in legislative terms, the actions taken by / a professional families and children and adolescents are not enough, but respond to the immediate demands of the institution and the State to maintain the condition of their inferiority, submitted the requirement of the production process of capital. O / A professional needs to review its intervention through a reflective process about reality and plan much deeper in strengthening / the user / service the High Complexity.

Key words: Professional Practice. Public Policy. Family. Social Work.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Sexo dos/as profissionais entrevistados/as. João Pessoa/PB. Período 2012 - 2013.	111
Gráfico 02	Faixa etária dos/as profissionais entrevistados/as. João Pessoa/PB. Período 2012 - 2013	112
Gráfico 03	Ano de formação dos/as profissionais entrevistadas. João Pessoa/PB. Período 2012- 2013	113
Gráfico 04	Nível de Pós-Graduação dos/as profissionais entrevistados/as. João Pessoas/PB. Período 2012 – 2013	114
Gráfico 05	Tempo de trabalho dos/as profissionais na Instituição. João Pessoa/PB. Período 2012 - 2013	115
Gráfico 06	Vínculo empregatício do/as profissional na Instituição. João Pessoa/PB. Período 2012 – 2013	116
Gráfico 07	Renda salarial dos/as profissionais entrevistados/as. João Pessoa/PB. Período 2012 - 2013	117

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AI – Ato Institucional
BM – Banco Mundial
BPF – Benefício Bolsa Família
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CDC – Convenção Internacional dos Direitos da Criança
CEAS – Centro de Estudos para Ação Social
CF – Constituição Federal
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FCBIA – Fundação Centro Brasileiro para a Infância e o Adolescente
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FUNDAC – Fundação da Criança e do Adolescente
FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNMRR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária

PNBEM – Política Nacional de Bem Estar do Menor

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SAM – Serviço de Assistência à Menores

SEDES – Secretaria de Assistência Social

SDH – Secretaria de Direitos Humanos

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SEPACOP – Setor de Estudos e Pesquisa em Análises de Conjuntura e Políticas Sociais

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFAL – Universidade de Alagoas

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. SERVIÇO SOCIAL E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS	17
1.1 O Serviço Social frente às mudanças da sociedade: um resgate histórico	17
O Serviço Social e os desafios na Contemporaneidade	
2. COTIDIANO E SERVIÇO SOCIAL	44
2.1 O cotidiano: estrutura e características	44
2.1.1 Alienação e cotidiano na sociedade capitalista	51
2.2 Apreensão do cotidiano e as dimensões da prática profissional	57
2.2.1 Instrumentos e técnicas no cotidiano do/a Assistente Social	64
2.3 A condição de trabalhador assalariado do/a Assistente Social	70
3. A POLÍTICA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	78
3.1 Caminhos percorridos pela política de atenção à infância e juventude	78
3.1.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Doutrina da Proteção Integral	89
3.2 O Programa de Acolhimento Institucional à luz da atual Política de Proteção Social	96
3.2.1 A Nova Lei da Adoção e da Convivência Familiar	104
4. A CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: LIMITES E DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL	110
4.1 O processo investigativo da pesquisa	110
4.2 Conhecendo os/as Assistentes Sociais	114
4.3 Acolhimento Institucional e Convivência Familiar: novos desafios à prática profissional na visão do/a Assistente Social	120

4.3.1	A compreensão do/a Assistentes Sociais sobre a convivência familiar e o papel da família para a sua efetivação	120
4.3.2	O papel da Instituição de Acolhimento, as exigências institucionais e as novas demandas para o Serviço Social na visão do/a Assistente Social.	125
4.4	O processo interventivo dos/as Assistentes Sociais nas Instituições de Acolhimento	132
4.4.1	Planejamento das ações do/a Assistente Social no Acolhimento Institucional	132
4.4.2	Ações realizadas pelo/a Assistente Social para a efetivação da Convivência Familiar	140
4.4.3	Condições estruturais das Instituições de Acolhimento	151
4.4.4	Articulação institucional: possibilidades e desafios à prática dos/as Assistentes Sociais	153
4.4.5	Condições de trabalho do/a Assistente Social nas Instituições de Acolhimento	158
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
	REFERÊNCIAS	172
	APÊNDICES	181
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECID	182
	ANEXOS	185
	ANEXO A – PARECER DO CEP	186

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa a atuação do/a assistente social na efetivação da convivência familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. O interesse por investigar a intervenção profissional parte, primeiramente, de uma experiência de pesquisa realizada em João Pessoa, no ano de 2005, nas instituições de acolhimento.

O estudo citado permitiu um conhecimento maior sobre a realidade de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. O que chamou a atenção foi a constatação da existência do vínculo com a família, porém, meninos e meninas eram mantidos/as afastados de seu lar por um longo período e nada era concretizado para que voltassem às suas famílias ou, quando não era possível, para famílias substitutas. Portanto, as crianças e os adolescentes eram privados de um convívio familiar, impossibilitados de reestabelecer relações com a família de origem ou com outros indivíduos.

A outra experiência que motivou o interesse pelo tema foi a participação direta da pesquisadora no programa de acolhimento familiar, como coordenadora e assistente social. Trata-se de um trabalho que exigia do/a profissional um planejamento minucioso e reflexivo sobre as estratégias e ações na intervenção com a família, no intuito de fortalecer os vínculos afetivos com suas crianças e adolescentes.

Para essa prática, se faz necessário o entendimento de que a família é uma realidade complexa, contraditória, composta por indivíduos em que o cotidiano, numa situação de penúria e pobreza, transforma-se num fardo pesado, uma busca implacável para a própria sobrevivência.

O debate sobre a convivência familiar e o trabalho com famílias tomou fôlego a partir do Levantamento Nacional de Abrigo para Crianças e Adolescentes da Rede de Ação Continuada realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em que foi constatada a presença de 20 mil crianças e adolescentes nas 558 instituições de acolhimento pesquisadas e financiadas por recursos federais.

O Levantamento mencionado evidenciou o longo período de acolhimento e os motivos que se resumiam na condição de pobreza das famílias. Situação esta

que contrariava os dispositivos do Estatuto, uma vez que a separação da criança e do adolescente de sua família não deve acontecer por motivos materiais.

A mesma pesquisa foi realizada em João Pessoa através da Rede Margarida Pró-Criança e Adolescente (REMAR) em parceria com o Setor de Estudos e Pesquisa em Análises de Conjuntura e Políticas Sociais (SEPACOPS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O estudo realizado em 2005, nas 17 instituições existentes na grande João Pessoa, possibilitou conhecer a realidade das crianças e adolescentes acolhidos/as, evidenciando dados parecidos com o Levantamento Nacional.

Nesses termos, constatou-se a existência de mais da metade das crianças e dos adolescentes com vínculo familiar e poucas ações para fortalecer laços e vínculos afetivos, limitadas às visitas domiciliares e a pouca inserção das famílias em programas de proteção (ALMEIDA; NEVES; XAVIER, 2008).

As pesquisas apontadas mostram as negligências por parte do Estado e das instituições no que tange à convivência familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional e a falta de proteção da família.

Perante essa realidade, e seguindo diretrizes internacionais sancionadas pela Convenção dos Direitos da Criança, o Brasil aprovou em 2006 o Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e promulgou a Lei nº 12010/2009 salientando a importância da convivência familiar e a necessidades de que o trabalho com famílias de origem deverá resgatar a sua condição de sujeitos sociais e que as crianças e adolescentes acolhidos/as retornem às suas famílias em tempo breve.

Portanto, a responsabilidade das instituições de acolhimento é oferecer programas de manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares em vista a um retorno à família de origem e, quando não é possível, a inserção em família substituta. Em prol disto, a legislação determina a obrigatoriedade de uma equipe técnica nas instituições, com o intuito de trabalhar a família, fortalecer os vínculos familiares e promover a convivência familiar. Conforme a NOB-RH/SUAS (MDS, 2011), o/a assistente social é o profissional que integra as equipes técnicas das instituições, tornando-se responsável para o trabalho com as crianças e adolescentes e suas famílias.

O Serviço Social é inserido na divisão sócio técnica do trabalho para intervir nas expressões da questão social, por meio da implementação de políticas públicas

(IAMAMOTO, 1998). Através de um processo histórico de amadurecimento e organização, a profissão conseguiu romper com as concepções conservadoras da sociedade que marcaram a intervenção profissional desde sua origem, revelando-se contrária ao projeto societário existente, defendendo os interesses da classe trabalhadora, a defesa dos direitos humanos e a universalidade de acesso aos serviços e programas inerentes às políticas sociais.

Essa condição permitiu a construção de um projeto ético político em consonância com um projeto societário que caminha em direção à liberdade e à emancipação humana. Desta forma, a intervenção profissional está vinculada ao projeto profissional e a um projeto de sociedade que, através de fundamentos teóricos, valores e princípios éticos, ganha intencionalidade e supera a mera aplicação do conhecimento ou regras e leis, como se fossem receituários.

O Serviço Social concretiza sua intervenção no cotidiano a partir de respostas efetivas às demandas que se apresentam, podendo modificar “a vida de todos os dias” da população mais desfavorecida. O cotidiano, para Agnes Heller (2008), é repetitivo, rotineiro, sua estrutura dificulta uma reflexão mais crítica sobre a realidade. Mesmo assim, faz parte de um devir histórico, um movimento que abre caminhos para alterações e mudanças a partir do mundo concreto dos indivíduos!

A atuação do/a assistente social é influenciada pelo cotidiano, pelo ritmo exigente de uma sociedade em que as relações humanas transformam-se em relações entre mercadorias, classificando-a numa sociedade que inverteu o sentido do trabalho, tornando-o o “algoz” do homem e a liberdade em liberdade do indivíduo para vender sua força de trabalho em troca de sua sobrevivência.

Por conseguinte, o/a profissional encontra-se constantemente tensionado entre uma realidade excludente, moldada pelo modo de produção capitalista, as exigências institucionais e uma ação profissional que deve responder ao projeto ético e político da profissão.

Apesar do contexto desafiador, o/a assistente social adquiriu competência para sair do imediatismo e apreender a realidade na sua totalidade e no seu movimento dialético, uma competência crítica que reflete sobre a relação existente entre a estrutura fundante da sociedade e a trajetória dos indivíduos nas relações cotidianas.

O/A profissional é capacitado/a teoricamente para estabelecer os pressupostos da ação, analisar para entender e explicar determinadas situações

conjunturais, propondo, assim, alternativas junto aos usuários. Somente através deste caminho é possível superar uma intervenção técnica e burocrática, condicionada aos objetivos da instituição, saindo de uma concepção em que os sujeitos e as famílias eram observados pelo viés moralista e patológico, localizando os problemas internamente ao núcleo familiar, considerado incapaz de cuidar e educar seus membros.

Essa percepção de família e de sociedade marcou a história de crianças e adolescentes, que, devido às próprias condições de pobreza e miserabilidade, eram “internadas” nas instituições por longos anos e submetidas às situações de violências, maus tratos e medidas corretivas por parte dos/as profissionais que trabalhavam naquele espaço.

Uma nova concepção de crianças e adolescentes, bem como novos paradigmas, modificou o atendimento a esse segmento social, agora considerado sujeito de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento, necessitando de referências estáveis e relações significativas que possam acompanhá-los pela “caminhada da vida”.

Perante essas mudanças e devido aos resultados das pesquisas sinalizadas anteriormente, a convivência familiar tornou-se objetivo principal das instituições de acolhimento e a família sujeito fundamental das políticas sociais, segundo as Orientações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Sendo assim, o objetivo principal do estudo é analisar a prática profissional na efetivação da convivência familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional à luz das novas normativas estabelecidas. A pesquisa contempla todos/as os/as assistentes sociais que trabalham nas instituições de acolhimento existentes no município de João Pessoa.

Os objetivos específicos, além de conhecer os perfis do/a assistente social, procuram apreender os limites e desafios postos pelas instituições e pela conjuntura atual nacional e internacional, assim como, entender os processos interventivos do/a profissional na efetivação da convivência familiar, tendo por base um entendimento de família e do papel da instituição de acolhimento.

A temática enfocada requer uma abordagem qualitativa, embora proporcione também elementos quantitativos, possibilitando compreender e explicar os processos dinâmicos, objetivos e subjetivos das relações humanas, isto é, da totalidade dinâmica na sua contradição e mediação.

A organização do trabalho foi distribuída em quatro Capítulos, para melhor compreensão e exposição dos assuntos escolhidos, culminando com a análise dos resultados da pesquisa.

O primeiro Capítulo aborda a historicidade do Serviço Social, seus diferentes momentos, acompanhando o processo histórico da institucionalização da profissão no período do capitalismo em sua fase monopolista, suas conquistas, como a aprovação do novo projeto ético político da profissão, a elaboração do Código de Ética e a Lei da Regulamentação da Profissão de 1993.

O segundo Capítulo apresenta uma abordagem sobre a categoria teórica cotidiana, resgatando sua estrutura e suas características, um cotidiano conformado por uma dinâmica capitalista, influenciando o mundo do trabalho. Neste capítulo resgata-se o/a profissional enquanto trabalhador assalariado e profissional “por excelência” na execução de políticas públicas, por fim, uma discussão inicial sobre as dimensões da prática profissional e seus instrumentos.

No terceiro Capítulo, estrutura-se o caminho percorrido pela política de institucionalização de crianças e adolescentes e a inserção do Serviço Social, apresentando ainda, as novas resoluções que fundamentam a atual política de atendimento à criança e ao adolescente.

No quarto e último Capítulo estão explicados o percurso metodológico da pesquisa e os resultados, tendo como foco a atuação do/a assistente social nos serviços de Alta Complexidade do município de João Pessoa.

O estudo oportunizará uma contribuição significativa para o campo do Serviço Social, apresentando reflexões sobre limites e possibilidade da atuação profissional nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes na efetivação da convivência familiar. Uma oportunidade para repensar o papel do/a profissional junto aos usuários/as e às famílias, na perspectiva de viabilizar ações coletivas refletidas em conjunto, a partir das reais demandas dos sujeitos, único caminho que condiz com os pressupostos da categoria e que consolida o projeto ético político da profissão.

1. SERVIÇO SOCIAL E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS

Este capítulo descreve o caminho realizado pelo Serviço Social numa sociedade em constante mudança e moldada por sua estrutura econômica, sobre as bases do modo de produção capitalista. O Serviço Social, chamado principalmente a intervir nas manifestações causadas por este modelo econômico, ganhou legitimidade em diferentes espaços ocupacionais, adquirindo habilidades e competências que o qualificam para efetivar uma leitura da realidade de forma crítica e aprofundada. O processo histórico para alcançar este nível foi árduo, vinculado desde sua origem ao pensamento conservador da igreja católica e do positivismo, embora, ainda hoje, esteja presente sutilmente no interior da categoria. Apesar disso, a profissão conseguiu avançar, mudando seus valores e princípios e elaborando seu projeto ético político condizente com um projeto societário que vai além de uma sociedade de classe.

1.1 O Serviço Social frente às mudanças da sociedade: um resgate histórico

Concorda-se com a linha de pensamento de que o Serviço Social é o resultado de um processo histórico e de luta de classe¹, se caracterizando como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, no momento em que a atual organização da sociedade sucede ao desenvolvimento industrial, especificamente na sua fase monopolista.

Nesse sentido, a institucionalização da profissão está vinculada ao modo de produção capitalista, a partir do momento em que profissionais especializados são requisitados pelo Estado na execução de políticas sociais. Estas se tornam

¹ O texto de Montañó (2006) sobre a gênese do Serviço Social esclarece os diferentes posicionamentos teóricos no seio da profissão sobre esta questão. A 1ª tese trabalha o surgimento do Serviço Social a partir de uma perspectiva endogenista, em contrapartida, a perspectiva histórico-crítica afirma o surgimento do Serviço Social como resultado “dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à questão social” (p. 30).

instrumentos fundamentais do Estado na intervenção direta às sequelas da questão social.

Entende-se por questão social a manifestação da contradição inerente à relação capital *versus* trabalho, na afirmação de lamamoto; Carvalho (2000):

[...] é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado do trabalho, através de legislação social e trabalhista específica, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade (CARVALHO, 200 p.77).

Conforme os autores, para apreender o processo histórico consideram-se o protagonismo político dos trabalhadores e suas lutas em defesa de uma vida mais digna e menos sofridora, uma vez que, tomando consciência da própria situação de pobreza e de sujeitos explorados, exigiam mudanças das condições de trabalho, pondo em desequilíbrio a organização societária.

Embora o século XIX, em comparação ao século XX, foi considerado um período sem grandes turbulências sociais (POLANYI, 1974), este período, na Europa, representa um momento histórico em que o capitalismo deixa de ser concorrencial e assume sua fase dos monopólios, seguindo sua lógica interna na busca e concentração dos lucros. Decerto, umas das forças que movimentam a economia capitalista é a expansão e a busca de novos mercados, o emprego de tecnologias sempre mais sofisticadas e a concentração dos lucros, além da possibilidade em usufruir de mão de obra livre para poder ser contratada e explorada. É neste momento histórico que as empresas superam as fronteiras nacionais em busca de mercados internacionais, começando uma verdadeira corrida à partilha do mundo, controlando ramos específicos da produção industrial: “a livre concorrência é convertida em uma luta de vida ou de morte entre os grupos monopolistas e entre eles e os outros, nos setores ainda não monopolizados” (NETTO, 1996, p.19).

O novo formato da economia capitalista liderado pela burguesia exige uma instituição estatal com poder para legitimar este sistema e assegurar os lucros. Conseqüentemente, a classe com o controle dos meios de produção, assume o comando da sociedade e responsabiliza-se não somente por questões econômicas, mas também pela regulação e organização da vida em sociedade. É neste contexto que o Estado torna-se empresário, gerindo empresas de produções estratégicas, desenvolvendo pesquisas científicas na melhoria da produção e assumindo a preparação, manutenção e reprodução da força trabalho, através de políticas específicas como a educação do trabalhador por meio de escolas profissionalizantes, ajuda de custo para o mantimento dos filhos com o salário família, entre outros.

Lembre-se que a intervenção sobre as sequelas da questão social, no capitalismo concorrencial, acontecia através de uma repressão policial das massas exploradas, mas ainda não sistemática, sem constituir-se em uma política por parte do Estado. Agora, a preservação e o controle da classe trabalhadora passam a ser uma prioridade de Estado, legitimando e incorporando politicamente este sujeito histórico, que avançava na sociedade, buscando e validando seus direitos sociais. Portanto, a conquista de direitos sociais e civis pela classe trabalhadora e a institucionalização destes por parte do Estado, se deve a um conjunto de forças sociais que direcionou a organização da sociedade numa perspectiva de equilíbrio social.

O Estado intervém como elemento de coesão, integrando a nova força política à sociedade e tornando seus membros cidadãos. O texto clássico de Marshall (1976), "Cidadania, classes social e status", descreve e analisa claramente este processo a partir da realidade inglesa, numa perspectiva de redução de desigualdades:

A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas a sociedade nas quais, a cidadania, uma instituição em desenvolvimento cria uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medida e em relação à qual a inspiração pode ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria prima do

status e um aumento no número daqueles a quem é conferido o *status*. (MARSHALL, 1976, p. 76).

A citação acima mostra o pacto constituído entre os trabalhadores e o capital, tendo como alicerce ao mesmo tempo a conquista e a concessão de direitos, objetivando a busca do consenso e a integração à sociedade burguesa dos indivíduos livres, que adquiriram a condição de cidadãos. Assim sendo, o significado de cidadania relaciona-se com a possibilidade de usufruir direitos conquistados e concedidos pelo Estado, condição para o indivíduo ser incluído nas relações societárias. Automaticamente, a sociedade constituída é legitimada pelos cidadãos, que constroem e alimentam um sentimento de compromisso e lealdade com o Estado e o modo de organização das relações sociais e econômicas.

Conforme assevera Netto (1996),

O capitalismo monopolista pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demanda das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas (NETTO, 1996, p.28).

A moldura política criada pelo capitalismo, tendo como forma de governo a democracia, possibilita a intervenção do Estado, de forma contínua e sistemática, por meio da execução de políticas sociais, numa perspectiva de amenizar e administrar as consequências da questão social e legitimar a ordem sociopolítica vigente.

Pastorini (2009, *apud* MONTAÑO, 2009) salienta a contraditoriedade das políticas sociais e suas diferentes funções, tendo em vista o caráter social, por meio de programas e serviços à população, articulado à função política, de integrar a classe trabalhadora, proporcionando um contexto favorável para legitimar o *status quo*, e econômica, reduzindo o custo da reprodução da classe trabalhadora por parte do empresariado, favorecendo o consumo e a acumulação do capital.

Portanto, as políticas sociais não podem ser concebidas como mera concessão da classe dominante, mas, a penetração das classes mais desamparadas as torna um espaço contraditório, de luta por melhorias de vidas e conquistas sociais, tendo em vista que a construção do Estado de Bem Estar Social

não acontece de forma igual e homogênea, mas dependendo da correlação de forças e peculiaridades de cada país.

Como um bom administrador, a intervenção estatal sobre a questão social acontece através de procedimentos racionais, segmentando e fragmentando a sociedade em problemas a serem solucionados separadamente, isolados e fora de um contexto histórico, social e econômico determinado. A questão social é entendida como problemas individuais e desvios de comportamentos, que devem ser controlados e revistos para uma reintegração social.

Por isso, apesar de ter conseguido tornar pública a intervenção sobre as mazelas da questão social, a responsabilidade maior recai sobre o indivíduo, pois o fracasso ou sucesso do sujeito depende de seu comportamento individual, merecedor ou não da atenção do Estado. Assim sendo, para Netto (1996) a pobreza reverte-se em uma questão individual e familiar:

O redimensionamento do Estado burguês no capitalismo monopolista em face da “questão social” simultaneamente corta e recupera o ideário liberal – *corta-o*, intervindo através de políticas sociais; *recupera-o*, debitando a continuidade das suas sequelas aos indivíduos por elas afetados (NETTO 1966, p.32). (Grifos do autor)

Segundo o autor supracitado, o cotidiano e a esfera privada do indivíduo se transformam em foco das atenções das políticas sociais, espaço responsabilizado pelas sequelas da relação capital e trabalho, objeto de intervenção do Serviço Social.

O/A assistente social é o profissional por excelência na execução de políticas sociais através de serviços e projetos, atuando na reprodução e manutenção da força de trabalho, atendendo as demandas do capital, e, por outro lado, respondendo às exigências da população mais desfavorecidas, que necessitam destes serviços para sobreviver, realidade que marca a contradição da intervenção profissional entre diferentes interesses de classe.

No Brasil, o Serviço Social se consolida tendo em sua base a doutrina social da igreja católica e o pensamento positivista. Foi a partir da década de 40, que a profissão é legitimada e requisitada pelo Estado e empresariado no enfrentamento da questão social. Foi neste período que o Estado, sob o governo paternalista e assistencialista de Getúlio Vargas, consolida uma série de medidas populares, como

as Leis Trabalhistas (CLT) e o salário mínimo, para controlar e organizar os trabalhadores.

Ao reconhecer a legitimidade da questão social no âmbito das relações entre capital e trabalho, o governo Vargas buscou enquadrá-lo juridicamente, visando à desmobilização da classe operária e a regulação das tensões entre as classes sociais. O Estado brasileiro transformou a questão social em problema de administração, desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional (YAZBEK, 2009, p.128).

Entende-se o momento histórico como um período em que o poder público procurava administrar os conflitos advindos da relação capital e trabalho e que resultou, principalmente devido à concessão de direitos trabalhistas, no que Santos (1985) descreve como cidadania regulada, ou seja, uma cidadania relacionada ao emprego do indivíduo, “[...] cidadania cujas raízes encontram-se não num código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional [...]” (YAZBEK, 2009, p.75).

Conforme Yamamoto; Carvalho (2000), a Igreja católica foi a responsável pelo processo de formação dos/as primeiros/as assistentes sociais. As leituras que embasavam a ação prática dos/as profissionais originam-se da Doutrina Social da Igreja Católica, um conjunto de escritos, encíclicas, declarações, cartas, entre outros, que compõem o pensamento da igreja sobre a sociedade e a questão social.

Os principais documentos são encontrados entre as Encíclicas Sociais, dentre as quais a *Rerum Novarum* de Leão XIII (1891) e a *Quadragesimo Anno* de Pio XI (1931). As duas Encíclicas condenavam os abusos do livre mercado e apregoavam a restauração de valores morais e da justiça social através de um espírito de colaboração e solidariedade entre patrão e trabalhador.

Lembre-se que os mais importantes doutrinadores da Igreja foram Santo Agostinho, que analisou e organizou o pensamento de Platão², acreditando na divisão do homem entre alma e corpo³ e São Tomás de Aquino⁴, que conferiu uma

² Platão e Aristóteles são pensadores da filosofia clássica grega. Platão acredita na separação entre corpo e alma e, contrariamente, Aristóteles introduz o conceito de homem sendo corpo e alma (VOCABULÁRIO TÉCNICO E CRÍTICO DA FILOSOFIA, 1993).

³ Santo Agostinho, a partir das ideias de Platão, reconhece duas formas de conhecimento: o conhecimento verdadeiro, oriundo de um ser supremo que orienta o comportamento, os valores e tudo que se refere ao mundo concreto dos indivíduos e o conhecimento sensível, da realidade imperfeita dos homens, das aparências enganosas da realidade (BAPTISTA; BATTINI, 2009).

sólida base filosófica para a teologia escolástica ao introduzir o materialismo aristotélico e, por isso, acreditando na relação e na unidade entre corpo e alma⁵.

Assim, a questão social é enfrentada tendo por base o pensamento filosófico e teológico católico, numa perspectiva humanizadora. É através de Jaques Mauritian, filósofo francês, que se renova o pensamento tomista no século XX, principalmente a tradição católica franco-belga, propondo um humanismo integral e solidário, apoiando-se na noção do bem comum, “o conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um dos seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição”⁶.

Também, o Serviço Social recebe a influência do pensamento positivista (COMTE, 2001, DURKHEIM, 1998), amplamente difuso nos Estados Unidos, principalmente o enfoque metodológico da psicologia e da sociologia. Deste modo, ainda permanecendo uma forte influência da Igreja católica, os/as primeiros/as profissionais entendiam a necessidade de um aperfeiçoamento teórico e técnico, difundido no pensamento de que era necessário organizar a “ajudas e a assistências” aos indivíduos, intervindo, assim, sobre demandas postas pela classe trabalhadora.

O pensamento positivista eleva a primazia da atitude empírica, o tratamento matemático e lógico dos fatos e a prova empírica são as fontes exclusivas do conhecimento científico. Conforme Dantas (1992), o conceito de função, originário das ciências biológicas, deu origem à teoria e métodos funcionalistas e comportamentais aplicado à realidade e ao cotidiano dos indivíduos que se propõem a trabalhar o comportamento e o controle do indivíduo na sociedade, numa perspectiva integradora e de equilíbrio social.

Adverte-se que o funcionalismo foi à perspectiva teórica que mais influenciou o Serviço Social. Esta relação se deve ao intercâmbio entre o Serviço Social norte americano com o brasileiro, por meio de bolsas de estudos oferecidas aos estudantes brasileiros.

⁴ São Tomás de Aquino foi o maior representante da Escolástica, o último período do pensamento cristão medieval.

⁵ O pensamento de São Tomás de Aquino foi fundamental, abrindo caminho para as teorias iluministas e a supremacia da razão (BAPTISTA, 2009).

⁶ Anotações de aulas ministradas pela Prof.^a Dra. Bernadete de Almeida no período 2011.2, na disciplina de Tendências Teórico-Methodológicas do Serviço Social: evolução histórica, no Curso de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Para o funcionalismo, a sociedade é o conjunto das partes, que se integram e se relacionam possibilitando um processo integrador, interconexo e de equilíbrio social. Portanto, a estabilidade é consequência da função que cada parte assume perante este sistema, sem causar mudanças e modificações que possam desestabilizar o contexto criado.

Talcott Parsons, sociólogo norte americano, foi um dos teóricos que mais escreveu sobre o funcionalismo. A situação social, política e econômica do período pós- segunda guerra fez com que a leitura das teorias proporcionasse uma fundamentação ao processo de reconstrução social em andamento. Uma reorganização e administração que evitasse os conflitos e possíveis desequilíbrios sociais. De acordo com Ribeiro (2006),

Parsons acreditava ser possível um aperfeiçoamento gradual do capitalismo mundial, o qual reconhecia ser imperfeito. Para tanto, constrói uma teoria que enfatiza de maneira aguda o esforço individual e a ação ativa dos fatores sociais. Ao invés da coesão social ser o resultado da existência de uma consciência coletiva durkheimiana, entende que os homens devidamente organizados poderiam estabelecer compromissos sociais conscientes e construir consensos que tornariam viável a composição de uma sociedade estável e produtiva (RIBEIRO, 2006, p.94).

Entende-se que as teorias do cientista encaixam-se perfeitamente às novas técnicas de produção das indústrias, o taylorismo e fordismo⁷, e à organização da forma de governo assumida pela maior parte dos países ocidentais, o Estado de Bem-estar Social, resultado do acordo tácito assumido entre a classe trabalhadora e os capitalistas. Situação em que cada indivíduo tornava-se responsável e comprometido para o bom funcionamento da sociedade capitalista.

Portanto, também a família precisava organizar-se e estruturar-se conforme a sociedade em desenvolvimento e, para isto, Parson (1980) generaliza um modelo familiar tendo como parâmetro a família norte americana do primeiro pós-guerra, estabelecendo funções básicas da família e determinando papéis para seus membros. A seguir, um trecho do seu pensamento:

⁷ Taylorismo é o nome dado ao método de organização científica do trabalho elaborado por Frederick Winslow Taylor. A aplicação das leis do taylorismo foi realizada por Henry Ford na Ford Motors Company em 1913 modificando o tradicional trabalho das indústrias e introduzindo a produção em série para um consumo de massa (MICHELONE, 2011).

Em general podemos afirmar que el papel de las mujeres adultas no há dejado de girar sobre todo alrededor de los asuntos internos de la familia, como esposa, madre y administradora de la casa, mientras que el papel del hombre adulto se cumple sobre todo en el mundo ocupacional, en su empleo y através de él por sus funciones generadoras de posición y de ingreso para la familia (PARSON, 1980, p.55).

Está claro no texto, uma intenção de “domesticação” dos indivíduos a partir do espaço privado, constituído por um núcleo formado por pai, mãe e filhos, em que cada membro desenvolve tarefas e funções específicas, existindo uma relação hierárquica e de subalternidade entre os indivíduos, pois a responsabilidade pelos assuntos internos da família é dada à mulher e relações externas, assim como a provisão familiar, ao homem. É a família burguesa, nuclear e patriarcal.

O Serviço Social apodera-se dessas teorias, sem aprofundamento adequado e sem conhecimento da realidade, intervindo nas sequelas da questão social de forma acrítica, acreditando que, uma intervenção psicossocial e moral, de ajuste comportamental dos trabalhadores, pudessem resolver as dificuldades inerentes à família e estabelecer uma integração e harmonia social.

Entende-se que as mudanças societárias impulsionam o Serviço Social a aperfeiçoar-se e se especializar para uma intervenção mais qualificada e, por isso, ao longo dos anos, os/as profissionais tentam tornar suas práticas mais científicas, apurando seus instrumentos e técnicas, principalmente num país em que a situação de exploração e miséria piorava a cada dia. Bem como afirma Yazbek (1984):

O Serviço Social voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiências, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (YAZBEK, 1984, p.71).

Por conseguinte, o Serviço Social assume intervenções oriundas de outras ciências e profissões como as metodologias de intervenção na área clínica através do estudo, diagnóstico e tratamento, tendo diferentes enfoques por meio de um atendimento num primeiro momento individual, depois grupal e, por último, comunitário.

Entretanto, foi a partir da década de sessenta, que essas mudanças no Serviço Social se tornam mais visíveis, o que Netto (1998) denomina de processo de

Renovação. Este fenômeno desdobra-se no momento em que a progressiva internacionalização do capital e a crescente interdependência entre países colocam o Brasil frente à imposição de reformas, as quais exigem um Estado mais autoritário e forte para conseguir o desenvolvimento social e econômico.

Nesse sentido, o Estado cria toda uma estrutura organizacional racional e burocrática para:

Gerenciar o processo de desenvolvimento em proveito dos monopólios, reequaciona inteira e profundamente não só o *sentido* das políticas setoriais (então voltadas prioritariamente para favorecer o grande capital), mas especialmente toda a *malha organizacional* encarregada de planejá-las e executá-las (*Ibid*, 1998, p. 120). (Grifos do autor)

Neste contexto, amplia-se o mercado de trabalho do Serviço Social, principalmente sob o Estado, ocupando cargos nos “aparelhos” administrativos em projetos relacionados à implementação de políticas públicas, assim como, na dependência da autoridade do empresariado, que necessitava controlar e vigiar a força do trabalho nos grandes complexos industriais.

Ao mesmo tempo, a atuação do/a assistente social nas organizações filantrópicas, que, devido à situação persistente de miséria em que se encontrava boa parte da população brasileira, à espera do “milagre econômico”⁸, que nunca chegou, requisitavam o trabalho deste profissional.

Perante essas mudanças econômicas e sociais, o Serviço Social se vê compelido a modificar, não somente sua intervenção profissional, mas sua formação acadêmica. O capital exigia intervenções mais racionais e técnicas, ou seja, profissionais mais eficientes e produtivos, deixando de lado uma atuação espontânea e paroquiana que marcou até aquele momento o Serviço Social.

Nesse contexto, a tradição católica mais conservadora que continuava alimentando a formação e intervenção profissional, começa a ser questionada a partir do momento em que há uma primeira aproximação com o referencial teórico pautado por uma dimensão mais crítica e nacional popular oriundo das Ciências Sociais.

⁸ O período entre 1968 e 1973 é conhecido como “milagre” econômico brasileiro por causa do crescimento econômico do País, embora não há um consenso sobre os determinantes deste processo (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGE, 2008). Entretanto, este desenvolvimento não atingiu as classes mais desfavorecidas, que permaneceram na mesma situação de pobreza e precariedade.

Trata-se de um processo de reação ao conservadorismo, denominado de Erosão ao Serviço Social Tradicional. Esse processo insere-se no processo de efervescência política de cunho reformista da sociedade brasileira, mas que posteriormente é abortado em face do golpe de Estado de 1964 (NETTO, 1998, p. 135).

A conjuntura do momento e o trabalho em comunidade possibilitaram uma aproximação dos/as profissionais com a realidade vivida por muitas famílias brasileiras colocadas em situações de extrema necessidade e miséria da classe trabalhadora. Ainda, através de um maior conhecimento teórico sobre as questões macrossocietárias incentivou o/a profissional a querer mudanças na sua intervenção, ou seja, o/a assistente social deixa de ser “apóstolo” para se tornar um “agente de mudança” (CASTRO, 1990, *apud* NETTO, 1998, p. 138).

A vontade do novo e de renovação, perante uma realidade sempre mais excludente e dependente, conjuntamente ao surgimento de diferentes movimentos ligados à experiência socialista, como a Revolução Cubana de 1959 e o governo socialista de Allende no Chile em 1970, incentivaram a organização de teóricos e profissionais do Serviço Social num movimento conhecido como “Movimento de Reconceitualização”, exigindo da profissão um compromisso maior com a classe trabalhadora e sua revisão em termos político, teórico, metodológico e operativo. Um movimento de crítica ao legado norte americano e a recusa à neutralidade profissional, embora um projeto inacabado no Brasil devido à repressão da ditadura militar.

Netto (1998) destaca nesse momento histórico três vertentes no seio do Serviço Social: a perspectiva modernizadora; a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora direcionou uma mudança a partir de sua especificidade técnico-operativa. O Serviço Social entendia a necessidade de aprimorar sua intervenção, adequando e modificando técnicas e instrumentais a partir das exigências estabelecidas por uma sociedade que caminhava rumo ao desenvolvimento capitalista. Estratégias de controle social pautadas na racionalidade técnica, “[...] exigências posto pelos processos sócio político emergentes no pós 64” (NETTO, 1998, p.154).

O Serviço Social, tendo como referência a teoria desenvolvimentista, procura afastar-se do discurso católico conservador, embora não totalmente, no entendimento de que o domínio da técnica seria suficiente para o/a assistente social

transformar-se num verdadeiro especialista em solucionar as demandas postas pelos fenômenos emergentes.

Destaca-se o contexto histórico do Brasil que restringiu consideravelmente o avanço de uma postura mais crítica e um direcionamento político da categoria profissional, limitando-se a um aperfeiçoamento técnico, como bem salienta Montaña (2007):

Isto significa que o contexto autoritário dos anos 1960, 1970 e início dos 1980 restringem as possibilidades de que o serviço social se questione política e socialmente, que discuta seu lugar na divisão sociotécnica do trabalho, seu papel político como reproduzidor das relações sociais. Apenas lhe é permitido (ou possível) aperfeiçoar seu instrumental técnico metodológico, ou seja, somente pode tornar-se mais eficiente no que faz sem questionar por que faz e para quem faz (MONTAÑO, 2007, p. 96).

Desta forma, a permanência de um sistema político repressivo fez com que a vertente modernizadora predominasse no Serviço Social até o começo dos anos oitenta, período em que a profissão consolida-se no espaço público governamental, inclusive em cargos de gestão e planejamento das políticas sociais.

A reatualização do conservadorismo, outra perspectiva identificada por Netto (1998) no contexto da repressão militar, adota a fenomenologia como modelo de intervenção, objetivando modernizar a atuação profissional, não obstante recupere heranças históricas e conservadoras da profissão.

A fenomenologia tem por base teorias humanista, direcionando uma atuação a partir da compreensão do ser humano e do diálogo como instrumento para a transformação do indivíduo. A intervenção, focada na subjetividade, concretiza-se em ações psicossociais voltadas para o sujeito e a comunidade. Uma atuação que pretendia apoderar-se de suportes teóricos e técnicos para que os/as profissionais pudessem compreender melhor as necessidades dos indivíduos e ajudá-los a descobrir suas potencialidades e limites (ALMEIDA, 2007; CAPALBO, 1991).

A intenção de ruptura é uma vertente que tinha como propósito romper com a tradição positivista e com o reformismo conservador, abraçando uma perspectiva mais crítica da realidade devido a uma aproximação com a literatura marxista.

Entretanto, a leitura de teorias mais críticas por parte do Serviço Social procedeu-se, num primeiro momento, de uma forma equivocada e utilitarista⁹, para em seguida aperfeiçoar-se, fixando-se no interior da categoria profissional, num contexto de grande efervescência da sociedade civil contra o regime militar, exigindo mudanças e abertura política.

Por conseguinte, o Serviço Social, que já vinha avançando o debate sobre uma nova prática profissional, contextualizando a realidade e a formação da sociedade, fortalece seu caráter de oposição à ordem vigente, num compromisso maior com os interesses da classe trabalhadora.

O resultado desse processo se concretizou na construção do Projeto Ético Político da profissão de 1981 e no novo Código de Ética de 1986. Este último, conforme os autores Paiva; Netto; Barroco; Silva; Sales (2001) representa um avanço, tendo em vista a superação de uma base filosófica assentada no neotomismo e a recusa de uma pretensa neutralidade da intervenção, definindo, assim, um novo papel profissional.

Entretanto, apesar da mudança, o Código de Ética de 1986 comprova suas limitações teóricas e filosóficas, além de sua fragilidade na operacionalização da intervenção cotidiana:

O Código não expressa uma apreensão da especificidade da ética; em vez de se comprometer com valores, se compromete com uma classe, o que é o mesmo que afirmar que tal classe é, *a priori*, detentora dos valores positivos, o que configura uma visão idealista e desvinculada da questão da alienação (BARROCO, p.177, 2010).

Evidenciam-se os equívocos expostos no Código, uma visão limitada da realidade e a confusão entre o sentido/escopo da militância e a prática profissional. Nesta perspectiva, tornou-se necessário uma nova reformulação dos princípios e diretrizes do projeto profissional, culminando na elaboração do Código de Ética de 1993, o qual vigora até hoje.

Sem dúvida, a década de oitenta foi de extrema importância, mudanças políticas aconteceram, as quais mostraram o protagonismo de diferentes organizações da sociedade civil no processo de redemocratização do país, que teve

⁹ Segundo Silva (2007), a teoria de Marx foi simplificada por meio de esquemas de manuais em que a dialética marxista podia ser aplicada mecanicamente e a ideia de revolução como algo realizável através dos/as profissionais, identificando um projeto político partidário com o projeto profissional.

seu ápice na promulgação da nova Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã.

Posto a existência de diferentes concepções sobre esse processo, que desembocou na promulgação da democracia, em que vale o aprofundamento das reflexões de Fernandes (1989) e Coutinho (2008)¹⁰, a Constituição Federal de 1988 representa um marco na sociedade brasileira que consagrou a seguridade social como direito de proteção social do cidadão e a participação, diretriz estruturante da organização dos “aparelhos” estatais. Para Draibe (2003):

O *direito social* como fundamento da política; o comprometimento do Estado com o sistema, projetando um acentuado grau de provisão estatal pública e o papel complementar do setor privado; a concepção de *seguridade social* (e não seguro) como forma mais abrangente de proteção e, no plano organizacional, a *descentralização* e a *participação social* como diretrizes do reordenamento institucional do sistema (DRAIBE, 2003, p. 4). (Grifos do autor)

A Constituição significou a possibilidade de realizar importantes mudanças nas estruturas institucionais e no atendimento às classes mais desfavorecidas. A assistência, que fora concebida como prática filantrópica é juridicamente sancionada como direito do cidadão e política pública; no campo da criança e do adolescente, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o paradigma da proteção integral modificam a intervenção junto a este segmento populacional, principalmente no que tange ao acolhimento institucional, desconstruindo o discurso da institucionalização como solução definitiva, substituindo a lógica perversa estabelecida pelo Código de Menores de 1979.

Contudo, qualquer avanço legislativo deve necessariamente acompanhar a realidade e vice versa, ou seja, para concretizar e efetivar o estabelecido, precisa uma transformação não somente legal, mas cultural, política, econômica e educacional.

¹⁰ Estes dois grandes intelectuais brasileiros elaboram teses diferenciadas sobre o processo de redemocratização do país. Florestam olha com desconfiança esse processo, pois segundo ele as forças conservadoras percebendo a organização da população impediram um verdadeiro processo de mudança por parte dos trabalhadores, os quais acabaram por aceitar a conciliação com o poder estabelecido. Pelo contrário, Coutinho afirma que o processo de abertura se deve ao protagonismo da sociedade civil, portanto não aconteceu de “cima para baixo” (PERLATTO, 2009).

O desafio é superar relações típicas do passado, impregnadas de clientelismo, do “mandismo” autoritário e centralizador, de interesses particulares e políticos, que limitam e travam o crescimento e as mudanças da sociedade.

1.2 O Serviço Social e os desafios na contemporaneidade

O contexto de lutas por direitos da década de oitenta e noventa marcou profundamente a categoria profissional, impulsionando discussões internas no que diz respeito à prática, aos seus fundamentos teóricos, à formação acadêmica, bem como o entendimento do surgimento do Serviço Social em decorrência de processos históricos e de luta de classe. O efeito deste movimento impeliu para a construção de um novo projeto profissional, rompendo com a tradição conservadora que até então sustentava o Serviço Social. O resultado disso é a promulgação do novo Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8662 e as Novas Diretrizes Curriculares de 1996.

Os princípios fundamentais que regem o Código de Ética de 1993 marcam o vínculo da categoria com a construção de um projeto societário que extrapola os limites de uma sociedade de classe, tendo como alicerce os estudos de Marx, orientando o agir profissional conforme determinados valores:

Reconhecimento da *liberdade* como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
 Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
 Ampliação e consolidação da *cidadania*, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
 Defesa do aprofundamento da *democracia*, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
 Posicionamento em favor da *equidade* e *justiça social*, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
 Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
 Garantias do *pluralismo*, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero;
 Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
 Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
 Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (BONETTI; SILVA; SALES; GONELLI, 2001, p.218). (Grifos do autor)

No texto acima, a posição política da categoria é clara e explícita. Evidencia-se o seu compromisso com a luta da classe trabalhadora, optando por uma prática que objetiva a emancipação e autonomia do homem, o qual é percebido como ser livre e social.

Concorda-se com Barroco & Terra (2012) quando afirmam a necessidade de entender a defesa da cidadania dos direitos humanos e da democracia nas suas contradições e limites de uma sociedade de classe, que não assegura necessidades básicas para todos e coloca o homem em situações de violência extrema e barbaridade social. Por conseguinte, o/a profissional, no seu espaço de trabalho, deve fortalecer a classe trabalhadora, entendendo que “os direitos sociais, as políticas e os programas institucionais não constituem a finalidade última da ação profissional e não se limitam à forma restrita e fragmentada que se reproduzem na sociedade burguesa” (BARROCO & TERRA, 2012, p. 61).

No entanto, a elaboração do atual projeto profissional não aconteceu de forma harmônica, sem embate e conflito, pelo contrário, a categoria é composta por diversos posicionamentos e pensamentos e, como bem salienta Netto (1999), este projeto ético político ainda não foi consumado e não é o único existente no seio da categoria. Entretanto, não se pode negar que a partir da década de noventa, este projeto conquistou a hegemonia no meio profissional, rompendo “[...] com o quase monopólio do conservadorismo do Serviço Social” (*Ibid*, p.17).

Lembra-se que as mudanças no seio da categoria e as conquistas efetivadas estão intimamente relacionadas às alterações sociais e políticas da América Latina e da sociedade brasileira naquele momento histórico. Um contexto de privação de liberdades e direitos, opressão e encarceramento, em que qualquer

contestação e protesto ao regime ditatorial eram silenciados, por conseguinte, a luta por mudanças e por direitos tornou-se imprescindível.

A década de oitenta foi um período importante para o Brasil, a abertura política e a volta à democracia significou a possibilidade do exercício da liberdade, da cidadania e da regulamentação de direitos, tão almejados pelos movimentos populares.

Todavia, essa mudança não aconteceu exclusivamente pela luta dos movimentos sociais, que questionaram a ordem atual, mas o sistema político vigente percebeu o esgotamento do modelo de Estado vigente, sua perda de hegemonia e suas limitações perante as exigências de uma política econômica internacional, que tinha na ideologia neoliberal seu maior sustentáculo e que precisava ser legitimada no país.

Nestes casos, os direitos civis são introduzidos para facilitar a institucionalização de uma economia de mercado; os direitos políticos, para facilitar a legitimação do uso da força pelo sistema político; e os direitos sociais, para facilitar a instauração de uma burocracia que estabeleça uma relação de controle e de concessão com os movimentos sociais. É interessante perceber que a ampliação desses direitos e sua vigência plena serão objeto permanente de disputa entre a arena societária, representada pelos movimentos sociais, e o poder do Estado (AVRITZER, s/d, p.10).

Nesse período, as conquistas legais expressas na Constituição de 1988 conseguem frear a efervescência dos conflitos pós-ditadura militar e favorecem a instauração de um clima de consenso entre a sociedade e o Estado. Mas, neste mesmo contexto, com os ânimos acalmados, a onda neoliberal iniciada na Europa encontra terreno fértil para expandir-se.

O governo brasileiro assumiu o neoliberalismo a partir da presidência de Collor de Mello (1990-1992), tornando-se uma verdadeira ameaça à concretização dos direitos sociais e, também, ao novo projeto profissional do Serviço Social em franca desarmonia com o projeto societário em andamento.

Essas mudanças no Brasil e na conjuntura internacional são determinadas por uma nova organização do trabalho e um novo padrão de reprodução do capital conhecido como globalização ou “mundialização do capital” (CHESNAY, 1996), isto é, um novo patamar de acumulação que propiciasse o equilíbrio econômico.

Alves (2010) salienta as consequências da crise do capital que atingiu os países europeus a partir da década de setenta e propiciou alterações e mudanças profundas no que tange as diferentes esferas do cotidiano dos indivíduos:

Surge o que denominamos um novo complexo de reestruturação produtiva, uma ofensiva do capital na produção, que busca constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária e tende a debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma de ser (e subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados (ALVES, 2010, p.16).

A acepção destaca que o modelo de Estado instituído, interventor na política econômica e na proteção social através da garantia de direitos sociais ao trabalhador (conforme a peculiaridade de cada país europeu), não respondia mais às exigências de uma economia cada vez mais global. O capital precisava de uma nova dinâmica no processo de trabalho, novas tecnologias mais sofisticadas e um “novo” Estado.

A década de setenta e oitenta foi um período conturbado de reestruturação econômica, social e política que impulsionou um novo processo de acumulação, denominado por Harvey (1991) de “acumulação flexível”, ou seja, uma desmontagem da rigidez imposta pelo fordismo:

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovações comercial, tecnológicas e organizacionais (HARVEY, 1991, p.140). (Grifos do autor)

Para o autor acima citado, o processo em andamento é um capitalismo com bases tecnológicas de ponta, que se organiza através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos processos de trabalho e nos mercados de consumo. Esta situação acarretou o surgimento de um sistema financeiro mundial e novas relações de poder a nível global.

As mudanças tiveram um respaldo do mundo político internacional com a vitória de governos conservadores, entre os quais, a eleição de Reagan em 1980 na América do Norte e de Thatcher em 1979 na Europa (sem esquecer que o Chile foi o

primeiro país a experimentar os ideais neoliberais em 1973), todos apregoando os benefícios das políticas neoliberais. A partir disso, começou uma crítica ao Estado de Bem Estar Social, entendido como desnecessário à liberdade econômica e à proteção social, asseverando, conforme Netto (1996, p. 36) “[...] um Estado mínimo para o social e máximo para o capital”.

O resultado desse processo foi desastroso. A busca pela hegemonia do capital determinou maior controle sobre os trabalhadores por meio de políticas contra a organização sindical, a perda de direitos sociais, além de ativar uma verdadeira liberalização comercial e desregulamentação da concorrência, instaurando assim, um novo poder do capital sobre o trabalho assalariado. Alves (2010) sinaliza que “o resultado histórico da acumulação flexível sobre o mercado de trabalho é deveras impressionante: instaura-se um novo patamar de desemprego estrutural e proliferação do trabalho precário nos principais países capitalistas” (p. 18).

Aos poucos e, considerando o processo em andamento, o projeto neoliberal consegue romper com as amarras do Estado de Bem Estar Social, tornando-se uma ideologia hegemônica e, na afirmação do historiador Perry Anderson (1997), “[...] um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar o mundo à sua imagem” (p. 22).

Pois bem, retornando ao contexto brasileiro, após Collor, o neoliberalismo ou chamado por alguns teóricos Consenso de Washington¹¹ continuou com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), que, graças ao Plano Real, ganha as eleições e dá continuidade às forças do mercado internacional.

O País entra em uma profunda crise econômica, controlado pelas Agências Internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que impõem, com o consenso da elite brasileira, as “receitas” neoliberais, sucateando e privatizando empresas estatais e diminuindo os custos para as políticas sociais, que passam a ser oferecidas também pela esfera privada.

Logo, o atendimento à população por parte da saúde, assistência, educação, habitação, entre outros, se fragiliza ainda mais, deixando segmentos sociais mais

¹¹ O Consenso de Washington é conhecido como um conjunto de políticas a serem adotadas pelos países em desenvolvimento para atingir um crescimento econômico. O nome é devido à cidade do encontro, onde, em 1989, o *Institute for International Economics* convidou, além dos chefes de Estado dos países da América Latina, funcionários do FMI, do BID e do governo norte americano (JÚNIOR, 2010).

desfavorecidos totalmente desamparados. Em contra partida, o governo consegue elevar ainda mais a concentração de renda e a dívida interna e externa do país.

Essa “contra reforma” (BEHRING, 2003) do Estado brasileiro é simplesmente uma adequação às exigências do capital internacional, custando à vida e a sobrevivência de boa parcela dos trabalhadores e favorecendo um pequeno grupo de pessoas já suficientemente abastadas.

Iamamoto (2012) e Behring (2003) descrevem com detalhes a situação de calamidade social da população brasileira naquele momento histórico. A irresponsabilidade do Estado em relação às políticas sociais causa um aprofundamento da questão social e o surgimento de novas demandas para o/a assistente social, que também sofre com as consequências do mercado, tendo em vista sua instabilidade no emprego.

De fato, as autoras destacam o resultado social em 2003 do direcionamento político assumido pelos governos, quanto o aumento de trabalhadores desempregados, principalmente jovens, e empregos precarizados, sem direitos trabalhistas (férias, 13º salário, seguro desemprego, entre outros); a persistência do trabalho infantil; o analfabetismo; o aumento da violência e a falta de segurança (IAMAMOTO, 2012, p.155).

O cotidiano dos trabalhadores, das famílias pobres brasileiras e suas crianças e adolescentes transforma-se em fardo pesado, uma busca pela sobrevivência e por um pouco de dignidade.

As medidas econômicas e as reformas institucionais direcionaram a intervenção do Estado de maneira que o indivíduo e a sociedade como um todo se responsabilizasse pela própria proteção social, num processo de refilantropização da questão social. Desta forma, conforme Montañó (2003), os direitos estabelecidos na Constituição de 1988 são desvalorizados e mercantilizados. É o mercado que oferece os serviços para a população com maior poder aquisitivo, um “supermercado” com produtos de diferentes qualidades conforme o poder de compra de cada classe social.

Para os “desvalidos”, os serviços públicos precários, de má qualidade e limitados no seu atendimento ou, evitando fazer filas intermináveis à espera de consideração, a filantropia executada por instituições e organizações da sociedade.

O pensamento neoliberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social” com seus chamamentos à “sociedade civil” e opera uma profunda despolitização da “questão social”, ao desqualificá-la em suas dimensões de questão pública, questão política e questão nacional (YAZBEK, 2001, *apud* IAMAMOTO, 2008, p.126).

Nesse sentido, há um entendimento de que os direitos sociais, concretizados através de políticas sociais, causariam um gasto desnecessário ao Estado, responsabilizando, desta forma, a família e a sociedade em geral na proteção e bem estar dos indivíduos. Por isso, o mercado e a filantropia são chamados para “garantir” direitos sociais estabelecidos em Lei.

O apelo a movimentos, instituições e organizações da sociedade civil, para tornarem-se parceiras no enfrentamento à questão social, percebidos como espaços autônomos, independentes e apolíticos, torna-se funcional ao projeto neoliberal que aspira à diminuição dos gastos sociais por parte do Estado.

Recorda-se que o caminho do capital é contraditório, constantemente em restauração, atingindo patamares mais elevados na contínua busca desenfreada da acumulação. As crises econômicas que aconteceram ao longo da história mostram isso, e é neste contexto que se situa a crise financeira que estreou o século XXI, desestabilizando a economia dos Estados Unidos, alastrando-se para os países europeus, atingindo o núcleo duro do capitalismo.

A situação marca um novo processo de restauração do capital e, segundo Motta (2012), uma nova divisão internacional do trabalho, agora legitimada, no caso da América Latina, por governos de esquerda.

Observando o Brasil, as eleições de 2003 colocaram na liderança do país Luiz Inácio Lula da Silva, operário, proveniente da classe trabalhadora e, por isso, representando as aspirações de resgate e mudança social dos segmentos mais desamparados da população brasileira. Lula inaugura o que alguns teóricos chamam de novo desenvolvimentismo ou terceira via:

Uma estratégia de desenvolvimento alternativo aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, representado por setores arcaicos da esquerda e partidária do socialismo quanto à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo cujo principal objetivo é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhoria substancial nos padrões distributivos do país um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social” (MOTTA, 2012, p. 157).

Não cabe nesse trabalho aprofundar os mecanismos do processo, mas é importante destacar que a estratégia desse modelo é o enfretamento das desigualdades sociais a partir do crescimento econômico, estabelecendo uma relação paralela e afinada entre desenvolvimento produtivo e igualdade social.

O pensamento difundido por economistas e agências econômicas é acreditar no crescimento econômico do país aliado à política de assistência, o que proporcionaria uma equidade entre as classes sociais. O objetivo do governo é reduzir o patamar de pobreza da população brasileira através de políticas assistenciais. Desta forma, a questão social é reduzida à mera situação de pobreza, que pode ser enfrentada e solucionada por uma economia em constante crescimento.

Conforme a análise de Motta (2012), o governo de Lula executou reformas neoliberais, como o da previdência e da educação, principalmente no primeiro mandato, e ao mesmo tempo, ampliou a assistência social, aumentou o salário mínimo, viabilizou empréstimos e crédito. Medidas estas que, “atendendo” as promessas históricas por um governo que se declara em favor da classe trabalhadora, assume o principal objetivo de reduzir a pobreza absoluta, permitindo a inclusão da população mais desfavorecida num determinado padrão de consumo.

Entretanto, apesar de melhoria nas condições de sobrevivência dos indivíduos, pois quem nunca teve seus direitos garantidos, esse resultado não deixa de ser um ganho imediato, a redução da pobreza absoluta não significa a superação de uma sociedade de classe e, nem tampouco, a superação das desigualdades, tendo em vista que se mantém a concentração de riqueza por parte de uma minoria.

O Relatório do Programa de Assentamento Humano da Organização das Nações Unidas de 2010 comprova que os 10% mais ricos do Brasil concentram 50,6% da renda, enquanto os 10% mais pobres ficam com o 0,8% (ONU/Habitat, 2010).

Entende-se que, concedendo alguns benefícios numa tentativa de “minimizar” as disparidades entre classes, causadas pela mundialização do capital, se persegue estabelecer um consenso para manter a hegemonia da classe dominante e perpetuar o modo de produção capitalista.

A partir de estudos consagrados (MOTTA; MAURIEL, 2012), o discurso do direito universal e da proteção social, tão almejada pelos movimentos sociais e por

categorias profissionais como o Serviço Social, restringe-se à política de assistência social, concretizada em programas e ações voltadas a combater a miséria absoluta de segmentos populacionais totalmente excluídos da sociedade de consumo e que não podem sair desta situação através do trabalho. Concorda-se com Mauriel (2012), quando afirma que:

O problema não está na prioridade da pobreza enquanto categoria de análise para pensar as políticas sociais, mas na forma e no tratamento dado aos “pobres”, que são renomeados por suas fragilidades, descontextualizados, de-historicizados, aparecendo no discurso tecnocrático reconstituído por um novo tipo de vigilância moral. A pobreza aparece distanciada dos debates estruturais e transformada num objeto técnico “em si” (MAURIEL, 2012, p.181).

Por conseguinte, é importante sim, que a população supere a situação de miséria em que se encontra, mas não através de um processo de seletividade e estratificação da sociedade, distinguindo o pobre dos mais pobres sem analisar a estrutura fundante da economia capitalista e sua relação com o indivíduo, a pobreza e a política social.

O entendimento de que as oportunidades oferecidas pelo Estado via assistência social com seus diferentes programas e ações, capacitem e potencializem as habilidades inerentes aos indivíduos para “caminhar com as próprias pernas”, num processo emancipatório, é meramente ilusório.

Não é por acaso que os/as assistentes sociais são chamados/as a desenvolver novas estratégias e novas metodologias de ação para “capacitar” os indivíduos, a partir de elementos subjetivos, e “fortalecer” as famílias prevendo situações desfavoráveis que possam prejudicá-las, conforme as diretrizes da PNAS:

[...] A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é neles que riscos, vulnerabilidades se constituem. [...] A proteção social básica tem como objetivo prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários [...] (BRASIL, 2004, p.34).

Do mesmo modo, o cotidiano torna-se espaço privilegiado de conhecimento e intervenção do/a profissional, proporcionando informações acerca da rotina dos indivíduos e determinando o acesso ou não aos benefícios existentes na política de

assistência. Uma intervenção imediata que impele o/a profissional a desconsiderar a vinculação dos sujeitos ao contexto estrutural da sociedade.

Portanto, sob a bandeira de um aparente avanço social através do acesso à renda e ao consumo por parte da população mais desprovida, movimentos sociais e organização foram desmobilizados e integrados aos aparelhos estatais.

Segundo Motta (2012) a realidade posta neutraliza a luta de classe estabelecendo um consenso entre segmentos sociais:

Permitindo que o existente se transforme em ideal, sitiando, assim, a construção de projetos sociais emancipatórios, posto que a manutenção da ordem, sem pobreza absoluta, deve se transformar no ideário social das classes subalternas (MOTTA, 2012, p. 173).

Dessa forma, há uma despolitização das lutas e da sociedade de classe no entendimento de que a luta por direitos e a proteção social, assumida como processo de emancipação e societária já está acontecendo, necessitando somente algumas melhorias.

Além disso, o indivíduo apreendido na sua particularidade encontra-se desvinculado da sociedade ou de um processo societário coletivo, a espera da intervenção do Estado com seus aparelhos executivos e judiciários na garantia de sua cidadania.

Essa realidade afeta profundamente a agir profissional do/a assistente social, que objetiva concretizar em seu espaço de trabalho o projeto ético político da profissão, comprometendo-se com a classe trabalhadora, numa perspectiva de um projeto societário diferente do atual. Netto (1996) salienta a importância deste direcionamento:

Engendrou uma cultura profissional muito diferenciada, prenhe de diversidade, mas que acabou ao longo da década de oitenta e na entrada dos anos noventa, por gestar e formular uma direção social estratégica que colide com a hegemonia política que o grande capital pretende construir [...] direção que, pondo como valor central à liberdade, fundada numa ontologia do ser social assentada no trabalho, toma como princípios fundamentais à democracia e o pluralismo e, posicionando-se em favor da equidade e da justiça social, opta por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação de classe, etnia e gênero (NETTO, 1996, p.116).

Assim sendo, a prática profissional tem uma intencionalidade, um direcionamento político específico, que não é partidário, mas atrelado a princípios e valores que concebem a sociabilidade humana como resultado do trabalho. O trabalho compreendido como criatividade emancipatória do homem inteiro e não atividade desumana, que aliena e se torna o próprio algoz do seu criador.

Contudo, são reconhecidos os limites da profissão no desenvolvimento do seu trabalho, uma vez que, como lembra Iamamoto (2008), o/a profissional é um trabalhador assalariado e requerido por instituições que possuem próprias finalidades, comprometendo a autonomia do/a assistente social.

As exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também incidem na requisição feitas ao profissional, estabelecem suas funções e atribuições, impõem regulamentações específicas às atividades a ser empreendidas no marco do trabalho coletivo; além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras) que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais (IAMAMOTO, 2008, p128).

Mesmo assim, não há impedimento para que o/a profissional desenvolva uma consciência crítica das relações que permeiam a sociedade e a possibilidade em viabilizar estratégias de resistências e lutas que objetivam mudanças não somente no cotidiano do sujeito por ele/ela atendido, mas também no dia a dia da profissão.

Nesse sentido, pressupõe-se uma visão de mundo e uma ética que orientem uma ação capaz de direcionar os indivíduos no enfrentamento de situações cotidianas, “[...] os assistentes sociais enquanto cidadãos e trabalhadores tornam-se parte de um ‘sujeito coletivo’, que partilha concepções e realiza, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política” (*Ibid*, 2008, p 133).

O desafio é pautar a intervenção na consolidação do projeto profissional e a realização de estratégias que possam fortalecer o trabalhador principalmente nesta conjuntura histórica. Por conseguinte, o posicionamento crítico do/a profissional perante a realidade torna-se extremamente importante, desvendando o aparente e o óbvio e compreendendo os embates ideológicos e as relações de forças que permeiam a construção e o direcionamento das políticas sociais. Para Motta (2012):

A expansão dos programas de Assistência Social é um meio legítimo e legal de enfrentamento da pobreza, mas não se confunde com a redução e superação da desigualdade, posto que nossa concepção de desigualdade é vinculada à questão de acumulação de riqueza e concomitante pauperização dos trabalhadores (MOTTA, 2012, p. 40).

Portanto, compete utilizar estratégias e mediações para fortalecer o sujeito, numa perspectiva anticapitalista e na direção de uma emancipação humana, não reduzindo a prática profissional no seu aspecto técnico e resolutivo, embora se reconheça a importância do aspecto técnico-operativo, mas refletido e vinculado à dimensão teórico-metodológica e ético-política.

Certamente um desafio para o/a profissional, tendo em vista o rebatimento de um cotidiano alienante, que impede uma atitude mais crítica de sua estrutura, direcionando a intervenção no seu aspecto mais técnico e resolutivo das demandas posta a cada dia e apreendidas como fenômenos localizados passíveis de solução.

Todavia, acredita-se na construção de uma sociedade diferente, um processo histórico e coletivo de avanços, conquistas, mas também de retrocessos e maiores desafios. Por conseguinte, as palavras de Motta (2012) são válidas:

Se acreditamos que a história não acabou e que a luta por uma outra sociedade é possível, também não acreditamos que nosso projeto profissional esteja em crise. Acreditamos, sim, que é um projeto tensionado pela ofensividade dos mecanismos capitalistas de superação da crise. Todavia, compreendo que em determinadas conjunturas, os elementos que compõem o projeto profissional podem ter peso e estruturas diferenciadas; e, neste momento e que as resistências são tênues, porém reais, a prática político-organizativa é essencial, posto que deve estabelecer o elo entre a formação profissional e a formação político da categoria profissional (MOTTA, 2012, p.44).

Para a autora, é imprescindível o fortalecimento político-organizativo da profissão e a capacidade de estabelecer alianças com outros segmentos que participam do mesmo projeto societário. Uma das conquistas da categoria é sua organização política, materializada principalmente nos diferentes Conselhos (Federal e Regional) na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e, também, nas organizações estudantis. Conquistas realizadas ao longo da história e de conjunturas que favoreceram este processo, não sem embate, discussões e posicionamentos. No entanto, é justamente em conjunturas onde

parece que o “futuro já chegou” é que o Serviço Social é posto a prova, na luta por seus princípios, favorecendo a construção de um projeto societário diferente.

Com esse pensamento e com o objetivo de aprofundar paradigmas importantes para o Serviço Social, discute-se, a seguir, a categoria do cotidiano, sua estrutura, características e relação com o Serviço Social, uma vez que, é o espaço em que se materializa a prática profissional por meio de sua atuação na consolidação de programas e projetos de Políticas Sociais.

2. COTIDIANO E SERVIÇO SOCIAL

Neste segundo Capítulo, se discute a categoria do cotidiano, porque é nele que o/a assistente social atua e concretiza seu fazer profissional, legitimando a profissão a partir de respostas que permitem mudanças na vida todos os dias dos indivíduos. A essência do cotidiano é sua imediaticidade e praticidade, embora exista momento de suspensão e reflexão acerca da realidade e sua dinâmica social. É neste processo que o Serviço Social distancia-se do cotidiano alienante e projeta um agir pensado e refletido. Portanto, apesar de uma intervenção que se constitui nas relações imediatas do cotidiano e sofrer todas as consequências que comportam as mudanças no mundo do trabalho e que afetam os trabalhadores, o/a assistente social pode captar o movimento do real na sua totalidade, elevar-se ao humano genérico e voltar ao cotidiano, planejando ações concretas que podem fortalecer e direcionar os indivíduos para sua própria emancipação.

2.1 O cotidiano: estrutura e características

O sociólogo Jedlowski (2003), no texto sobre a sociologia do cotidiano, destaca a origem latina do termo cotidiano, *cotidie*, que significa cada dia, lembra o ritmo do tempo, o familiar, o habitual. Apesar de ser um termo antigo, a expressão vida cotidiana apreendida como algo rotineiro e negativo é recente, remonta ao processo de industrialização e ao surgimento das primeiras fábricas, à vida rotineira, com uma aparência histórica, dos operários nas indústrias ou das trabalhadoras doméstica.

No século XX, a vida cotidiana assume outras conotações. Obras como o *Ulisse* escrito por Joyce¹² ou os quadros de Magritte¹³, representam a vida cotidiana como arte, *lócus* das realizações e dos desejos.

¹² *Ulisse* de Joyce é uma das obras do modernismo mais importante do século XX. Escrito pelo irlandês James Joyce, o autor em seu estilo utiliza jogos de palavras, alusões, paródia, representando o movimento da consciência das personagens.

¹³ René Magritte, pintor belga, fez parte do movimento surrealista e em suas obras confrontava a realidade e o mistério do mundo, por isso suas obras representavam a realidade não real.

Igualmente, a ciência se debruça sobre este aspecto da realidade, constituindo, a partir da década de sessenta, a sociologia da vida cotidiana por meio de diferentes perspectivas, como a abordagem fenomenológica, em que o cotidiano é estritamente relacionado à experiência percebida como verdade. Peter; Brigitte Berger (1977, p.139), dois teóricos desta abordagem afirmam que “[...] o cotidiano é uma rede de hábitos familiares, dentro dos quais agimos e o que pensamos durante a maior parte do nosso tempo. Esta experiência de campo, é para nós o mais real: é o nosso habitat usual é normal”. Os autores concebem a experiência prática da vida cotidiana como algo verdadeiro e o mais real possível, numa identidade entre experiência e verdade.

Para a fenomenologia, a experiência concreta no mundo, efetivada pelo corpo, representa algo verdadeiro, a interpretação subjetiva dirigida pelos sentidos, ou seja, pelo que é visto, tocado, sentido, ouvido e por isso é o que aparece, é considerado confiável para os indivíduos. As coisas são verdadeiras porque se representam pela experiência direta, e o saber e a verdade são o que o sujeito conhece subjetivamente é, de forma espontânea.

Essa relação entre o sujeito e a realidade mediada pelo corpo, influencia o agir dos sujeitos e seus pensamentos, tornando-se um paradigma que pode fundamentar o “fazer” profissional como a atuação do Serviço Social:

O saber relativo ao fazer profissional é o que esse sujeito, como ser singular, percebe por meio dos sentidos, ou seja, o saber profissional é o que ele percebe porque vê, sente, palpa, ouve, cheira. Esse saber é o saber imediato referente ao fazer profissional anunciado como o mais rico conhecimento, a mais pura verdade, a essência (COELHO, 2013, p.15).

Portanto, para alguns profissionais, a experiência cotidiana do dia a dia confere o *status* da verdade para o sujeito e para uma determinada prática profissional.

O marxismo crítico vai além da fenomenologia. Segundo Lefebvre (1968), o cotidiano não é somente subjetividade, isto é, o vivido, sentido pelas emoções individuais, mas também, é totalidade, por isso, considera os fatos e os fenômenos enquanto parte de um devir histórico, em contínuo movimento e passíveis de transformação. Estas considerações tornam o cotidiano um lugar onde acontecem as possibilidades de mudanças e transformação, a partir da realidade concreta e

vivenciada pelas classes sociais, o espaço no qual se determinam as próprias necessidades, impulsionando a transformação do indivíduo e a ordem social existente.

Conforme Lukács (1963), uma das características do cotidiano é sua estrutura repetitiva, ações que se reproduzem todos os dias, tornando a vida cotidiana com uma aparência de ser eterna, imutável e a-histórica. Pelo contrário, Heller (2008), seguindo os passos de seu mestre, afirma que o cotidiano é histórico “[...] a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social” (p. 34). Desta forma, é o indivíduo que, no cotidiano, ao reproduzir-se, reproduz também a sociedade e os fenômenos históricos. Estes últimos nascem das ações individuais, generalizam-se e retornam para modificar e organizar a rotina e o ritmo do cotidiano de uma determinada sociedade.

Segundo a intelectual húngara acima mencionada, a vida cotidiana é “[...] a vida de todo homem” é “[...] a vida do homem inteiro” (p.31), pois o homem dedica-se totalmente ao cotidiano, se faz presente em toda sua complexidade fisiológica, racional e emocional, através dos sentimentos, das ações, participando e executando cada tarefa requisitada.

Uma das características do cotidiano, apontadas pelos autores, é sua heterogeneidade, pois as ações dos indivíduos não se limitam a um aspecto da vida, mas abrangem a totalidade da realidade através do trabalho, do lazer, do descanso, do processo educativo, entre outros. Devido à variedade da vida cotidiana, o ser humano não consegue aprofundar nenhum destes momentos, necessitando priorizar determinadas atividades e organizar o seu dia a dia.

O estabelecimento dessa hierarquia nas ações cotidianas depende dos interesses e desejos dos indivíduos e, por conseguinte, dos valores eleitos por uma determinada sociedade, podendo variar segundo o momento histórico. De fato, existiam épocas em que a vida pública era prioridade, como na antiga Grécia ou na Idade Média, onde a cavalaria era tarefa primordial e de exclusividade dos senhores, cuja obrigação dedicavam-se a vida inteira.

O ser humano já nasce num determinado contexto social, inserido no ritmo organizado da cotidianidade, aprendendo regras e comportamentos por meio de instituições como a família, a escola e outros grupos sociais. No dizer de Heller (2008), o ser humano apreende a manipular objetos, como usar uma simples caneta,

pentear os cabelos, usar um garfo e assim por diante. Esta aprendizagem é uma conquista que torna o indivíduo maduro e independente, processo natural para tornar-se adulto e ser considerado uma pessoa responsável, que sabe conviver com o diferente e não depende mais de terceiros.

Também, na medida em que o homem se apropria dos conhecimentos e das coisas produzidas pela sociedade, ele mesmo sobrevive e reproduz as relações sociais estabelecidas. Isto acontece de forma imediata, espontânea e natural. Por isso, outra característica apontada por Lukács (1963) é a imediaticidade da vida cotidiana.

A resposta imediata aos problemas e acontecimentos que aparecem é necessária, carregando as marcas da repetição e do ritmo das atividades que se sucedem a cada dia. Este método faz parte da aprendizagem de determinados comportamentos e regras sociais, visto que seria difícil viver em sociedade se toda vez parássemos para pensar sobre cada ação, inviabilizando o processo de produção e reprodução da vida em sociedade.

Todavia, conforme Heller (2008), o indivíduo não é somente particularidade, mas também é um ser genérico. É ser particular, único e irrepetível, uma vez que na realidade concreta cada pessoa satisfaz as próprias necessidades de forma individual e diferente, ou seja, as necessidades humanas se transformam em necessidades particulares de cada um. É um ser genérico por que pertence à humanidade:

O genérico está “contido” em todo homem e, mais precisamente, em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares. Assim, por exemplo, o trabalho tem frequentemente motivações particulares, mas a atividade do trabalho – quando se trata de trabalho efetivo (isto é, socialmente necessário) – é sempre atividade do gênero humano. Também é possível considerar como humano-genéricos, em sua maioria, os sentimentos e as paixões, pois sua existência e seu conteúdo podem ser úteis para expressar e transmitir a substância humana (HELLER, 2008, p.36).

O genérico está presente em todos os seres humanos, já que faz parte da natureza do indivíduo seu desenvolvimento e pertencimento à humanidade. Esta humanidade é expressa pela compreensão de que o indivíduo não é um ser isolado, não está sozinho, mas participa de um grupo maior como a família, a comunidade, a

aldeia, a sociedade, é o desenvolvimento de uma consciência coletiva, a qual consegue superar os limites da satisfação pessoal.

Contudo, a rotina cotidiana dificulta a percepção consciente desses aspectos do ser humano, por conseguinte, particularidade e genericidade se submetem entre eles, dependendo da escolha de cada indivíduo:

Quanto mais é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana (*Ibid*, p.39).

Entende-se que quanto mais o homem agir segundo valores humanos genéricos, tanto mais sua particularidade se elevará em nível superior. Apesar de o cotidiano possuir esse caráter pragmático, ou seja, o agir do indivíduo se direciona em função de resultados ou funcionalidade de suas ações, que devem responder a determinadas exigências, existe, segundo Heller (2008), a possibilidade do ser humano elevar-se até o ser genérico.

Com isso, não se quer eliminar a particularidade do homem, esta sempre permanecerá, entretanto, as decisões e as escolhas realizadas, devem possuir essas tendências, chegar parcialmente ao genericamente humano. Assim, “[...] o caminho desse comportamento é a escolha (a decisão), a concentração de todas as nossas forças na execução da escolha (ou decisão) e a vinculação consciente com a situação escolhida e, sobretudo, com suas consequências” (*Ibid*, p. 40), mesmo estando ciente de que no cotidiano é difícil realizar tal procedimento.

O processo de elevar-se até o humano genérico acontece através de um momento chamado de suspensão do cotidiano, que, para Lukács, pode acontecer de três formas: pelo trabalho¹⁴, pela arte e pela ciência.

[...] para Lukács, a vida cotidiana contém, na sua objetividade heteróclita, todos os componentes que cada uma daquelas esferas reproduz e reelabora segundo a sua legalidade específica – as determinações e configurações do trabalho, da ciência e da arte estão postas na realidade mesma (NETTO, 2005, p.71).

¹⁴ O trabalho aqui é percebido como algo criativo e não alienante. É o trabalho que transforma e enaltece o homem e a sociedade (NETTO, 2005).

A especificidade da arte, da ciência e do trabalho permite aos seus autores distanciar-se do homem singular, dos fatos concretos e aparentes para enveredar no caminho do humano genérico, mesmo tendo cada criador sua vida individual e cotidiana, mas é a partir do ato criativo, do momento em que está sendo realizada a criação que se opera este distanciamento. A atividade realizada não permanecerá restrita ao seu produtor, mas influenciará a coletividade e a cotidianidade de outros.

Esse processo é possível a partir do momento em que o indivíduo se debruça sobre a execução de uma única tarefa, suspendendo outras atividades, isto é, todos os esforços estão direcionados para resolver somente um serviço, um direcionamento de energias chamado de “homogeneização”, mediação necessária para afastar-se do cotidiano (CARVALHO, 2005, p.27).

A suspensão do cotidiano, a capacidade de canalizar as energias numa única direção, é difícil de efetivar-se, mas quando acontece, até por pouco tempo, o resultado é transformador, pois o indivíduo não é mais o mesmo, retorna aos seus afazeres diários de forma modificada:

À medida que estas suspensões se tornam frequentes, a reapropriação do ser genérico é mais profunda e a percepção do cotidiano fica mais enriquecida. Nesta suspensão, a singularidade se conhece como partícipe da universalidade (totalidade). O indivíduo sente, mesmo que temporariamente, a plenitude existencial, a plenitude de comunhão consigo próprio, com os homens e com o mundo (CARVALHO, 2005, p.28).

A partir desses acontecimentos enriquecedores, que proporcionaram o contato do homem com seu ser genérico, é possível traçar determinados objetivos em vista de uma modificação do cotidiano e de sua estrutura social. É este movimento que permite a afirmação de que a história é construída a partir das ações cotidianas dos homens que se generalizam, e seus valores são repassados, modificando a sociedade e suas relações sociais.

Contudo, esse caminho não acontece com todos os homens, pelo contrário, “a homogeneização em direção ao humano-genérico, a completa suspensão do particular-individual, a transformação em ‘homem inteiramente’, é algo totalmente excepcional na maioria dos seres humanos” (HELLER, 2008, p.45). A dificuldade é devido às características do cotidiano, tendo em vista que o pensamento age conforme exigências práticas, capacidade e experiência em solucionar problemas ou

situações práticas, que impedem os indivíduos se dedicarem totalmente a uma única tarefa e concentrar todas as forças (pensamentos, emoções, ações, razão) num único objetivo.

A partir disso, Heller (2008) afirma que o pensamento, num processo de conhecimento da realidade, segue uma lógica específica como proceder à ultrageneralizar um determinado fato ou problema. Não tendo condições de aprofundar e analisar certos questionamentos, uma vez que o cotidiano necessita de respostas rápidas e prestativas, os indivíduos atuam através da experiência individual ou de conhecimentos perpassados culturalmente, generalizando situações.

No entanto, a autora estimula e enfatiza a necessidade de superar o agir imediato, na perspectiva de construir e desenvolver alternativas de ações que possam responder às mais diferentes situação de forma adequada.

Assim, apesar de o cotidiano determinar a maneira de pensar, de agir e de sentir dos indivíduos, o pensamento não pode permanecer imóvel, estático e incondicionado, mas ter a capacidade de romper e superar padrões pré-estabelecidos que não permitem e não enriquecem o crescimento do homem e da sociedade. O não acontecimento deste processo significa estar diante da alienação da vida cotidiana.

Para Heller (2005), a cotidianidade é a esfera que proporciona uma maior alienação, a partir do momento em que o sujeito permanece no agir superficial e mecânico, conformando-se com aquilo que o cotidiano lhe oferece, sem questionamentos e conflitos, preso à função de papéis determinados socialmente e assumidos por mera sobrevivência. Esta situação depende da estrutura econômica de uma dada sociedade, que determina a organização de outras esferas e permite ou não ao indivíduo ir além da aparência e adentrar-se na essência das coisas, num processo de afastamento do individualismo particular.

No capitalismo, a estrutura econômica modifica-se permanentemente para manter-se viva e perpetuar o processo de acumulação do capital, dificultando a evolução dos indivíduos enquanto seres criativos e, assim, limitar sempre mais a possibilidade do indivíduo em participar na produção do humano genérico.

É no capitalismo que há um maior grau de alienação, uma sociedade em que todos e tudo estão organizados para manter o sistema econômico, num processo de coisificação da realidade e do homem, uma vez que o mercado decide e avalia conforme sua utilidade e interesse.

2.1.1 Alienação e cotidiano na sociedade capitalista

Compreende-se que um dos aspectos da análise marxista sobre a vida cotidiana é considerar esta esfera da realidade como um espaço de produção e reprodução das relações sociais, indispensável para manter um determinado tipo de sociedade. Portanto, a reprodução física e social é necessária e faz parte do cotidiano: “o objetivo dessa comunidade e desses indivíduos é a reprodução dos específicos meios de produção e dos indivíduos com suas características particulares, com as relações e estruturas sociais e dos indivíduos [...]” (MARX, s/d, *apud* PERLMAN, 1969, p. 1). Assim, os homens submetem-se a uma ordem específica dependendo de condições históricas e econômicas peculiares.

O capitalismo, após sua fase concorrencial, entrando na era dos monopólios, começou a penetrar e a organizar todas as esferas da vida cotidiana dos indivíduos, “é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado” (NETTO, 2005, p.86), desde a política, a família, a educação, até o lazer e a escolha de roupas e alimentos que são consumidos. Um processo de manipulação do pensamento, dos desejos, das necessidades e dos comportamentos. É o capital que se faz presente como processo de dominação, como afirma Meszáro (1998):

O capital, como um sistema orgânico global, garante sua dominação, nos últimos três séculos, como produção generalizada de mercadorias. Através da redução e degradação dos seres humanos ao status de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo com nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a as determinações desumanizadoras da compulsão econômica (MESZÁRO, 1998, p. 8).

A vida cotidiana, moldada pelo modo de produção capitalista, transforma o trabalho em algo negativo para o homem, um processo autônomo e independente. O trabalho produz riquezas que não permanecem com o trabalhador, há uma depreciação do ser humano e uma valorização das coisas materiais. O contexto social e econômico transforma as ações e as atividades do indivíduo em mercadorias a serem vendidas em troca de salário, necessário para continuar a vida e manter as relações sociais existentes.

Marx (2004) percebia o trabalho como algo positivo, inerente ao ser humano, uma atividade criativa e transformadora do homem e da sociedade em geral. Para ele, a essência do ser humano não é um ser supremo, como diria Hegel, não é a consciência, não é algo interior ao indivíduo, mas é o trabalho, entendido como relação ativa entre o homem, a natureza e a sociedade. No trabalho ontológico a natureza é transformada em benefício do homem, para o seu valor de uso. Estas considerações indicam que o trabalho não se torna um peso para o indivíduo, mas a manifestação do próprio homem, da sua liberdade e capacidade em transformar a própria especificidade.

Bem como alega Lukács (1979), o trabalho é a base do agir humano, ato teleológico, ou seja, ato planejado, pensado para atingir determinado fim, ato fundante de todas as práxis sociais e atividade que capacita o homem para transformar a natureza e a si mesmo.

No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, surge – tanto no próprio homem como em todos os seus objetos, relações, vínculos, etc. – a dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base. Como sempre ocorre em Marx, também nesse caso o trabalho é a categoria central, na qual todas as outras determinações já se apresentam (LUKÁCS, 1979, p. 16).

No entanto, na sociedade capitalista inverte-se o sentido do trabalho e sua essência positiva transforma-se numa atividade que penaliza o homem, que o desumaniza, o aliena e o embrutece. O trabalhador submete-se a uma ordem ditada pelo processo produtivo do trabalho e não por uma necessidade direta dele.

Lembre-se Heller (2008) quando introduz o conceito de alienação em estreita relação à estrutura econômica de uma sociedade, na assertiva de que o grau de alienação aumenta conforme o nível de organização abalizado por sua base econômica. No capitalismo existe um nível elevado de alienação, uma sociedade que se complexifica a cada instante, respondendo às exigências do capital, tornando o trabalho e suas relações sociais mera mercadoria.

O processo de trabalho extrapola sua finalidade imediata, isto é, no capitalismo a finalidade da produção não é a satisfação de uma necessidade próxima, uma necessidade associada à existência real do trabalhador, mas o lucro que aquela mercadoria produz, prevalecendo seu valor de troca e, por conseguinte,

o trabalho abstrato¹⁵ em detrimento do trabalho concreto (COELHO, 2012, p.79). Embora se produza por valor de uso, a mercadoria deve ter uma serventia: com certeza a Coca Cola não produz suas bebidas para satisfazer uma necessidade básica, assim como *McDonald* não decidiu fabricar *hamburger* para acabar com a fome no mundo!

Nos “Manuscritos econômico-filosóficos” (2004), Marx caracteriza o conceito de alienação a partir de três momentos.

O primeiro diz respeito à alienação do trabalhador em relação ao seu produto, a partir do momento em que o ser humano não se reconhece no resultado de suas atividades. A consequência de seu trabalho lhe é estranho, o objeto se torna independente de quem o determinou, adquire vida própria, mercadoria a ser trocada.

O homem é alienado não somente em relação ao produto de seu trabalho, mas também ao processo de produção, “[...] a alienação não se expõe apenas no resultado, mas também no processo da produção, no seio da própria atividade, da produção” (MARX, 2004, p.114). O processo de trabalho na sua totalidade é algo desconhecido pelo trabalhador, ao qual lhe compete à execução de determinadas tarefas que são insignificantes para ele. Portanto, o trabalho transforma-se num fardo para o indivíduo, uma atividade imposta externamente, que não possibilita o desenvolvimento de suas capacidades físicas e mentais, pelo contrário o esgota e o embrutece. Por conseguinte, o homem no trabalho não se sente vivo, não se eleva, não produz algo novo, não pensa e nem planeja, mas se realiza somente a partir de funções vitais para a sobrevivência, comer, beber, procriar, permanecendo num mesmo patamar dos animais.

O terceiro momento é a alienação do homem com sua própria natureza genérica.

Na medida em que o trabalho alienado tira do homem o elemento da sua produção, rouba-lhe do mesmo modo a sua vida genérica, a sua objetividade real como ser genérico, e transforma em desvantagem a sua vantagem sobre o animal, então lhe é arrebatada a natureza, o seu corpo inorgânico (MARX, 2004, p.116).

O trabalho não é percebido como algo criativo e intrínseco à natureza humana, mas a vida produtiva é um meio de sobrevivência. Por conseguinte, o

¹⁵ O trabalho abstrato é a quantidade de trabalho incorporado na mercadoria. Para o capitalista o trabalho abstrato é de extrema importância, pois determina a mais valia (CIOFI, 2011).

indivíduo se aliena daquilo que o torna ser humano, daquilo que possibilitava sua mudança, sua emancipação, uma atividade que se transforma em algo desvantajoso, mera atividade de sobrevivência. Ainda, o homem não se reconhece no outro, torna-se alienado aos outros homens, percebendo-os como “inimigos”, tendo em vista que é o seu semelhante que o submete ao trabalho humilhante.

Ressalta-se que a categoria alienação não é originária do pensamento de Marx, mas pensadores anteriores a ele estudaram o processo de alienação, por exemplo, nas obras de Fichte (1770), Schelling (1770) e Hegel (1770). Este último, grande filósofo e idealista alemão, elabora a primeira grande teoria filosófica sobre alienação.

Na “Fenomenologia do Espírito” (1807), o filósofo considera a alienação como algo positivo e negativo ao mesmo tempo, necessária para que o espírito possa particularizar-se e determinar-se na realidade, voltando a ser espírito, razão, autoconsciência no decurso dialético da história moderna. Para Hegel, de fato a realidade é a concretização do espírito, caminho necessário para sua elevação e libertação à razão suprema.

Podem-se resumir as características centrais da teoria da alienação de Hegel em três passagens: a alienação é o momento da separação e da objetividade do objeto, ou seja, é o momento em que o espírito é objeto de si mesmo, ele é objeto singular e independente que não se reconhece; num segundo momento, o espírito adquire capacidade de se reconhecer no objeto. O pensamento toma consciência de que está no outro enquanto unidade, “tem a certeza de ter sua unidade consigo mesmo na duplicação de sua consciência-de-si e na independência das duas consciências-de-si” (HEGEL, 2001 *apud* COELHO, 2013, p.221); e o terceiro momento é a autoconsciência, a capacidade do espírito em reconhecer que a realidade na sua totalidade, as coisas são frutos da sua autoconsciência, é a razão enquanto totalidade da realidade.

Para Hegel, esse reconhecimento volta em outros patamares, em outro nível de percepção, num processo de superação do momento sensível, do dado imediato que se mostra incompleto porque aparece na sua singularidade e passa através da negação e superação do sensível para a verdade, porque a realidade é mediada pela consciência e, por isso, entendida na sua totalidade.

Hegel utiliza o conceito de alienação para mostrar as diferentes fases e passagens da consciência no conhecimento e na apreensão da realidade e dos fenômenos. O pensamento supera o distanciamento entre si mesmo e as coisas para se reconhecer ato puro e criativo e chegar à razão como autoconsciência do mundo real.

A alienação, entendida no seu sentido histórico e social, é o desvio da sociedade quando perde sua relação com o nós, com o indivíduo-sociedade, momento histórico identificado para Hegel após a época da polis grega, pois somente neste contexto os indivíduos não faziam prevalecer os seus impulsos e desejos particulares, mas se sacrificavam para o interesse da coletividade.

Marx (2004) retoma a teoria da alienação desenvolvida por Hegel e elabora um próprio conceito de alienação, conforme descrito anteriormente, superando limitações de seu antecessor, tendo em vista a análise abstrata desenvolvida por Hegel ao afirmar que tudo começa e termina a partir da consciência, eliminando as particularidades das estruturas econômicas e sociais de cada momento histórico.

Inversamente, Marx inicia sua análise a partir do homem concreto e de uma determinada formação socioeconômica qual é a sociedade burguesa moderna. Segundo ele, a alienação deve ser individuada no trabalho e na relação homem e natureza, por isso considera Hegel um idealista romântico e espiritualista. Para Marx (2004) “[...] o que é escandaloso na alienação não é o caráter determinado do objeto, mas seu caráter objetivo” (p.175), ou seja, o trabalho do homem transformado em atividade alheia, uma força separada que pesa sobre o trabalhador, um ato mecânico que causa “estupidez e cretinice para os trabalhadores” (*Ibid*, 2004, p. 178).

Os “Manuscritos econômico-filosóficos” de 1844 mostram o conceito de alienação de forma ampla e rica num contexto sócio político determinado e num confronto com a economia clássica. Na sociedade capitalista o processo de trabalho se volta contra o trabalhador, é ele que “manda” e ganha prioridade e valor em detrimento do seu criador, impotente e dependente deste trabalho que o submete.

Portanto, a rotina cotidiana da sociedade capitalista é organizada a partir de seu modo de produção:

O cotidiano moderno é marcado, essencialmente, pela dinâmica da produção, o homem tem que agir de acordo com as necessidades da produção e os imperativos que o mercado coloca para a plena

realização do processo produtivo, desde a produção ao consumo (COSTA, 2001, p.51).

Assim sendo, o cotidiano do homem na sociedade capitalista está orientado para atender as necessidades do capital e não as próprias necessidades imediatas. Estas últimas são atendidas mediante o salário recebido pelo trabalho e a compra de mercadorias necessárias para a sobrevivência, as quais variam, dependendo do poder de compra de cada indivíduo e da oferta e disposição nas prateleiras, cada classe social conforme o seu padrão de consumo.

Por conseguinte, a dinâmica e o ritmo do cotidiano se desenvolve por meio de relações de troca nas diferentes esferas como a família, o lazer, o trabalho, que são naturalizadas, tornando-se algo normal e sempre existente no decorrer da história do homem. Por conseguinte, o sistema de produção que rege e constitui a sociedade atual não é questionado pelo trabalhador, mas somente o que é aparente e imediato aos olhos do indivíduo como os preços dos objetos, o tempo de trabalho, o salário, entre outros.

O dinheiro, na sociedade atual, é o elemento de extrema importância, possibilita o exercício do poder sobre o outro, estabelecendo e organizando as relações de troca na sociedade. A troca das atividades e dos produtos se torna condição de vida e relação recíproca entre todos os indivíduos, algo estranho e independente.

As relações sociais das pessoas se transformam em relações entre coisas. Na sociedade capitalista a independência das pessoas torna-se dependência das coisas e dos objetos, uma relação mediata pelo mercado. As relações do mercado penetram outras esferas do cotidiano como o lazer, o descanso, o estúdio, a família, transformando-os em objetos de consumo, seguindo a lógica produtiva do capital. É o objeto que cria a necessidade do consumo, tornando vital a necessidade de comprar para consumir.

Por isso, pode-se afirmar que os objetos, “as coisas” dominam o homem e o seu produtor, uma falsa consciência da realidade e uma dependência entre eles, que isola o indivíduo nos seus interesses individuais, afastando-o da sua verdadeira essência.

Segundo Costa (2001, p.17), a liberdade do consumo, na realidade é uma liberdade alienante, uma vez que o homem ao satisfazer as primeiras necessidades,

imediatamente é criada outras, num processo que nunca acaba, mas que concentra toda a atenção na satisfação dos prazeres. Logo, cria-se uma teia de relações sociais entre produtores, criando padrões de consumo e deslocando os objetivos dos indivíduos para manter “vivo” o modo de produção constituído.

2.2 Apreensão do cotidiano e as dimensões da prática profissional

A dinâmica da vida cotidiana invade o exercício profissional do/a assistente social por tratar-se de uma profissão que se concretiza e age no cotidiano, interferindo no dia a dia dos indivíduos, usuários de determinados serviços. Deste modo, se pode considerá-la uma atividade prática, cujo processo deve produzir respostas que atendem necessidades e, por isso, modificam ou transformam uma determinada situação ou contexto social.

Consequentemente, o Serviço Social é apreendido principalmente pelo resultado de suas ações, pela sua competência prática e técnica dos/as assistentes sociais, tornando esta última dimensão a mais visível e determinante da profissão.

Nesses termos, é óbvio que, por ser o Serviço Social uma profissão interventiva, existe uma relação intrínseca entre a estrutura do cotidiano e o fazer profissional, ou seja, o cotidiano molda a prática profissional carregando-a com suas características como a heterogeneidade, a espontaneidade e o imediatismo (HELLER, 2008; GUERRA, 2012). Elementos que limitam a possibilidade do indivíduo distanciar-se e elevar-se ao humano genérico.

Portanto, o/a profissional no seu trabalho não somente se depara com o ritmo incessante e acelerado do cotidiano, mas, ao mesmo tempo, é influenciado/a por ele no desenvolvimento de suas tarefas. Assim sendo, o Serviço Social executa múltiplos serviços, respondendo demandas variadas a partir dos usuários e das exigências postas pela instituição empregadora.

Segundo Guerra (2012), as características do cotidiano influenciam a prática profissional que pode tornar-se espontânea e imediata, mas resolutiva e útil para o contexto capitalista. O imediatismo para a autora:

[...] implica na ausência de apreensão das mediações, só pode ser enfrentado através de uma via: da apreensão das mediações que constituem os processos sociais e os vinculam a outros, já que estes só se explicam no seu movimento de constituição, na sua historicidade e na relação com os outros processos que se movimenta, numa perspectiva de totalização. (GUERRA, 2012, p.46).

Isso significa que a intervenção profissional, pautada no imediatismo, se limita a responder às exigências imediatas que surgem no contato cotidiano com os usuários, num processo rápido que se encerra na resposta à necessidade posta. Respostas que, na sua aparência, não acessa uma teoria que direcione a ação relacionada à totalidade, mas se constrói exclusivamente através de uma causa e um efeito.

Coelho (2012) referindo-se à imediaticidade como categoria presente na prática profissional, a define como “uma forma de manifestação da prática profissional que qualifica um modo de fazer que se encontra preso à certeza sensível, no qual o saber imediato, para um segmento profissional, é simples e exclusivo” (p.19).

A autora reconhece que o imediatismo do fazer profissional está intimamente ligado à experiência, isto é, a relação imediata entre o pensar e o fazer, o aqui e o agora induz o/a profissional a pautar sua prática na experiência e no senso comum. Desta forma, a verdade sobre os acontecimentos e o agir para solucioná-los é adquirida pela experiência que orienta a intervenção profissional.

Para entender esse processo se torna necessário compreender como o indivíduo se posiciona perante o ser e a realidade, como os fenômenos são percebidos pela consciência. Mais uma vez, recupera-se Hegel (2011) e o percurso lógico do processo de desenvolvimento da mente para captar a realidade na sua essência, ou seja, superar sua forma aparente e fenomênica e conseguir apreender o “conhecimento real do que verdadeiramente é”, o “conhecimento absoluto” (p. 20).

Japiassú; Marcondes (1996) definem fenomenologia como “[...] o estudo puramente descritivo do fenômeno tal qual este se apresenta à nossa experiência.” (p.102). Significa afirmar que o caminho inicial para chegar ao conhecimento é o fenômeno, ou seja, o que se apresenta aos nossos olhos, o que é apreendido pelos sentidos e armazenado diretamente pela mente.

Por conseguinte, para Hegel a consciência mais primitiva é a “certeza sensível”, o reconhecimento da existência da realidade através os sentidos:

Uma forma de consciência que só capta o que está diante de si num dado momento. A certeza sensível simplesmente registra os dados recebidos pelos sentidos. É o conhecimento das coisas particulares presentes aos nossos sentidos. A certeza sensível não procura organizar ou classificar a informação crua obtida pelos sentidos (SINGER, 2003 p.75).

Segundo Coelho (2013), o conhecimento da realidade pela “certeza sensível” é concretizado na intervenção profissional quando o/a assistente social responde às demandas imediatas que aparecem no espaço de trabalho e que possibilitam a obtenção da sua prática. Nesta situação, é o local de trabalho que impõe regras, rotinas, método, moldando a intervenção profissional, sem necessidade de maiores reflexões sobre o trabalho a ser desenvolvido. Apesar de acreditar no domínio das ações e de sua prática, o/a assistente social é direcionado a realizar determinadas tarefas, conforme uma intencionalidade externa.

Superando o primeiro estágio, Hegel (2011) assevera a passagem da consciência por mais dois níveis chamados “percepção” e “entendimento”. Em cada estágio, a consciência se torna mais ativa, de tal modo que na “percepção” consegue classificar os objetos conforme determinadas propriedades. Contudo, o conhecimento exato do objeto é possível somente pela sua contradição, ou seja, aquilo que não é, por exemplo: um objeto redondo é redondo por não possuir as características de outro objeto quadrado ou circular. Deste modo, a autenticidade contida naquele objeto é devido as suas características de ser e não ser; é essa contradição e negação que faz com que o objeto se modifique ou os fenômenos da realidade se transformam num processo contínuo.

Ressalta-se que para Hegel (2011), esse movimento não é compreendido no nível da “percepção” e nem no “entendimento”, pois este último somente consegue generalizar as leis e propriedades de um determinado objeto à realidade. O caminho da consciência para chegar à essência da realidade não é fácil, somente a razão dialética poderá apreender a “ideia suprema”, ou seja, a essência da realidade.

Portanto, para o alemão, somente a razão num processo lógico capta o movimento da realidade, uma realidade em constante mudança e superação, pois não existe nada de definitivo, de estático, mas tudo se transforma a partir da própria negação. Entretanto, para o filósofo, este devir da realidade não acontece numa perspectiva evolutiva, mas é um movimento circular, os fenômenos, as coisas se

movimentam, mas retornam ao ponto de partida (PAULA, 1992). É o movimento da realidade que se expressa pela ideia, mas que retorna a si mesma após superar a particularidade da consciência individual e se autoconhecer na sua totalidade como determinação da realidade e primazia da existência.

Para Baptista (2009), este pressuposto indica que sendo a razão ou espírito, a origem primária da realidade e dos acontecimentos cotidianos, a responsabilidade pelos conflitos de classe, pelas mazelas dos segmentos sociais mais desfavorecidos “não deve ser procurada no caráter da vida material dos indivíduos, nem na estrutura de suas relações sociais, mas na consciência dos homens, na sua racionalidade, nos seus erros e defeitos” (BAPTISTA, 2009, p.32).

Devido à complexidade do pensamento de Hegel, após sua morte, surgiram inquietações e diferentes interpretações teóricas. Algumas em consonância com o pensamento hegeliano, outras, a chamada esquerda hegeliana, dentre a qual se encontram Marx (1998), Feuerbach (2000) e Engels (1998), guarda com positividade a introdução do movimento dialético da história, mesmo criticando o excessivo idealismo do pensador.

Para Marx (1998) a dialética é utilizada para compreender o movimento da realidade, a qual não é o resultado do pensamento, do conceito, mas é a existência concreta do homem que determina a organização da sociedade, as relações entre os indivíduos e suas consciências, “[...] o modo de produção da vida material condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida” (p. 135). Portanto, a sociedade é o resultado do trabalho do homem e de sua relação com a natureza, ou seja, como as pessoas vivem, produzem, se reproduzem e se relacionam, um processo não estático, mas sim um movimento contínuo de superação do real contraditório e negado. Assim, a realidade é um “vir a ser permanente”, um devir histórico da construção humana, um movimento não linear e nem predeterminado (PAULA, 1992, p.27).

Outras correntes em forte oposição ao pensamento de Hegel temiam os resultados que podiam suceder-se ao introduzir o conceito da dialética da história numa sociedade em pleno desenvolvimento industrial, com a classe trabalhadora em formação e, por conseguinte, com a situação precária de vida em que se encontravam as famílias operárias.

Dentre os opositores encontra-se o positivismo, corrente teórica que domina o panorama da época e que se torna a ideologia da classe burguesa. É neste

contexto que se eleva o pensamento da supremacia da ciência no conhecimento da realidade; os objetos devem ser apreendidos sem interferência do indivíduo e, portanto, através de uma atitude meramente passiva e descritiva dos fenômenos, os quais são concebidos como fatos isolados, que se explicam por eles mesmos e podem ser regulados e administrados por regras e leis, propiciando a resolução dos conflitos: “[...] as necessidades reclamam remédios e não explicações” (DURKEIM, 1978 *apud* BAPTISTA, 2009, p. 46).

A lógica positivista ou formal influenciou fortemente a intervenção do/a assistente social que, retomando Coelho (2013), capta e reconhece, de forma isolada, os problemas ou carências vivenciados pelos sujeitos e procura satisfazer as necessidades, fragmentando o indivíduo e a realidade em situações deficitárias.

O problema é percebido por ele mesmo, não há uma reflexão sobre as causas que originam um determinado fenômeno, numa investigação para analisar a verdadeira origem de situações sociais, mas o interesse é imediato visando sua solução.

Esse contexto facilita intervenções subjetivas, que visam à mudança do sujeito e do ambiente através da participação do indivíduo na superação de determinados obstáculos que impedem uma vida cotidiana mais digna.

Percebe-se que os acontecimentos são percebidos por aquilo que se apresentam na exterioridade e não na sua essência. O aparente, o que é visível e que parece ter vida própria é que molda as ações do/a profissional, não somente como processo inicial, mas como produto final.

Portanto, as contradições geradas pela relação capital e trabalho são alcançadas a partir de suas aparências, tomadas como problema e desvio e solucionadas singularmente. Esta é à maneira de como a sociedade capitalista responde as incoerências criadas para garantir o controle social e perpetuar seu modo de produção. Mais a sociedade se complexifica e mais há exigência de ter maior controle sobre ela e criam-se mecanismos diferentes para manter esse domínio.

O Serviço Social, contratado por interferir na sociedade devido à sua dimensão interventiva, sofre pressões por parte de quem contrata seus serviços na resolutividade dos problemas que se apresentam no ambiente de trabalho.

Ao ser enquadrado como profissão de caráter eminentemente técnico, ao exercer funções executivas, o assistente social pensa poder eximir-se da reflexão teórica *in totum* e fixar seu foco de preocupações no seu cotidiano profissional, para o que os modelos analíticos e interventivos, testados e cristalizados pelas suas experiências e outrem são suficientes (GUERRA, 2011, p.170).

O/A profissional é fiscalizado na sua capacidade em dar respostas eficientes e eficazes. Realidade que direciona a atenção na solução das problemáticas que perpassam o cotidiano e não se detém na qualidade da resposta e nas suas implicações éticas e políticas, dissociando a dimensão teórico-metodológica e a dimensão técnico-operativa.

Um contexto onde o valor pragmático e imediato do exercício profissional é considerado acima de qualquer atitude reflexiva ou analítica. Como salienta Netto:

Requisita dos indivíduos respostas funcionais as situações que não demandam o seu conhecimento interno, mas tão somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes – o que conta não é a reprodução veraz do processo que leva a um desfecho pretendido, porém, o desfecho em si (NETTO, 1989, p.47).

Nesse processo, adverte-se a importância em alcançar os resultados, é o produto final que precisa ser adquirido, não importando os meios para conseguir tal empreitada. Além disso, a meta a ser alcançada é a consequência imediata e emergencial da ação, que, embora deva ser atingida, permanece nela mesma e não como ação inicial para uma intervenção que possui resultados em longo prazo. Pelo contrário, é importante estabelecer uma relação entre o processo e o resultado, entre os meios e os fins, como salienta Guerra (2009), o/a profissional, por meio de uma postura ética e política, pode questionar, modificar e alterar sua instrumentalidade e as relações existentes com o usuário dos serviços.

Um agir profissional pautado somente na dimensão técnica operativa, não necessita de conhecimento para a apreensão da realidade. Uma prática que, como salienta Guerra (2012), não supera a imediatividade da vida cotidiana e da mera reprodução individual, tornando aparentemente desnecessárias as outras dimensões da prática profissional.

Objetivando atender as demandas cotidianas, o/a profissional valoriza principalmente a dimensão técnica, tendo como referências experiências passadas e

bem sucedidas porque propiciam respostas funcionais ao trabalho. É o cotidiano, que com suas características moldam a intervenção profissional.

Na dimensão técnico-instrumental, procedimentos de ultrageneralização, com base na experiência, na empiria, com vistas à manipulação das variáveis do contexto dos usuários, são frequentemente adotados pelos assistentes sociais. Tais procedimentos pautam-se em uma forma de captar a realidade e de intervir sobre ela. Nestes procedimentos, a centralidade nas experiências anteriores obscurece o que a realidade em questão apresenta como novo. Baseia-se nos pressupostos teórico-metodológicos de estender os resultados da observação de alguns casos ao conjunto dos casos possíveis, comum ao método positivista (GUERRA, 2012, p.49).

Para a autora, o/a profissional que limita suas ações e seu trabalho em experiências já realizadas, tende a generalizar as situações já vivenciadas, igualando casos e estabelecendo regras gerais que impedem de vislumbrar o novo e de levantar questionamentos e dúvida. É o processo de ultrageneralização sinalizado por Heller (2008).

Óbvio que a experiência pode servir para orientar a intervenção, entretanto, o conhecimento aprofundado das particularidades de cada situação evita naturalizar e cristalizar não somente as ações, mas também o vivido dos usuários que todos os dias procuram os serviços e que demandam um atendimento de qualidade.

Torna-se fundamental conhecer em profundidade a realidade e os indivíduos, a essência não se mostra na aparência, mas esta última sinaliza o caminho para descobrir a sua causa. Como salienta Guerra (2009), os problemas imediatos dos usuários nem sempre são a demanda real, mas “[...] ela é o veículo (ou o meio mediador) que porta a capacidade de conduzir o assistente social à busca da demanda real, da essência” (p.81).

Por conseguinte, acredita-se que a intervenção do/a assistente social não é algo já definido, mas um processo que se constrói ao longo do caminho e que considera diferentes fatores, como o espaço de trabalho, os sujeitos envolvidos, a conjuntura política e econômica, entre outros.

O conhecimento sobre a realidade, um dado fenômeno para além da aparência, deve ser pesquisado e “edificado”, direcionando as ações do profissional não somente para a reprodução da força trabalho, mas também na dimensão social,

que comporta o campo do conhecimento, dos valores, do comportamento e da cultura (IAMAMOTO, 1999, *apud* MIOTO; LIMA, 2009).

Existe uma relação entre a esfera da subjetividade e a esfera da objetividade, assim como uma articulação entre o cotidiano e o não cotidiano, momento em que o/a profissional se permite realizar o processo de suspensão, retornando ao real para oferecer respostas que possibilitem relações emancipatórias.

A prática profissional não é um “fazer por fazer”, mas um agir pensado e refletido, na medida em que o/a profissional aprofunda o conhecimento da realidade, definindo objetivos, ações e meios, continuamente repensados a partir das reais demandas dos sujeitos e das possibilidades existentes.

Concorda-se com Santos (2011) na afirmativa de que a ação teleológica é o resultado concreto da relação entre o pensamento e a realidade:

[...] necessita de definições dos fins – o que implica uma dimensão ética política – e da escolha dos meios – o que implica, também, uma dimensão técnica operativa – sendo que a dimensão teórica influencia tanto as opções finalísticas quanto a escolha dos instrumentos operativos nesse processo de objetivação humana. Dessa forma, é na relação de unidade entre teoria-fim-meio que ocorre a efetivação da prática. (SANTOS, 2011, p.56).

Conhecer a realidade, captar a sua essência e o seu movimento à luz de uma determinada teoria crítica, permite definir e criar estratégias profissionais que condizem com os princípios éticos e políticos do atual projeto profissional, direcionado numa perspectiva de emancipação humana.

2.2.1 Instrumentos e técnicas no cotidiano do/a Assistente Social

O manuseio e a escolha dos instrumentos e técnicas concretizam o trabalho do Serviço Social, superando sua imediatividade somente a partir da relação existente entre as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas. É a partir dos instrumentais que o/a profissional exerce o seu trabalho, mediando sua consciência com a realidade, se recriando e potencializando sua intencionalidade. Para Sarmiento (2012),

A técnica não é só criação enquanto um fato em si mesmo, mas corresponde a um conjunto próprio de determinada cultura, pois perderia seu sentido técnico se fosse separada do complexo de relações sociopolíticas e econômicas de sua conformação temporal e histórica. É neste complexo conjunto de relações que os instrumentos se constituem e se apresentam como potencializadores das intencionalidades teórico-políticas do profissional para a efetivação da ação e, as técnicas, se constituem nas maneiras através das quais ele conduz suas ações ou objetiva suas intencionalidades (SARMENTO, 2012, p.112).

O autor sinaliza que as ações desenvolvidas, aquilo que é realizado e como é realizado, depende de escolhas, de paradigmas e da capacidade de respostas concretas à situação histórica. Portanto, o instrumental e sua aplicação estão à disposição do/a profissional e depende de como é construída e planejada a intervenção, a partir de seu posicionamento ético, político e teórico perante a realidade e os sujeitos. Assim sendo, não existem modelos a ser seguidos, mas um trabalho pensado e construído, que se materializa no cotidiano através de sua dimensão operativa.

Portanto, discutem-se os instrumentos mais utilizados no âmbito profissional, aqueles tradicionalmente mais citados pelos/as profissionais como: o relacionamento, a observação, a informação, a abordagem, a entrevista, a reunião, a visita domiciliar, o estudo social e o relatório.

O relacionamento é construído através do contato que o/a profissional estabelece com o usuário. Segundo Sarmiento (2012), esta relação deve ser intencional, “[...] o relacionamento é esta ação profissional intencional na relação, isto é, o processo de reconstrução das relações no campo das mediações, no campo das relações sociais” (p.114). Isto quer dizer que o conhecimento da realidade, da cultura social, das relações sociais de produção estabelecidas em nossa sociedade, permite ao Serviço Social reconstruir este relacionamento em outro nível. Qual relacionamento pode ser tecido?

De que maneira é estabelecido este relacionamento? Como percebo o indivíduo que utiliza os meus serviços? As respostas dependem de como o/a profissional concebe e conhece a realidade.

A observação é um instrumento importante, principalmente na coleta de dados qualitativo. Entretanto, a sua qualidade depende da clareza do/a profissional

sobre seus objetivos, para direcionar sua atenção de forma específica e de acordo com o contexto. O olhar profissional ultrapassa a superficialidade, num processo de descobrimento e conhecimento, que vai além dos aspectos imediatos que se mostra aos sentidos.

A informação organiza e liga dados importantes que podem interessar aos indivíduos ou à população em geral, por isso, não pode ser retida como algo privativo ou de interesse particular. Infelizmente, devido à cultura brasileira fundada sobre o clientelismo e o “favoritismo”, o direito à informação é ainda um processo em construção. Adverte-se que o conhecimento gerado por novas informações pode induzir novas formas de pensar e agir num determinado contexto social.

A abordagem é um processo prévio, é a fase inicial e base do relacionamento. Este primeiro contato de aproximação entre o/a assistente social e o usuário deve ser pensado e programado, e não realizada ao acaso, uma vez que moldará todo o relacionamento profissional. É a partir da abordagem que pode ser instaurado um diálogo aberto e crítico, possibilitando troca de informações, experiências e conhecimentos.

A entrevista é um dos instrumentos mais utilizados pelo/a profissional no seu espaço de trabalho. Lewgoy & Silveira (2007) descrevem como a entrevista foi entendida e utilizada pelos/as assistentes sociais ao longo da história, a partir de um contexto e de um determinado marco teórico. Contudo, as autoras destacam que, apesar das diferentes concepções, existem elementos em comum que identificam e definem a entrevistas, como o conhecimento, a intencionalidade, o respeito pelo sujeito e sua operacionalização (p.236).

Haguette (1997, *apud* Brandão, 2006) conceitua a entrevista como “um processo de interação social entre duas pessoas, na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte de outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 1997, p. 95).

Sarmento (2012) vai além dessa definição. O autor assevera que esta relação construída entre os sujeitos depende dos diferentes papéis estabelecidos e que podem refletir as relações instaladas entre indivíduo e sociedade. Por conseguinte, a relação é contraditória, pode ou não possibilitar o estabelecimento de um diálogo com o indivíduo, numa construção de novos significados, desvendando o real e reduzindo a alienação do entrevistado e do/a profissional.

Nesse sentido, como afirmam Lewgoy & Silveira (2007), a entrevista deve ser planejada e organizada, sabê-la aplicar com habilidade e registrar devidamente o atendimento para conseguir alcançar os objetivos do trabalho.

Os autores sinalizam a existência de diferentes tipos de entrevistas, como a estruturada, a aberta, a semiaberta, entre outros. Todavia, para qualquer tipo de entrevista, o diálogo e o desvendamento da realidade tornam-se imprescindíveis.

Mioto (2001) alega que as entrevistas podem ser individuais ou familiar/conjunta, esta última possibilita o conhecimento da dinâmica das relações da família, permitindo a construção de um diálogo entre os membros.

A reunião “[...] é o estabelecimento de uma dinâmica na qual emergem as forças vivas dos indivíduos em grupo” (SARMENTO, 2012, p.116). Considera-se o grupo como um espaço constituído por indivíduos de diferentes estratos sociais ou não, lugar onde se manifestam relações de poder e de força, reproduzindo a contradição da sociedade e suas relações de classe.

A realização da reunião envolve uma dinamicidade do grupo à medida que emergem as relações de poder entre os membros: a decisão deve ser tomada pelos participantes e deve ser evitar a contradição e o autoritarismo e buscar a democracia; evitar a dependência e a autonomia para a tomada de decisão e direção (BRANDÃO, 2006, p. 101).

A participação no grupo, a integração entre os membros, a construção do novo através do respeito ao diferente e ao pensamento do outro é um processo de conquista, construído coletivamente. Uma tarefa difícil, um caminho lento e gradual, principalmente numa sociedade de classe, onde existe a divisão entre os que pensam e elaboram leis, categorias, conceitos e os que executam, bem como levando em consideração a peculiaridade da formação social brasileira, em que a participação e a tomada de decisão sempre aconteceram de cima para baixo e não um processo escolhido e assumido pela população mais pobre.

A visita domiciliar, como a entrevista, é um instrumento conhecido do/a assistente social e objetiva conhecer a realidade dos indivíduos no seu contexto familiar e de inserção na sociedade, assim como as relações de reprodução material.

Esse instrumento foi amplamente criticado pelo Serviço Social, principalmente por seu uso “policialesco”, uma intervenção que visava fiscalizar a

família e o comportamento de seus membros. Mas ao contrário, a visita familiar não deve ser um instrumento de controle, e sim utilizado como viabilizador de direitos. É neste contexto que a visita domiciliar amplia o vínculo do/a profissional com o usuário, o conhecimento sobre uma determinada situação, pois não podemos conhecer as pessoas num “primeiro olhar”, mas é necessário desvendar o que se apresenta na superfície.

O estudo social é o instrumento por excelência do Serviço Social. Conhecido também como estudo socioeconômico, o estudo social constitui-se como uma competência específica do profissional. Segundo Miotto:

O avanço e consolidação do debate da profissão no bojo da teoria crítica fizeram surgir várias aproximações que passaram a ser construída para redimensionar a prática dos estudos socioeconômicos em diferentes espaços sociocupacionais, especialmente aqueles vinculados ao campo sociojurídico. Nesses processos de construção do debate, os estudos socioeconômicos também foram se afirmando terminologicamente como estudo social, simplesmente. As manifestações provindas das diversas áreas profissionais têm insistido na importância dessa ação profissional e têm destacado a realização dos estudos sociais sob o ponto de vista da totalidade e da garantia de direitos. (*apud* CFESS, 2010, p.485)

Compreende-se que o estudo social é um instrumento que permite ao profissional o conhecimento da realidade e do contexto de vivência dos indivíduos, como eles se apresentam, como se organizam, de que forma sobrevivem e que relações estabelecem com o contexto social.

A partir do estudo social, o/a assistente social eleva-se do cotidiano, num processo de reflexão do real e do humano, para retornar a ele no objetivo concreto de intervir na vida social dos indivíduos.

Para viabilizar esse processo, torna-se necessário que o estudo social se pautem numa visão crítica da realidade e não como obtenção de dados, que podem ser manipulados por segmentos sociais visando o controle sobre o comportamento de indivíduos na sociedade.

Concorda-se com Fávero (2004) quando assevera que “[...] o estudo social tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais” (p.486).

Portanto, o estudo social permite estabelecer a relação existente entre os aspectos subjetivos e individuais dos sujeitos e a dimensão estrutural e conjuntural, uma vez que os diferentes momentos do cotidiano são influenciados por sua estrutura econômica e pelas circunstâncias de um dado momento histórico. Para Yamamoto (2004), as situações individuais e familiares “[...] condensam simultaneamente, as dimensões universais, particulares e singulares da vida em sociedade” (p.286).

Por conseguinte, afirma-se que os estudos sociais são instrumentos valiosos, que fundamentam pareceres e avaliações numa perspectiva de “viabilização de direitos, um meio de realização do compromisso profissional com os usuários, tendo em vista a equidade, a igualdade, a justiça social e a cidadania” (SILVA, 2000, p.116). De fato, o estudo social possibilita a tomada de decisões por meio de pareceres, relatórios, encaminhamentos, entre outros.

Conseqüentemente, o estudo social não é somente um procedimento técnico, mas deve realizar-se de forma consciente e responsável, tendo uma dimensão ética expressa. É um trabalho complexo, que exige clareza sobre o marco teórico que orienta a profissão, conferindo-lhe um determinado direcionamento.

O relatório social se integra ao estudo social. É um documento que pode simplesmente descrever ou, diferentemente, interpretar e analisar uma dada situação real. Brandão (2006) define com propriedade a essência do relatório:

O relatório é parte complementar do estudo social e apresenta, com menor ou maior detalhamento, a sistematização do estudo realizado e constitui-se em instrumento de poder. Ou em um saber convertido em poder de verdade. Esses documentos apresentam, de forma cristalizada pela escrita, as informações colhidas, suas interpretações sobre a fala do sujeito, dos demais dados obtidos e a análise realizada fundamentam uma teoria (BRANDÃO, 2006, p. 103).

Com essas afirmações, corrobora-se a importância e o cuidado na elaboração do relatório, uma vez que resume todo o processo investigativo de análise da realidade e de vida dos indivíduos envolvidos, um saber construído, que pode ser averiguado por outros indivíduos, desencadeando futuros encaminhamentos e planejamentos.

Os instrumentos citados podem ser considerados ainda válidos no exercício da profissão, embora não queiram limitar a possibilidade em usufruir ou criar outros

instrumentais. O objetivo é permitir uma maior reflexão sobre a importância do seu uso no interior do Serviço Social e sua qualificação, que se estabelece a partir de um direcionamento específico, ou seja, tendo como base o referencial ético-político e teórico-metodológico da profissão.

2.3 A condição de trabalhador assalariado do/a Assistente Social

A Lei 8.662, que dispõe sobre a profissão do/a assistente social, preconiza a respeito da liberdade do exercício profissional (artigo 1º), liberdade entendida como a possibilidade de conduzir a ação profissional de forma autônoma, ou seja, a independência que o/a profissional possui no planejamento e no direcionamento de seu trabalho.

Desta forma, o/a profissional pode estabelecer processos de intervenção, utilizar diferentes instrumentos e técnicas, com a finalidade de atender as reais demandas dos/as usuários, numa perspectiva de viabilizar o projeto político pedagógico da categoria. Estas considerações sinalizam que o gestor não pode impedir ou limitar a condução de atividades profissionais, situação defendida pela categoria e reiterada nos vários documentos elaborados pelo CFESS (2009).

Contudo, é necessário ressaltar que a condição de trabalhador assalariado e a particularidade do espaço ocupacional podem restringir ou impedir uma atuação autônoma do/a profissional.

Estudos sobre a profissão (IAMAMOTO, 2011; GUERRA, 2011; SERRA, 2012) mostram que o Serviço Social, desde seu reconhecimento a partir do século XX, sempre foi, principalmente, uma profissão institucionalizada em nível estatal. O/a assistente social é um trabalhador assalariado, que oferece seus serviços em troca do salário, necessário à sua sobrevivência e, por isso, precisa ser contratado/a por seu empregador para desenvolver determinadas tarefas.

As pesquisas realizadas ao longo dos anos confirmam essa realidade: no Rio de Janeiro, na década de 1990, foi realizado um levantamento sobre o mercado de trabalho do Serviço Social, constatando que 70% a 85% dos/as profissionais estavam inseridos em órgãos públicos (SERRA, 2012, p.216). A pesquisa realizada

pelo Conselho Federal de Serviço Social¹⁶ em 2005 demonstra que o conjunto de assistente social continua sendo trabalhador assalariado de organismos governamentais, principalmente nas políticas públicas da saúde e de assistência social, caracterizando-o como servidor público: 78,16% em organizações estatais, destes, 40,97% na esfera municipal, 24% no estado e 13,19% em nível federal (CFESS, 2005). Apesar da necessidade em atualizar os dados, a pesquisa realizada a nível local pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2010¹⁷ reafirma a situação de trabalhador assalariado dos/as profissionais e sua maior inserção em instâncias públicas.

Iamamoto (2012) sinaliza a relatividade da autonomia profissional na condução de suas atribuições no espaço ocupacional, tensionada pela compra e venda desta força de trabalho especializada. Também, como trabalhador assalariado, o/a profissional assume toda uma série de consequências que atingem os trabalhadores, não somente aqueles que estão mais diretamente ligados à produção, mas também aqueles inseridos juntos aos serviços. Consequências estas, que têm sua origem na reorganização do sistema de produção capitalista, para que o capital possa manter seus níveis de acumulação.

Lembra-se que o capitalismo está enfrentando uma das maiores crises a nível mundial. Uma crise que tem sua origem na implementação do projeto neoliberal até suas últimas consequências, o que desencadeou a desregulamentação dos mercados, o ataque a direitos sociais dos trabalhadores, à valorização do individualismo em detrimento de ações coletivas e o convencimento de que o trabalhador precisa adaptar-se à “nova” situação e sustentar a competitividade no mercado.

A precarização e a flexibilidade do trabalho são visíveis nas diferentes formas de contratação do trabalhador, contratos por tempo determinado ou *part-time*, às vezes o período de desenvolver um projeto específico ou uma determinada ação, implicando uma falta de direitos e de organização coletiva, contratos precários, além de salários baixos, pressões das gerências e o caminho para o desemprego (DRUCK, 2010).

¹⁶ A pesquisa “Assistentes sociais no Brasil: elementos para estudo do perfil profissional” (CFESS, 2005) foi realizada em parceria com a Universidade Federal de Alagoas – UFAL e os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS.

¹⁷ A pesquisa “Trabalho na Sociedade contemporânea e o trabalho do assistente social”, promovida pela Rede de Pesquisa sobre Trabalho do Assistente Social - RETAS.

Para Santos (*apud* MOTA, 2012), “[...] o trabalhador tornou-se um indivíduo defensor de sua própria sobrevivência no mundo do trabalho” (p.127). Aqui a referência é a própria sobrevivência enquanto trabalhador, a luta é para a vida e, por isso, interesses individuais muitas vezes prevalecem em detrimento de um projeto coletivo societário, causando uma perda de identidade de classe. Ainda, consideram-se as condições do exercício profissional, às vezes sem estrutura física adequada, sem meios de locomoção e sem equipamentos básicos. É nesta conjuntura de insegurança e instabilidade que o/a profissional organiza sua rotina cotidiana, objetivando promover um trabalho de qualidade, mesmo diante da pressão do seu empregador e de quem recebe determinado serviço.

Acredita-se que o/a assistente social faz parte do conjunto de trabalhadores representado por uma entidade específica e que sua condição de assalariado impregna “o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores” (IAMAMOTO, p. 215). A alienação percebida como estranhamento do/a profissional diante do contexto social e da própria situação de trabalhador assalariado, se distanciando em relação a certas dimensões da vida cotidiana. Segundo Guerra (2011):

Ao não se perceber como trabalhador assalariado, desprovido dos meios de produção, o assistente social pode acreditar na sua autonomia, que somente se explicita no plano jurídico-formal. [...] A intervenção profissional enquanto prestação de serviços, ao ser retirado do confronto direto entre capital-trabalho, tem obscurecida sua função política no interior dos antagonismos entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista [...]. (GUERRA, 2011, p.156).

Nesses termos, o/a profissional que não percebe as relações sociais mediadas pelo capitalismo, um modo de produção que determina ao mesmo tempo riqueza e miséria social, formas de inclusão e exclusão e que molda a vida concreta dos indivíduos, não conseguirá superar a visão fragmentada da sociedade, captando somente os fenômenos isolados e, por isso, acreditando na imparcialidade do Estado e do agir profissional.

Pelo contrário, o Serviço Social encontra-se num terreno contraditório e denso de tensões e conflitos, tendo uma relativa autonomia e condicionado por uma série de fatores estabelecidos pela instituição empregadora. Este contexto

contraditório pode viabilizar ou limitar as ações e os objetivos profissionais postos, possibilitando ou não a materialização do projeto profissional.

Refletir sobre os espaços sócio-ocupacionais do serviço social implica considerá-los como expressões das dimensões contraditórias do fazer profissional, nos quais se condensam e se confrontam concepções, valores, intencionalidades, propostas de sujeitos individuais e coletivos, articulados em torno de distintos projetos em disputa no espaço institucional onde se implementam políticas públicas (RAIQUELIS, 2010, p.752).

O Serviço Social se insere em diversos campos de trabalhos, atuando de forma diferenciada e dependendo das finalidades de um determinado serviço. Espaços ocupacionais onde o cotidiano profissional é organizado a partir da realização de regulamentos, normas, leis, obedecendo às determinações estabelecidas por indivíduos que ocupam posições hierárquicas superiores. Portanto, o trabalho do/a assistente social, permeado de intencionalidade, valores e posicionamentos ideológicos, defronta-se com concepções e projetos individuais e societários diferentes.

Nesses termos, o/a profissional precisa ter clareza sobre seu posicionamento ideológico, seu projeto societário e profissional, tendo em vista que é no local de trabalho que se efetivam suas competências e atribuições, lidando com situações concretas vividas pelos indivíduos, mas que decorrem por determinações de classes.

A sociedade, na medida em que se desenvolve e se torna mais complexa, exige respostas diferenciadas, imediatas e eficientes para “solucionar” seus problemas. Um desafio para o/a assistente social que deve aprimorar sua competência crítica para não deixar-se manipular pelo discurso estabelecido, que surge a partir de uma determinada classe social e organização societária.

Recordando o que foi sinalizado no decorrer do trabalho, a partir da sociedade dos monopólios, o Estado incorpora procedimentos racionais utilizados na empresa, procurando administrar a sociedade, criando e aperfeiçoando espaços de trabalho para o Serviço Social com a finalidade de reorganizar e normatizar a vida dos indivíduos.

Transformam-se situações que têm sua origem a relação capital e trabalho, em problemas e questões, possuidores de uma realidade própria e, portanto,

passíveis de serem resolvidas através de métodos racionais de causa e efeito ou relações de eficácia e eficiência (GUERRA, 2011, p. 129).

Concorda-se com Netto (1989) e Guerra (2011) que as demandas provocadas pelos trabalhadores em busca de uma melhoria de vida impulsionam um contínuo redimensionamento do Estado para perpetuar o modo de produção capitalista:

São as repostas dos trabalhadores no intuito de atender as suas necessidades materiais que, ao se expressarem como formas de resistência e mobilização mais ou menos organizadas, determinam, alteram, diversificam os métodos de racionalização da classe burguesa, de modo que os processos racionalizadores burgueses acabam sendo submetidos aos movimentos das classes trabalhadoras. Tencionado o campo onde figuram as relações de produção há que se acionar um mecanismo externo, que possa “arbitrar de maneira imparcial e neutra” sobre essas relações (GUERRA, 2011, p. 128).

Portanto, tendo como direcionamento teórico a ciência positiva, o Estado intervém e procura administrar os conflitos oriundos da relação entre o capital e o trabalho, através da inserção de políticas públicas, que visam atender carência e deficiências subjetivas e individuais, neutralizando processos que visam à superação da sociedade posta.

Por isso, considera-se a posição de Guerra (2011) em afirmar que as políticas sociais determinam e conforma o agir profissional, suas ações, seus objetivos e sua intervenção. As políticas sociais incorporam uma racionalidade que objetiva mascarar e minimizar a exploração bárbara de uma organização socioeconômica que submete o homem à sua vontade, transformando-o em mercadoria.

Não obstante, como salienta Yazbek (2009), as políticas sociais são espaços de lutas e de confronto e “vêm se constituindo historicamente em mediações fundamentais para o exercício profissional do trabalho do assistente social” (p.108), concretizando o acesso do usuário a determinados recursos e bens que podem mudar aspectos de sua vida cotidiana. Portanto, os planos, os projetos, os programas e todo o conjunto de ações estabelecidas pelo poder público são resultados de disputas e de relações contrárias entre segmentos societários que representam interesses distintos.

Assim, destaca-se a contradição da intervenção profissional que permite entender que:

A atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em interações. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e *só pode fortalecer a um ou outro polo da relação pela mediação de seu oposto*. Participa tanto de mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela atividade, da resposta à sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, *reforçando as contradições* que constituem o móvel básico da história (GUERRA, 2009, p. 101). (Grifos da autora)

Nesses termos, é importante para o/a profissional apreender o significado social da profissão e compreender a realidade e sua constituição societária, a lógica racional que organiza a vida dos indivíduos e fragmenta as relações sociais em problemas, que podem ser solucionados na sua aparência e imediaticidade.

Essa realidade faz com que o Estado e toda a sua administração sejam entendidos como uma instituição detentora da verdade e de soluções para todos, desaparecendo seu interesse de classe, acreditando no seu agir neutro e imparcial. Para manter sua posição estratégica na sociedade, a necessidade contínua de aprimoramento técnico, de estudo sobre os fenômenos sociais, transformados em objetos individuais da política social e a procura de novas estratégias de inclusão.

Nesse contexto o Serviço Social ganha espaço nos diferentes ambientes de trabalho, não somente atuando na inserção de projetos e programas, mas também em espaços de planejamento, coordenação e gestão, num contínuo aprimoramento de seu trabalho. A preocupação é perceber a lógica escondida por detrás de determinadas intervenções e do capitalismo contemporâneo e atuar favorecendo os interesses dos usuários, possibilitando iniciativas desafiadoras.

Guerra expressa muito bem a lógica oculta de determinados instrumentos de intervenção, utilizados para avaliar o acesso dos indivíduos aos programas e projetos determinados:

[...] Enquanto meios de influenciar a conduta humana, adequando-a aos padrões legitimados de vida social, manipulando racionalmente os problemas sociais, prevenindo e canalizando a eclosão das

tensões para os canais institucionalizados estabelecidos oficialmente (*Ibid*, p.136).

Portanto, sem o conhecimento e estudo crítico da realidade e sem finalidade estabelecida pelo/a profissional, a intervenção pode direcionar-se exclusivamente numa perspectiva de previsibilidade e controle do desequilíbrio social. Assim, a racionalização posta pelo processo de organização da sociedade burguesa, influência também, a percepção do/a assistente social, que reproduz no cotidiano do seu trabalho a visão reducionista do Estado e das políticas sociais, tendo como objetivo maior a busca de metodologias de trabalhos diferenciadas, sem importar-se da ideologia oculta, para solucionar as situações que lhe aparecem no cotidiano.

O entendimento desse processo é de fundamental importância, principalmente na conjuntura econômica e política atual, em que o direito, e, principalmente o direito à assistência social, tornou-se objetivo final da intencionalidade de muitos profissionais do Serviço Social. Este discurso, embora se reconheça sua necessidade imediata, sem a ação crítica pode reforçar a aceitação passiva de segmentos populacionais de sua condição.

Para o CFESS (2009), a proteção social não é responsabilidade exclusiva da Política de Assistência Social, mas se realiza a partir de uma articulação entre diferentes programas ou projetos, que possam garantir direitos relativos à moradia, saúde, educação, segurança pública, transporte, entre outros.

Portanto, a intervenção profissional não pode limitar-se à mera execução de atividades estabelecidas *a-priore* pela instituição empregadora, que trata as demandas dos indivíduos a partir de uma abordagem individualizante e estigmatizante, o que resultaria num processo de “gestão da pobreza” (BRASÍLIA/CFESS, 2009), minimizando as desigualdades sociais e reforçando a aceitação passiva de segmentos populacionais de sua condição.

Pelo contrário, o/a profissional pode desencadear ações que permitem o diálogo entre as diferentes políticas e atendam às necessidades dos indivíduos, num processo de fortalecimento dos segmentos sociais mais desprotegidos. Deste modo, o Serviço Social não pode repetir a violência de uma instituição que nega a posição de sujeito do/a usuário dos serviços.

No Capítulo Terceiro apresenta-se um dos espaços de atuação do/a assistente social, norteado pela política de acolhimento institucional. O intuito é

ilustrar o cotidiano profissional regulado pela política de atenção à criança e ao adolescente sob a orientação das legislações e normativas vigente.

3. A POLÍTICA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

O Capítulo trata sobre a Política de Atenção à Infância e Adolescência e a inserção do Serviço Social, principalmente no que tange ao atendimento em acolhimento institucional. No Brasil, um longo processo de discriminação, desigualdade e violência marcou a história de crianças e adolescentes provenientes de famílias pobres, negras e indígenas. A abertura política de 1988 abriu caminho para mudança de paradigma no trato à criança e ao adolescente, que com a aprovação do ECA tornou-se sujeito de direito, necessitando proteção especial por parte do Estado e da família. As novas determinações como a Lei 12.010/2009, o SUAS e o PNCFC definem a convivência familiar objetivo prioritário, redefinindo a linha de atuação do acolhimento institucional e a intervenção do/a assistente social. Deste modo, a excepcionalidade e a provisoriedade do acolhimento convergem todo o trabalho da instituição na reintegração familiar. Entretanto, as ações pontuais da assistência e a falta de políticas públicas complementares comprometem esse processo, dificultando a permanência da criança no lar e sobrecarregando, fragilizando ainda mais as famílias.

3.1 Caminhos percorridos pela política de atenção à infância e juventude

A criança, o adolescente e suas famílias foram áreas de intervenção do Serviço Social desde seu primórdio. Entretanto, a falta de estudos que tratam especificamente da atuação do/a profissional no interior das instituições de acolhimento dificulta traçar um percurso histórico, vislumbrando reflexões a partir dos caminhos percorridos pela política de atenção à infância.

A leitura de estudos sobre a criança e o adolescente (SILVA, 1997; RIZZINI, 2004; FALEIROS, 2006; PRIORE, 2002) revela que até o século XIX o atendimento era realizado exclusivamente por entidades da Igreja católica e a inserção do Serviço Social junto à infância acontecia por meio do Sistema Judiciário a partir da metade do século XX.

Destaca-se que o sentimento de infância e o conceito de criança devem ser entendidos como uma realidade social construída historicamente. Para o historiador Áries (1981), antes do advento da modernidade, a criança era considerada um adulto em miniatura e não existiam cuidados especiais com suas necessidades. A criança não despertava sentimentos profundos, vista pela sua relação com o mundo dos adultos e sua utilidade na sociedade.

É a partir do século XVIII que se define o conceito de criança, acompanhando as mudanças históricas que vêm ocorrendo na sociedade ocidental e que modificaram a organização da família e as relações entre pais e filhos. A criança passa a ser educada no seio da família, despertando, segundo o autor, o sentimento de infância. A sociedade passa a considerá-la como indivíduo social no conjunto da coletividade que gera preocupação e cuidados. Contudo, a formação deste sentimento não acontece de forma homogênea em todas as classes e países, dependendo das diferenças existentes na formação social de cada grupo social.

Cada sociedade diferencia-se uma da outra a partir de valores que elege coletivamente, estabelecendo padrões culturais e econômicos próprios, que se modificam ao longo da história. Em alguns povos indígenas, por exemplo, não existe a adolescência, mas a criança passa por uma iniciação que a torna adulta, apta para casar e desenvolver atividades para o bem da coletividade.

Nas sociedades ocidentais, acontecimentos históricos, como a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, propiciaram a formação das cidades, a ascensão da burguesia comercial e a organização da classe operária. Neste contexto, os trabalhadores que vendiam a própria força trabalho e ingressavam nas fileiras dos assalariados, precisavam ser disciplinados e educados para integrar-se à sociedade capitalista e a criança e o adolescente também era mão de obra associada à força de trabalho.

Desse modo, a educação passa a ser alvo de preocupação, principalmente por juristas e religiosos, criando na sociedade a necessidade de formação de instituições de ensino, sob a responsabilidade do Estado e da Igreja, direcionadas às crianças e aos jovens pobres, uma vez que se admitia que a criança não estivesse madura para enfrentar a vida e precisava ser submetida a uma disciplina.

Também a família assume o papel de preparar as crianças para o mundo dos adultos através de uma ação moralizadora e espiritual. O espaço privado se fortalece, resgatando crianças e adolescentes para dentro do lar e, em

consequência, incentivando o surgimento da afetividade e o sentimento moderno de família.

A família moderna retirou da vida comum não apenas as crianças, mas uma grande parte do tempo e da preocupação dos adultos. Ela correspondeu a uma necessidade de intimidade, e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida (ARIÈS, 1981, p.278).

O Brasil é um país que tem em sua origem as influências culturais do ocidente: uma sociedade historicamente dependente, desigual e estratificada, onde a memória das relações inerentes à divisão entre senhores e escravos ainda está presente no cotidiano dos indivíduos. Como lembra Priore (2002), no início do século XIX, dos escravos desembarcados no Rio de Janeiro, 4% eram crianças que trabalhavam desde os quatro anos de idade, com os pais ou sozinhas, e mal chegavam a completar dez anos, tendo aos doze anos seu valor de mercado dobrado por estarem já suficientemente adestradas.

Entende-se dessa forma que a separação da criança e do adolescente de suas famílias é algo determinado e construído historicamente. O fenômeno não acontecia com todas as crianças e adolescentes, mas com aquelas oriundas de famílias pobres, filhos e filhas de escravos ou de povos indígenas, considerados aos olhos lusitanos população inferior e brutal. Devido a isto, a cultura europeia impôs, de forma abrupta e rápida, uma nova educação para as crianças e os adolescentes, sob o comando da Igreja católica através da Companhia de Jesus. Este processo propiciou o surgimento das primeiras Casas de Acolhidas, onde as crianças eram educadas e adestradas conforme os padrões diferentes da sua cultura de origem.

A partir do século XVIII o problema do abandono de crianças explodiu, contribuindo para o surgimento da Roda dos Expostos¹⁸ com a finalidade de ocultar a origem de crianças concebidas fora do casamento, única família legítima segundo a moral dominante. Assim, filhos de escravas com brancos e também filhos de pessoas pobres que não tinham condição de criá-los, eram entregues aos cuidados

¹⁸ “A Roda de Expostos foi criada pela Igreja católica, um aparelho de madeira, do formato de um cilindro, com um dos lados vazados, assentado num dos eixos que produzia um movimento rotativo, anexo a um asilo de menores. Sua utilização servia para ocultar a identidade daqueles que entregavam as crianças. No Brasil surgiu no período colonial por iniciativa da Santa Casa de Misericórdia [...] e somente extinto até meados do século XX” (MARCÍLIO, 1997 apud RIZZINI; RIZZINI 2004, p.23).

de instituições religiosas. Ressalta-se que a última Roda foi extinta nos anos 50 do século XX.

Entende-se que no período Colonial e na maior parte do Império, o atendimento à criança e ao adolescente era realizado pela Igreja católica, uma prática essencialmente filantrópica e assistencialista, que organizava a rotina cotidiana a partir do modelo da vida religiosa: “as práticas religiosa e o restrito contato com o mundo exterior eram características fundamentais dos colégios para meninos órfãos e dos recolhimentos feminino, sendo que, no segundo caso, a clausura era imposta com mais rigor” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 24).

Somente a partir do século XIX, o Estado começa a responsabilizar-se pela educação de crianças e adolescentes criando instituições específicas, como a Casa de Educandos Artífices, em que as crianças recebiam o primeiro letramento e aprendiam diferentes trabalhos, entre os quais sapateiro, marceneiro e alfaiate.

Devido à necessidade de recursos humanos de determinadas instituições públicas – Marinha e o Exército - foram instituídas escolas específicas voltadas ao trabalho, que treinavam os meninos para o exercício de tal ofício. Na sua maioria, as crianças eram recolhidas nas ruas e enviadas para a guerra. Segundo Rizzini (2004), o número de crianças recrutadas era maior do que os homens listados voluntariamente.

Um período em que, como bem afirma Faleiros (1995), a existência da criança era totalmente depreciada, “os expostos recolhidos e assistidos ao final de suas etapas, eram conduzidos os poucos sobreviventes, ao trabalho precoce e explorado, pelo qual ressarciam seus ‘criadores’ ou o Estado dos gastos feitos com sua criação” (In: PILOTTI; RIZZINI, p.235).

Devido a um intenso processo de urbanização, entre o final do século XIX e início do século XX, as cidades, meta de migrações da população agrária em busca de novas alternativas, tornaram precária a situação da população, uma vez que não existiam serviços públicos voltados para a saúde e educação, saneamento básico, moradia, entre outros, acarretando um aumento de epidemias e outras doenças fatais.

Autores, que estudaram o Rio de Janeiro na virada do século, retratam a metrópole emergente, com mais meio milhão de habitantes, como tão ou mais insalubre que Paris ou Londres. Caracterizado como verdadeiro ‘inferno social’, o Rio era a capital

das epidemias (febre amarela, peste, cólera, varíola) e de outras doenças fatais como a tuberculose, que não poupavam nem os recém-chegados da Europa, nem os residentes locais, adultos ou crianças (DINIZ; CUNHA, 1996, p.14).

Ao mesmo tempo em que crescia o comércio, a indústria e o mercado de serviços, por meio da expansão urbana e industrial, também aumentava a miséria, a violência, a exclusão social da população mais pobre, a qual era afastada do universo da produção e do consumo. Entende-se, que a partir daí começa uma revisão de valores, do conceito de espaço, de tempo, do trabalho e, também, um novo processo de enfrentamento da situação da criança e do adolescente.

É nesse período que se inicia uma prática de limpeza da cidade, uma verdadeira higienização da população, através do processo de eugenia (purificação das raças) e de degenerescência (desvios patológicos transmitidos hereditariamente), numa tentativa de que a criança não assimilasse características da família de origem e não se tornasse um delinquente.

Essa fase, também caracterizada como filantrópico-higienista (SILVA, 1997), tem como principais representantes os médicos e os juristas, que atuavam de forma repressiva e controladora com a finalidade de adaptar a criança e a família à nova situação e prepará-la, através de uma disciplina rigorosa, para o trabalho.

Nesse contexto, a criança e o adolescente que não seguia normas e regras estabelecidas tornavam-se alvo de controle por parte do sistema judiciário:

Por seu caráter desviante, passando a representar um grupo de menor valia para a sociedade produtiva, o qual por potencial ou efetivamente se desviar da norma, aglutinará em torno de si uma assistência e um aparelho judiciário e legislativo cada vez mais especializado (DINIZ; CUNHA, 1996, p.17).

O controle das crianças e dos adolescentes acontecia através de mecanismos repressivos legalizados pelo Estado, como por exemplo, o Código Criminal de 1830, que já determinava a internação para menores de catorze anos em Casas de correção. A mesma lógica continua no Código Penal de 1890, diferenciando-se no que tange aos menores de nove anos, considerados inculpáveis e, os que tivessem entre nove e quatorze anos seriam submetidos a um exame de

discernimento para avaliar a possibilidade de serem, ou não, responsabilizados pelos atos cometidos.

Apesar da pequena diferença na norma legislativa, os dois Códigos tinham um caráter de controle social, objetivando evitar e corrigir desvios de comportamentos que ameaçavam a ordem pública e o sossego das famílias, e enquadrar as crianças e os adolescentes numa determinada ordem social, salvando-os de ambientes considerados perigosos.

O Sistema Judiciário tinha o poder de reprimir àqueles que não se enquadravam na lógica da produção e do trabalho, tais como a vadiagem, a embriaguez, a mendicância, a prostituição: “a questão social é uma questão de polícia”, dizia Washington Luís em 1906, Secretário da Segurança Pública, deixando transparecer o tratamento que se deveria dar àquelas questões (PRIORE, 2002, p.228).

Essa lógica positivista se fortalece a partir dos anos de 1920, quando a criança torna-se objeto jurídico e assistencial¹⁹. Segundo Faleiros (2006), as instituições criadas como o primeiro Juizado de Menores em 1923, o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, o Abrigo de Menores (ambos em 1924) e a formulação do Código de Menores²⁰ em 1927, incorporaram uma a visão higienista, de limpeza do espaço urbano e do indivíduo, e uma perspectiva jurídica de controle moral e repressão, estabelecendo uma relação entre abandonados e vadios, facultando ao juiz o poder de “reestruturar” o menor.

O Juízo de Menores, na pessoa de Mello Mattos, estruturou um modelo de atuação que se manteria ao longo da história da assistência pública no país até meados da década de 1980, funcionando como um órgão centralizador do atendimento oficial ao *menor* no Distrito Federal, fosse ele recolhido nas ruas ou levado pela família. O juízo tinha diversas funções relativas à vigilância, regulamentação e intervenção direta sobre esta parcela da população, mas é a internação de *menores abandonados e delinquentes* que atraiu a atenção da imprensa carioca, abrindo espaço para várias matérias em sua defesa, o que sem dúvida, contribuiu para a disseminação e aceitação do modelo. Pela crescente demanda por internações desde a primeira fase do juízo, percebe-se que a temática popularizou-se também entre as classes populares, tornando-se uma alternativa de cuidados e educação para

¹⁹ O Decreto 16.272 de 1923 “aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores” e, o Decreto 17.943 “consolida as leis de assistência e proteção aos menores” (RIZZINI, 2002).

²⁰ O Código de Menores foi idealizado por Mello Mattos, o primeiro juiz de menores do Brasil, que permaneceu no cargo de 1924 até 1934 (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 29).

os pobres, particularmente, para as famílias constituídas de mães e filhos. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.30).

Nesses termos, a institucionalização de crianças e adolescentes aceita pela sociedade, naturaliza-se, tornando-se uma alternativa “melhor” para aquelas que provinham das classes mais desfavorecidas.

A partir da década de 1930 o Estado entra em cena com mais afinco, elaborando Políticas Sociais Públicas, especificamente no atendimento ao menor²¹, categoria cada vez mais incorporada com o significado discriminatório e classista da criança pobre. Instituições são criadas para o atendimento a esta parcela de população: Conselho Nacional de Serviço Social (1938), Departamento Nacional da Criança (1940), Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM), 1941 e Legião Brasileira de Assistência (LBA), 1942.

O contexto histórico e a necessidade de profissionais mais especializados propiciam a inserção do Serviço Social junto à criança e ao adolescente, principalmente através do Sistema Judiciário e do Serviço de Assistência ao Menor (Rio de Janeiro e São Paulo), primeiras instituições públicas a requerer assistentes sociais.

Segundo o estudo de Celestino (2011), os/as profissionais que atuavam no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro executavam ações extremamente repressoras e punitivas, o objetivo era ajustar o comportamento do indivíduo à sociedade, para que pudesse funcionar harmonicamente e sem conflitos.

Os indivíduos pobres, assim como crianças e adolescentes, eram tratados como criminosos, e através de diagnósticos executados pelo Laboratório de Patologia Infantil²² procuravam-se doenças e enfermidades a serem curadas. Entretanto, a dificuldade em descobrir as causas dos crimes, fez com que o contexto familiar e o meio social fossem levados em consideração. Momento em que o Serviço Social começa a ser avaliado como uma profissão fundamental para a Justiça.

Observa-se que o espírito científico da época influenciou e contribuiu para a organização das instituições estatais como o Juizado e a Assistência, as quais

²¹ Bulcão (2002) identifica a construção de duas infâncias: o conceito de menor associado à criança pobre, que perambula livre pela cidade, abandonada e apta à delinquência, vinculada a instituições como cadeia, orfanato, asilo etc., e, outra associada ao conceito de criança, ligada a instituições como família e escola e não precisava de atenção especial.

²² O Laboratório de Patologia Infantil foi criado em 1936 e auxiliava os serviços sociais do Juizado de Menores.

incorporaram em seus métodos de trabalho estudos provenientes de diferentes áreas como a psiquiatria, a medicina, a sociologia, a psicologia, entre outros. Portanto, as crianças e adolescentes que passavam por essas instituições eram “esquadrinhados, classificados, medidos e interpretados”.

Os relatórios do SAM, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, comprovam a presença do Serviço Social que, tendo por base valores morais e sociais compartilhados pela sociedade da época, considerava necessária uma intervenção moral e cívica para as crianças e adolescentes e uma educação voltada para o trabalho (*Ibid*, 2011). Devido a isto, a institucionalização era uma solução para o/a profissional, acreditando “salvar” as crianças e adolescentes de suas famílias e construir uma nação rumo ao progresso²³.

A internação compulsória de menores, considerado perigoso e suspeito, promovia a quebra dos vínculos familiares numa tentativa de erradicar essa ameaça e estabelecer uma nova ordem social. A partir disso, a intervenção profissional impedia a manutenção de relacionamentos e contatos familiares e, portanto, julgava egoísta o comportamento de uma mãe que quisesse acompanhar o filho na instituição. A família pobre era considerada culpada por situações irregulares ou desviantes, fora de um padrão de família aceito pela sociedade vigente, por exemplo, filhos que permaneciam em casa devido à mãe trabalhar e pai alcoólatra eram internados urgentemente.

Uma intervenção que não questionava e não considerava os interesses das classes trabalhadoras, mas era fiel aos princípios institucionais, classificava os indivíduos e as famílias em boas e más, “uma atitude profissional que não atendia às demandas das famílias e era altamente preconceituosa, moralizante, punitiva e culpabilizadora” (CELESTINO, 2011, p, 50).

Os relatórios constavam de descrições sobre condições de moradias, situação econômica, sanitária e moral das famílias (promiscuidade, alcoolismo, ocupação, entre outros), tipo de assistência pedida e todos os encaminhamentos realizados. As atividades mais frequentes eram visitas domiciliares, encaminhamentos, distribuição de auxílios materiais e formação moral e doméstica, principalmente direcionado às mulheres e às crianças. Um trabalho que visava “[...]”

²³ A época varguista entendia que a intervenção junto à criança e ao adolescente era “uma questão de defesa nacional”.

atingir as famílias das crianças e reeducar os pais, adaptando os indivíduos ao meio [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p.2007).

Ressalta-se que a partir do ano de 1950, a intervenção profissional apresenta maior organização dos dados observados através das visitas e entrevistas, com a ilusão de conferir uma pretensa neutralidade à intervenção.

Entretanto, a lógica tão agressiva e punitiva da época provocou críticas no meio da sociedade, principalmente por parte da Igreja católica, que culpava o poder público de não conseguir proteger as crianças, pelo contrário, o que estava sendo realizado era uma limpeza daqueles considerados desajustados ou delinquentes: “[...] as dificuldades de viabilizar as propostas educacionais do Serviço são depositadas no assistido, considerado ‘incapaz’, ‘subnormal’ de inteligência e de ‘afetividade’, e sua ‘agressividade’, superestimada” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.33).

Adverte-se que durante o período de funcionamento do SAM houve ampliação de convênios com instituições privadas²⁴ para o atendimento da criança e do adolescente, atribuindo-se um valor pago por indivíduo atendido. Isto estimulou o crescimento de inúmeras obras sociais, assim como a corrupção na gestão, uma vez que essas entidades falsificavam os números de internos para receber mais dinheiro.

Com o golpe militar de 1964, o Brasil enfrenta outra etapa histórica: em nome da segurança nacional, a oposição foi silenciada, torturada e afastada, o poder centralizado, o Congresso Nacional controlado e os governadores nomeados (FALEIROS, 2006, p.51).

O SAM, avaliado como ineficaz e classificado pela população como uma escola de delinquentes²⁵, foi extinto. Cria-se, então, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM (1964 -1990), órgão independente do Ministério da Justiça, com autonomia baseada na Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

A tônica era a da valorização da vida familiar e da “integração do menor na comunidade”. O mote “internar em último caso” figuraria com insistência na produção discursiva da instituição. Como órgão normativo, o seu objetivo não era o atendimento direto. O

²⁴ Em 1954, o número das instituições particulares ligadas ao SAM era 300, porém, atuavam de forma irregular, não tendo nenhuma vinculação legal com o Serviço (NOGUEIRA FILHO, 1956, p. 156).

²⁵ A imprensa “ajudou” a criar uma imagem negativa dos *menores* que passavam pelos *internados*, pois ao mesmo tempo em que denunciava os maus tratos cometidos pelas instituições, evidenciava as atitudes violentas e criminosas dos meninos.

planejamento e coordenação da ação assistencial e do estudo do menor eram a sua missão (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 36).

O Serviço Social acompanha o caminho das importantes instituições sociais e procura reorganizar seu discurso e método em sintonia com uma sociedade “em mudança e em desenvolvimento”. Entretanto, a solução encontrada refere-se ao aprimoramento técnico, o que não avança em muito sua atuação, continuando o grande número de internações de crianças e adolescentes objetos de cura assistencial. Destaca-se que a FUNABEM recolheu, entre 1967 até 1972, 53 mil crianças provenientes, a grande maioria, das “favelas cariocas do estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.37).

A família continuava a ser observada sob o prisma moralista e a genitora julgada como irresponsável e insensível perante seus filhos por querer interná-los nas instituições devido às condições de pobreza ou por outros motivos que impediavam a permanência da criança e do adolescente no seio familiar.

A situação reforçava o pensamento da incapacidade das famílias pobres em cuidar de seus membros, corroborada pelo novo Código de Menores de 1979, pautado pela Doutrina da Situação Irregular:

Era feita através do binômio abandono-delinquência. Em outras palavras, aquele ‘menor’ considerado em abandono ou na prática de delinquência era tido como em situação irregular, ou seja, incapaz de se adaptar à vida da cidade. [...]. Esta é a conhecida técnica de individualizar os conflitos para melhor ocultá-los e dispersá-los. (DINIZ; CUNHA, 1996, p.26).

A intervenção visava à internação de crianças e adolescentes considerados perigosos para a população, ou seja, em situação irregular ou fora da norma, um estado de doença social.

Ressalta-se o período histórico em que a segurança nacional era prioridade e as crianças nas ruas acarretavam insegurança à população, achando que podiam ser cooptadas por “agentes internacionais”, conforme revelam alguns documentos oficiais da época, evidenciados por Rizzini (2004).

Essas considerações permitem afirmar que a situação de irregularidade das crianças e adolescentes era associada à situação de pobreza, mendicância, ausência dos genitores ou outros comportamentos considerados desviantes e, por

isso, não condizentes com a moralidade existente, exigindo a intervenção do juiz, cujo poder sobre as famílias era enorme, decidindo o destino de crianças, adolescentes e seus responsáveis.

Assim, conforme Faleiros (2004), “o juiz era também o vigia dos espetáculos e atos de ir e vir das crianças. A verificação da situação irregular era policialesca (fosse feita por policiais ou não), e ao juiz cabia impor a ordem social dominante” (p.9).

Dessa forma, instaura-se uma lógica, ao longo do século XX, em que o Juizado era visto como detentor de soluções: a população mais carente dirigia-se até ele para resolver problemas de moradia, de alimentação de seus filhos, de escola e até mesmo pedindo a internação da prole quando não sabiam mais o que fazer com ela. A Justiça para a criança e adolescente torna-se:

Um aparato institucional que vai produzindo um processo de desqualificação das formas de vida das famílias pobres, reforçando a produção de subjetividades incompetentes, de famílias incapazes de solucionar seus problemas e ao mesmo tempo ampliando os espaços de assistência especializados, dos discursos competentes e das práticas de moralização e culpabilização. (BULCÃO; NASCIMENTO, 2002, p.58).

A relação entre pobreza e incapacidade motivou o processo de institucionalização de crianças e adolescentes, o que acarretou a separação de tantas famílias de seus filhos. O pensamento de que a família pobre nas primeiras dificuldades iria abandonar a prole naturalizou-se, reforçado também pelas mesmas famílias.

O reconhecimento de que “a falta de recursos é um dos determinantes das internações” não impediu a disseminação da concepção de que os pais queriam se ver livre dos filhos. [...]. Seus autores não se furtaram em utilizar os dados para comprovar a “indiferença” e a “insensibilidade” das mães solteiras para com os filhos, em geral, “domésticas que se engajam em uniões livres e sucessivas e que revelam extraordinária indiferença pelo filho”, ocasionando internações sucessivas de seus filhos (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p, 41).

Portanto, perpetua-se no Brasil uma cultura da institucionalização, incorporada e alimentada também pelo Serviço Social, que acreditando na

incapacidade da família, entregavam a responsabilidade das crianças e dos adolescentes para instituições consideradas dignos de confiança.

3.1.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Doutrina da Proteção Integral

A FUNABEM foi um grande fracasso, um modelo centralizador burocrático, coercitivo e altamente repressivo, ou seja, um programa que não oferecia respostas adequadas para as crianças e adolescentes que dela precisassem. Como foi sinalizado no Primeiro Capítulo, o descontentamento da sociedade brasileira perante a repressão e limitações de direitos pela Ditadura Militar desencadeou uma mobilização social que favoreceu o processo de abertura política e a promulgação da CF de 1988 e outros dispositivos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

O Serviço Social acompanhou o momento histórico de mudanças e, junto aos movimentos populares, reivindicava melhores condições de vida e o retorno dos direitos de organização e de expressão, vedados pelo Ato Institucional-5²⁶.

Rumo à redemocratização do país, o governos revogou o conhecido AI-5, possibilitando mais liberdades, o que desencadeou a mobilização da campanha “Diretas Já”, visando eleições para presidente da república.

Foi nesse período que houve uma inquietação maior por parte de profissionais de diferentes áreas com a situação das crianças e dos adolescentes em situação de rua e nas instituições de acolhimento. Diversos estudos internacionais, como os de John Bowlby (2009) e René Spitz (1998), apontavam as consequências da institucionalização, prejudicando um desenvolvimento saudável, além disso, no Brasil, as constantes rebeliões que aconteciam nos internatos e as denúncias da imprensa, mostravam a situação precária desses estabelecimentos.

Um dos movimentos de maior expressão foi o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que surgiu a partir de um projeto elaborado pela *United Nations Children's Fund* (UNICEF) em colaboração com outras Organizações Não Governamentais (ONG's) visando à construção de alternativas

²⁶ O Ato Institucional nº5 (AI-5) foi um Ato Suplementar do Governo da Ditadura Militar instituído em 1968, que fechou o Congresso Nacional por quase um ano, ficando suspensos vários e importantes direitos civis e constitucionais até janeiro de 1979. Neste período qualquer cidadão brasileiro poderia ser preso e perder seus direitos políticos por ordem do Poder Executivo (MIRANDA, 2005, p. 558).

na intervenção para a população de rua. Paulo Freire (1990) foi o teórico que mais inspirou as novas metodologias de ação que tinham no educador de rua o sujeito principal, também a contribuição de debates e reflexões que procuravam analisar o desenvolvimento histórico e econômico do país como causas da desigualdade e da disparidade na distribuição de renda entre as classes sociais. A partir disso, construiu-se o pensamento de que crianças e adolescentes não deveriam ser afastados do núcleo familiar, devendo-se buscar alternativas à internação, desconstruindo o mito da criança abandonada e do adolescente delinquente e em situação irregular. Estas reflexões possibilitaram a organização de um amplo movimento que pressionava para o fechamento dos grandes internatos em todo o Brasil.

O resultado desse processo foi a criação da Comissão Nacional Criança e Constituinte, composta por lideranças da sociedade civil e expoentes do poder público, que conseguiram incluir o artigo 227 e 228 na Constituição Federal:

A Comissão Nacional Criança e Constituinte conseguiu reunir 1.200.000 assinaturas para sua emenda e promover intenso lobby entre os parlamentares pela inclusão dos direitos infanto-juvenis na nova Carta. O saldo desta luta está nos artigos 227 e 228 da Constituição promulgada em 05 de outubro de 1988 (PEREIRA, 1998, p.40).

Além disso, outra contribuição veio da aprovação, em 1989, da Convenção Internacional dos Direitos da Criança das Organizações das Nações Unidas (CDC), tratado internacional que marcou definitivamente a transformação das políticas públicas voltadas para essa população. A Convenção integra princípios e valores da Declaração Universal de Direitos Humanos²⁷, proclamada em 1948, e tem em sua base duas prerrogativas maiores: o cuidado e as responsabilidades.

O texto da Convenção foi redigido a partir de quatro princípios fundamentais: a igualdade entre todas as crianças; as ações voltadas para o interesse superior da criança; a consagração dos valores da vida, da sobrevivência e do desenvolvimento; o respeito à participação da criança (ONU, 1989).

²⁷ A Declaração Universal dos Direitos Humanos orientou a elaboração de diferentes tratados e textos internacionais, entre os quais a Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas para a Infância, que estimulou a elaboração da Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

A intervenção para com a criança e adolescente deve ser permanente e de longo prazo, tendo um caráter preventivo e não emergencial, objetivando a universalidade do atendimento. Ainda, o tratado salienta a importância da família para o crescimento saudável da criança:

Convictos de que a família, elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade;

Reconhecendo que a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, Preâmbulo, 1989, p.1). (Grifos do autor)

A Convenção influenciou fortemente os países signatários, entre os quais o Brasil, que assinou a Convenção em 1990 e redigiu uma legislação nacional específica para o atendimento ao público menor de dezoito anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lembra-se, que a redação do Estatuto não foi um trabalho harmonioso e nem tranquilo, envolveu representantes do mundo jurídico, das políticas públicas e do movimento social em um espaço contraditório em que perpassam diferentes projetos societários. A construção e implementação de uma nova legislação é um processo lento, laborioso e difícil, que continua sendo construída e discutida até os dias atuais.

Promulgado em 13 de julho de 1990, o ECA instituiu-se como Lei Federal nº 8.069, adotando a chamada Doutrina da Proteção Integral, cujo pressuposto básico afirma que crianças e adolescentes devem ser vistos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral, conforme o artigo 4 do ECA que retoma o artigo 227 da CF:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL/ECA, 2002, p.30).

O conceito de proteção integral está expresso claramente no citado artigo, elencando um conjunto de deveres atribuídos à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público, para a garantia dos diversos direitos fundamentais da criança e do adolescente – civis, políticos, econômicos e socioculturais – tratando-os como indivisíveis e interdependentes²⁸, portanto não passíveis de hierarquia, mas aplicados de forma interligada e integrada.

Para a garantia desses direitos, o artigo mencionado impõe uma corresponsabilidade entre a família, a sociedade, a comunidade e o poder público, ou seja, uma responsabilidade partilhada, onde cada um, em sua dimensão, possa promover e garantir através de ações diferenciadas, amplas e/ou integradas, os direitos assegurados em Lei. Estas ações devem ser assumidas como dever e prioridade absoluta²⁹.

Essa mudança de paradigma representou uma nova perspectiva para aqueles que atuam nas Políticas da Infância e Juventude, fazendo com que as instituições redefiniram seu papel e suas ações para responder adequadamente aos requisitos da Lei: toda criança e adolescente deveria, a partir de então, ser efetivamente prioridade absoluta na Assistência, na Saúde, na Educação, na Segurança pública, entre outros.

A criança e o adolescente deixam de ser considerados incapazes, tornam-se sujeitos de direito em desenvolvimento, com características psicológicas e físicas peculiares, necessitando de proteção especial para a formação de sua personalidade, de forma equilibrada, sadia e personalizada, respeitando sua liberdade de expressão.

Conforme o artigo 86 do ECA, o atendimento à criança e ao adolescente deve concretizar-se pela atuação entre as três esferas: “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios” (BRASIL/ECA, 2012, p.40). Entretanto, atendendo aos princípios de municipalização e descentralização, os programas e ações destinadas

²⁸ Indivisível: que não pode ser dividido. Interdependente: dependência recíproca (AURÉLIO, 2004).

²⁹ Entende-se prioridade absoluta com relação à criança e ao adolescente nos seguintes termos: primazia de receber proteção e socorro em qualquer circunstância; precedência nos serviços públicos; preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e juventude (PASSETTI, 2002).

à criança e ao adolescente realizam-se pelo Município através de uma gestão democrática e participativa.

O Estatuto determina a criação de órgãos de cogestão através dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de Direitos em nível nacional, municipal e federal, espaço de deliberações e discussões compartilhado entre o poder público e a sociedade civil.

Todos que estão envolvidos no atendimento às crianças e aos adolescentes precisam ter como orientação principal o projeto proposto pelo Estatuto, bem como, a clareza de suas diretrizes. Entendida não como Lei morta, mas relacionada à dinamicidade das relações sociais, ou seja, um processo em construção, conforme as palavras de Cunha:

Costumo defini-lo como projeto e processo. É projeto porque é engajado e comprometido com a realidade de onde ele brota, e também porque aponta um norte, um caminho a ser seguido que nos referencia em nossas ações. É processo porque é dinâmico e não estático, acompanhando as contradições da realidade concreta e de suas condições materiais. (CUNHA, 1996, p. 34)

Significa afirmar que a realidade é um espaço contraditório, o que torna a aplicabilidade da Lei um processo lento e complexo, mas que não deve impedir de usá-la corretamente para defender direitos e deveres dos indivíduos, pois é um processo em constante movimento, não é estagnado.

Ressalta-se que o conceito de criança e adolescente como sujeito de direitos é recente, fruto da modernidade, uma realidade histórica em que os direitos foram uma conquista de uma determinada classe social em defesa de uma minoria, proclamando uma igualdade jurídica e formal que esbarra na desigualdade social.

O ECA redimensionou o papel do Estado em relação às políticas públicas, ocasionando mudanças no atendimento, principalmente no que tange ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, considerado agora uma medida de proteção, provisória e excepcional (Artigo 101, parágrafo único). O objetivo do Estatuto é propiciar uma mudança de mentalidade através das novas diretrizes para o acolhimento, rompendo com a prática de internação profundamente enraizada na cultura brasileira.

Entretanto, conforme Rizzini (2004), existem poucos estudos acadêmicos que tratam sobre a institucionalização de crianças e adolescentes a partir do ECA e, a mesma autora assevera que, apesar da nova legislação, o atendimento nas instituições continuou de forma asilar, tendo como principal motivo de acolhimento a pobreza ou extrema pobreza³⁰ (p.49).

Dessa forma, a alteração de terminologias empregadas no Estatuto não acompanhou mudanças no atendimento às crianças e adolescentes, que continuavam sendo acolhidos/as em instituições similares aos orfanatos, privados/as de uma convivência familiar e sem preservação dos vínculos familiares.

Essa realidade foi confirmada a partir de um diagnóstico a respeito de 28 instituições visitadas pela VI Caravana Nacional de Direitos Humanos³¹ no mês de dezembro de 2001. O resultado evidenciou que as instituições mantinham um atendimento similar às prisões, impedindo uma aproximação das crianças e dos adolescentes com suas famílias ou com famílias substitutas.

A partir disso, outra pesquisa foi realizada, o “Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada” (IPEA/CONANDA, 2004), constatando-se que 58,2% de crianças e adolescentes apresentavam vínculo familiar; 5,8% eram proibidas judicialmente de contato com familiares; 32,9% com permanência na instituição entre dois a cinco anos, 13,3% entre seis a dez anos e 6,4% uma estadia de mais de dez anos.

A pesquisa evidenciou que 10,7% dos/as dirigentes das instituições pesquisadas eram assistentes sociais e que as equipes técnicas representavam 11,3% da Gestão de Pessoa. Dentre este percentual, 25% dos/as profissionais que integravam as equipes realizavam trabalho voluntariamente, fato que pode afetar o

³⁰ Pesquisas realizadas pelo CIESPI (2002) mostra que nos anos 2001-2002 aumentou de 20% a procura de vaga nos abrigos devido à situação de pobreza (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.52).

³¹ O governo de FHC, ao assumir uma política neoliberal, no momento em que se processava a implementação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) acabou por extinguir a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA), criada para efetivar uma política de atendimento às crianças e adolescentes e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). A responsabilidade no atendimento aos direitos da Criança e do Adolescente ficou com o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Defesa dos Direitos da Cidadania e com o Ministério da Previdência e Assistência Social, através a Secretaria de Assistência Social. O governo Lula criou a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), ligada à Presidência da República e tudo o que for ligado à criança e adolescente de responsabilidade da Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. No ano de 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria de Assistência Social, órgãos responsável pela Política Nacional de Assistência Social, que assume a execução do atendimento em instituições para os programas nas áreas da infância e adolescência (ALMEIDA; NEVES; XAVIER, 2008).

desenvolvimento do programa que exige regularidade no atendimento (MELLO; SILVA, p.126).

Apesar de o Estatuto eleger a família como espaço privilegiado para cuidar da criança e do adolescente, priorizando a convivência familiar como medida protetiva, reafirmando, assim, os artigos 227 e 226 da Constituição Federal de 1988, os dados do atendimento das instituições pesquisadas não indicavam essa direção.

O resultado do Levantamento mostrou que apenas 5,8% das instituições realizavam ações objetivando preservar os vínculos familiares, ações que estimulavam a convivência com os parentes e evitavam a separação de irmãos; ainda 14,1% realizavam atividade em vista de uma maior organização familiar, utilizando, em sua maioria, visitas domiciliares, acompanhamento social, reuniões em grupo e inserção em programas e projetos. Outros elementos destacados foram o incentivo à convivência com famílias substitutas (guarda, tutela, adoção), o apadrinhamento afetivo e relatórios periódicos à justiça, atividades realizadas por 22,1% das instituições pesquisadas (SILVA; MELLO; AQUINO, 2004, p. 215).

A visita familiar representou-se como o instrumental mais utilizado (78,1%) e o encaminhamento em programas, projetos ou atividades comunitárias revelaram sua pouca utilização (31,6%) mostrando o caráter assistencial e supremo do espaço institucional. As disparidades regionais ficaram evidentes na pesquisa, ressaltando que as ações não eram concretizadas conjuntamente e as regiões do Nordeste e do Sul foram as que menos (5%) desenvolviam atividades para uma convivência familiar (*Ibid*, 2004).

Perante esse resultado, compreendia-se a necessidade de uma intervenção direta, um reordenamento das instituições de acolhimento por meio de orientações e diretrizes que organizassem um trabalho para o fortalecimento dos vínculos afetivos e do convívio familiar.

Prontamente, com o objetivo de fortalecer os dispositivos do ECA, foi aprovado em 2006 o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e, em 2009, sancionada a Lei 12.010/2009, uma importante reforma do Estatuto após 19 anos de sua promulgação, tendo em vista a reformulação de alguns artigos, conforme será aprofundado no item a seguir.

3.2 O Programa de Acolhimento Institucional à luz da atual Política de Proteção Social

Fortalecendo ainda mais a instituição família, foi aprovado o PNCFC, resultado de um trabalho iniciado a partir de 2001 quando a Caravana da Comissão de Direitos Humanos percorreu oito estados brasileiros com o objetivo de verificar a situação das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes³².

A realidade encontrada demonstrou a precariedade das instituições, as quais não conseguem assegurar direitos garantidos em Lei. Perante tal situação, percebeu-se que a questão era muito mais profunda do que o simples reordenamento, e que era preciso criar propostas que assegurassem uma proteção integral, bem como ações de caráter intersetorial, garantindo às crianças e adolescentes, a promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária (MDS/CNAS/CONANDA, 2006).

A corroborar com a realidade, o resultado da pesquisa realizada pelo IPEA, sinalizada na página 91, que efetivou um levantamento nacional das instituições conveniadas com o Governo Federal e mostrou a falta de um trabalho efetivo com as famílias de origem e as poucas atividades concretizadas para fortalecer o convívio familiar.

Nesses termos, com o intuito de mudar a condição das crianças e adolescentes em acolhimento institucional, diferentes poderes do governo e da sociedade civil organizada, como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), se envolveram na construção do PNCFC, um trabalho coletivo que resultou na sua aprovação após consulta pública.

O Plano desenha suas ações e reordenamentos a partir de seu Marco Legal, ou seja, a partir da normativa nacional (CF, art. 226 §8º, 227§6º e art. 229; ECA) e internacional por meio das resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em especial a Convenção sobre os Direitos da Criança³³.

³² O resultado pode ser lido no Caderno Especial do jornal Correio Brasiliense, 09/01/2002 (BRASIL, 2006).

³³ Além da Convenção, destacam-se as Declarações sobre os Direitos da Criança (1924/1959); a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), o Pacto de São José da Costa Rica (1969), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966, ratificado em 1992); o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e

O texto possui em seu pressuposto o entendimento de que a instituição família pode ser apreendida em suas diversas organizações, indo além de conceitos estabelecidos, como a família patriarcal, a família nuclear e a família matriarcal, e a define como um grupo de pessoas que se relacionam e se unem por laços consanguíneos, de aliança e afinidade, isto é, de relações construídas no cotidiano e que estabelecem uma corresponsabilidade entre os membros de um mesmo núcleo de indivíduos.

[...] torna-se necessário uma definição mais ampla de “família”, com base sócio-antropológica. A família pode ser pensada como um grupo de pessoa que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútuas. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero, que definem o *status* das pessoas dentro do sistema de relações familiares (MDS/CNAS/CONANDA, 2008, p.19).

Destaca-se no PNCFC a importância dada ao conceito de família ampliada, que corresponde a tios, avós e irmãos mais velhos, podendo estes, serem acionados quando acontece alguma violação de direito, negligência ou violência. Assim sendo, membros da família podem cuidar de seus parentes, tendo em vista que “[...] cada família, dentro de sua singularidade, é potencialmente capaz de se reorganizar diante de suas dificuldades e desafios, de maximizar as suas capacidades, de transformar suas crenças e práticas para consolidar novas formas de relações” (*Ibid*, p. 23).

Nesses termos, o Plano destaca a família como uma instituição histórica que se modifica e possui capacidade para se reorganizar e reafirmar seu potencial perante situações desafiadoras. Para auxiliar este processo, torna-se necessária a presença de políticas sociais que objetivam contribuir e apoiar a família, em vista à concretização dos direitos da criança e do adolescente. Adverte-se que o discurso do PNCFC retoma conceitos inerentes à Política Nacional de Assistência Social³⁴ (PNAS), que destaca a família como foco principal de suas ações.

Punição do Tráfico das Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (ratificado pelo Brasil em 2004) e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil (ratificado pelo Brasil em 2004) (BRASIL, 2006, p. 17).

³⁴ A Política Nacional de Assistência Social foi o resultado material dos novos princípios estabelecidos pela CF de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, que inserem a assistência como parte da

A PNAS foi aprovada em 2004, conforme as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social de 2003, que teve como propósito a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma forma de administrar, gerir e organizar as ações socioassistenciais existentes em todo o território nacional.

Segundo o SUAS, a família torna-se sujeito principal da proteção social, entendida como “núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero” (BRASIL, p. 90).

Por conseguinte, o ambiente familiar, segundo orientações contidas no PNCFC e na PNAS, é o espaço fundamental para o exercício da proteção social e do cuidado perante seus membros, um ambiente de acolhida, afeto, convívio e protagonismo social. A partir disso:

A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência; o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade (*Ibid*, p.91).

Nesses termos, o discurso evidenciado nos textos do PNAS e do Plano, mostra a obrigatoriedade do Estado em auxiliar a família a desempenhar seu papel protetor, garantindo seu fortalecimento e “empoderamento”, tendo em vista que “suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares e contextos socioculturais, refutando-se, assim, qualquer ideia preconcebida de modelo familiar normal”. (MDS/CNAS/CONANDA, 2008, p. 23).

Ressalta-se que empoderamento é um conceito polissêmico. Estudado por diferentes autores, entre os quais Perkins e Zimmerman (1995), Friedmann (1996), Sem (2000) e Gohn (2004), o termo começou a ser utilizado por movimentos sociais³⁵ a partir da década de setenta, possuindo em sua origem uma conotação política e emancipatória. Aos poucos, a terminologia foi incorporada nos planos de trabalho e estratégias de atuação das ONG’s e, posteriormente, assimilada por

Seguridade Social. Por conseguinte, uma “política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida” (BRASIL, 2004, p.31).

³⁵ Inicialmente o termo *empowerment* foi utilizado nos países de língua inglesa, principalmente nos Estados Unidos, expressando a luta de movimentos feministas e negros (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007).

agências internacionais de cooperação, organizações financeiras (Banco Mundial) e governos.

Assim, para Romano (2002) o conceito perdeu sua proposta inicial e transformou-se num instrumento despolitizado e essencialmente técnico, associado aos mecanismos de redução de pobreza utilizados pelos governos e organismos internacionais.

O empoderamento invocado pelos bancos e agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, por diversos governos e também por ONGs, com muita frequência vem sendo usado principalmente como um instrumento de legitimação para eles continuarem fazendo, em essências, o que antes faziam. [...] apropriar-se e desvirtuar o novo, para garantir a continuidade das práticas dominantes. Adaptando-se aos novos tempos, mudar tudo para não mudar nada (*Ibid*, p. 10).

Perante essas considerações, a autora alerta para refletir sobre intervenções que neutralizam e administram os conflitos, limitando a possibilidade de uma verdadeira autonomia das famílias, uma vez que o empoderamento não pode ser dado, mas é o resultado de um processo interno dos indivíduos ou de um determinado grupo social.

Assim sendo, a família torna-se um elemento estratégico para a Política de Assistência Social no cuidado e educação dos indivíduos. A sua organização mais complexa, não limitada à família nuclear, extrapola os limites das “paredes domésticas” e passa a incluir outros parentes consanguíneos e indivíduos que possuem relações de alianças e confianças. É neste contexto que os laços estabelecidos por vizinhos, amigos ou padrinhos assumem caráter especial, por se constituir como relações de cuidado e de ajuda espontânea, que podem se tornar importantes para a sobrevivência dos indivíduos.

Fonseca (1990) ressalta a existência, na América Latina e, em especial no Brasil, das redes de solidariedade entre as famílias mais desfavorecidas, como forma de resistência e sobrevivência entre as camadas mais humildes: a família vítima de enchentes, o grupo de conterrâneo, por exemplo, representam apoios, afetos e relações para obter emprego, moradia, saúde, ente outros. Também, a existência do que é apontado pela autora como de “circulação de crianças”, isto é, o percurso da criança e adolescente pela casa de parentes ou vizinhos, um fenômeno comum nas famílias brasileiras, sobretudo no Nordeste, onde a falta de proteção à

família torna-se mais profunda.

Portanto, a PNAS e o PNCFC concebem a família como um sistema, uma estrutura constituída a partir de relações de reciprocidades entre indivíduo, família e ambiente, em que cada membro adquire um papel de responsabilidade com os outros, mantendo unido o núcleo familiar e, sobretudo, sua função de proteção e socialização de crianças e adolescentes. Assim, a harmonia da família depende de sua organização e de seu funcionamento como um todo.

Quando o sistema é fragilizado ou quebrado, ou seja, a família não consegue cuidar de seus membros, principalmente crianças e adolescentes, cabe à Política de Assistência, por meio de ações e serviços, resgatar o papel de proteção da família, trabalhando suas dificuldades e limites, na possibilidade dela concretizar o direito à convivência familiar.

A proteção social ofertada pelo SUAS à população, operacionaliza-se conforme diferentes níveis: a Proteção Social Básica, que tem como objetivo preservar os vínculos familiares e “destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação e/ fragilização de vínculos afetivos” (BRASÍLIA/MDS, 2005, p. 95); a Proteção Social Especial (média e alta complexidade) para as famílias com vínculos rompidos:

A proteção social especial tem por objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (*Ibid*, p. 96).

Por conseguinte, os programas e os serviços que operam com o acolhimento institucional fazem parte da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Entende-se que o SUAS centraliza suas ações para que os indivíduos e as famílias pobres possam reorganizar-se e cumprir suas funções de cuidados, se responsabilizando pelos seus membros.

Lembre-se que a PNAS a partir da CF de 1988 e através da LOAS de 1993 faz parte do sistema de seguridade social juntamente à saúde e à previdência social. Entretanto, está direcionada aos indivíduos em situação de miséria e pobreza, com condições precárias de sobrevivência, embora, conforme a PNAS (2004), ela

caminhe na direção de uma ampliação dos direitos, dependendo das necessidades.

A Assistência Social, a partir dos resultados que produz na sociedade – e tem potencial de produzir -, é política pública de direção universal e direito de cidadania, capaz de alargar a agenda dos direitos sociais a serem assegurados a todos os brasileiros, de acordo com suas necessidades e independentemente de suas rendas, a partir de sua condição inerente de ser de direitos (BRASÍLIA, 2004, p.25).

Apesar dessas prerrogativas, a Assistência se consolida a partir do momento em que o governo assume uma postura neoliberal, elaborando programas de transferência de renda: “os programas de transferência de renda se inserem no bojo do projeto neoliberal que amplia a discussão sobre política de renda mínima diante da restrição de políticas sociais de caráter universal” (SILVA, 2002, *apud* SILVA; SOUZA, 2012, p.111).

Atualmente, o Bolsa Família³⁶ (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC) são os programas que mais se destacam no Brasil. Programas limitados e, no caso do PBF, com restrições, uma vez que para ingressar nele a família compromete-se a seguir determinações estabelecidas pelo programa e que se referem à educação, saúde e assistência das crianças e dos adolescentes.

Ressalta-se que tais ações constituem-se como direitos e não ajuda do governo, entretanto, o foco dado ao PBF e BPC pode levar ao equívoco de reduzir e limitar o entendimento da proteção social relacionado exclusivamente a estas intervenções. Na verdade, os programas devem ter caráter complementar e não de substituição de outras políticas, traduzindo-se numa política compensatória e seletiva, que visa solucionar o problema.

Essa perspectiva reduz a criança, o adolescente e sua família a pobres, analfabetos, deficientes, em suma, os necessitados da sociedade, os beneficiários/destinatários dos benefícios e serviços, tornando-os sujeitos passivos perante o sistema.

Uma política que se reafirma nas necessidades e não nos direitos dos indivíduos, evidenciando sua contraditoriedade e sua idealização na concepção da família, uma vez que, ao mesmo tempo em que a própria precisa ser amparada,

³⁶O PBF foi criado em 2003 no governo Lula, uma união entre diferentes programas, tais como bolsa escola, bolsa alimentação, cartão alimentação e auxílio gás. O principal objetivo é combater a fome, pobreza e desigualdades sociais.

tornando-se destinatária da política, ela adquire capacidade através dos mínimos sociais, para reconstituir-se e cumprir seu papel de cuidadora.

Pois bem, as famílias que ingressam na política de assistência, são famílias sobrecarregadas, fragilizadas, às vezes sem condições de ingressar no mercado de trabalho, em que o cotidiano transforma-se em sobrevivência.

Nessa condição de submissão, a convivência familiar torna-se um fardo, e pode transformar-se muito mais num espaço de violação de direitos do que em lugar de afeto e responsabilidade. Concorda-se com Campos & Miotto na afirmação de que:

A família se encontra muito mais na posição de um sujeito ameaçado de que de instituição provedora esperada. E considerando a sua diversidade tanto em termos de classes sociais como de diferenças entre os membros que a compõem e de suas relações, o que temos é uma instância sobrecarregada, fragilizada e que se enfraquecem ainda mais quando lhe atribuímos tarefas maiores que a sua capacidade de realizá-la. (CAMPOS & MIOTTO 1988, p.183)

O Brasil continua sendo entre os países com desigual distribuição de renda, realidade confirmada através do relatório emitido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em março de 2013 afirmando que, apesar dos investimentos do governo brasileiro em programas para a redução da pobreza absoluta, o país permanece com disparidade social muito alta e com desigualdade entre os estados (OCDE, 2013).

Devido à precariedade das condições socioeconômicas das classes mais humildes, as crianças estão mais sujeitas a situações de riscos e violências, dificultando a permanência delas no seio familiar. Fávero (2009) adverte que:

Como se sabe, as mudanças que afetam a vida das famílias estão em forte vinculação com aquelas que ocorrem na esfera pública. As condições sociais, advindas da inserção das famílias como classe social, marcam suas histórias e trajetórias (FÁVERO, 2009, p.16).

A autora enfatiza que a organização familiar, assim como sua vivência, não é imante à família, não se organiza por ela mesma, mas depende de influências externas, das possibilidades propiciadas pelo contexto social e pelas condições materiais. Famílias são fragilizadas por falta de serviços adequados e de qualidade

que possam amparar situações particulares, como dependência química, transtorno mental, entre outros.

No entanto, a partir do momento em que o Estado intervém no espaço privado, há um controle sobre ela e uma responsabilização da proteção de seus membros, como se o afeto, o vínculo, o cuidado e a convivência familiar fossem sentimentos inatos à família e que precisam ser resgatados.

O reordenamento das instituições de acolhimento “abraça” essa lógica, tendo como centralidade a convivência familiar, “elemento chave” da proteção social e, por isso, todo esforço e investimento do trabalho das equipes deve visar à reintegração familiar de crianças e adolescentes acolhidos/as.

Observa-se a contraditoriedade da realidade e da Política de Assistência, uma vez que a falta de políticas públicas deixa as famílias desamparadas, propiciando a fragilidade e rompimento dos vínculos afetivos, além de expor a criança e o adolescente a situações de violências e negligências por parte da sociedade e do Estado.

Esta condição acarreta o acolhimento e a proteção dos/as meninos/as por parte do Estado, que os priva da convivência familiar e, seguindo a lógica da provisoriedade do acolhimento, objetiva inserir suas famílias nos programas assistenciais, condicionados ao cuidado à criança e ao adolescente. Portanto, apesar dos avanços no que tange à mudança de mentalidade sobre a provisoriedade e excepcionalidade do acolhimento, as instituições de acolhimento não fogem ao processo de reestruturação da economia capitalista que visa diminuir suas despesas sociais, reduzindo situações de pobreza extrema através de programas e projetos minimalistas para que elas possam assumir a responsabilidade de seus familiares.

Para atender às exigências das novas normativas da política de acolhimento institucional, o PNCFC determina mudanças a partir da estrutura física da instituição à formação e operacionalização do trabalho das equipes técnicas. Inclusive, exige a profissionalização das entidades e dos educadores, tendo como base os princípios do ECA, pois a decisão do acolhimento institucional exige um estudo social aprofundado, realizado por equipe especializada.

O afastamento da criança da sua família de origem como medida protetiva é de caráter extremo e sempre temporário, segundo o artigo 101§ 1º do ECA, a colocação da criança e do adolescente nas instituições de acolhimento é a última

escolha e só deve ser utilizada quando esgotadas todas as alternativas. Isto mostra uma mudança de comportamento, pois o Brasil foi marcado por um processo de acolhimento “compulsório” entre crianças e adolescentes oriundos de famílias menos abastadas.

Dessa forma, a criança e o adolescente necessitam encontrar nas instituições de acolhimento um ambiente que possibilite condições de desenvolvimento pessoal e social, de integralidade física, psicológica e emocional, um atendimento individualizado para elas e também um acompanhamento às famílias de origem.

O PNCFC determina que a entidade de acolhimento institucional deva possuir infraestrutura adequada ao acolhimento; localizar-se em áreas residenciais e próximas da realidade de origem dos/as acolhidos/as; preservar e fortalecer os vínculos com a família de origem; realizar acompanhamento durante a fase de adaptação e reintegração familiar; construir uma articulação com outros serviços, entre outros.

Além disso, o Plano desenvolve direcionamentos para o trabalho da equipe técnica das instituições, que deve estabelecer indicadores de qualidade para autoavaliação, congrega e desenvolve metodologias de trabalho com família, numa perspectiva de focalizar suas competências e de “empoderamento das famílias para melhor orientar e cuidar de seus filhos com mais acesso à informação, a espaços de reflexão [...]” (MDS/CNAS/CONANDA, p.66, 2008).

A partir das orientações da PNAS e do PNCFC foram organizadas indicações detalhadas minuciosamente no texto intitulado “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescente” (2009), um manual “guia” sobre como organizar e reordenar os programas de acolhimento, com o objetivo de padronizar as diferentes modalidades de atendimento existentes no Brasil.

3.2.1 A Nova Lei da Adoção e da Convivência Familiar

“Coroando” todo o processo de mudanças que envolveram o acolhimento institucional a partir da Caravana da Comissão de Direitos Humanos e da pesquisa

do IPEA, foi promulgada a Lei 12.10/2009 ou Nova Lei da Adoção ou da Convivência Familiar.

A Lei pode ser considerada a primeira grande revisão do Estatuto após sua formulação em 1990. Segundo o Promotor de Justiça Murillo José Digiácomo (2010) a nova lei não trata apenas sobre adoção, mas procura aperfeiçoar o que já está estabelecido na Lei 8.069/90 para “garantia do direito à convivência familiar, em suas mais variadas formas, a todas as crianças e adolescentes, sem perder de vista as normas e princípios por esta consagrada” (p.2).

Para tanto, a nova lei estabelece regras destinadas, acima de tudo, a fortalecer e preservar a integridade da família de origem, além de evitar ou abreviar o acolhimento institucional de crianças e adolescentes afastados das suas famílias. Por conseguinte, a responsabilidades das instituições é preservar os vínculos familiares, trabalho que, ao longo da história, não foi prioritário nas ações desenvolvidas pelos/as profissionais que se responsabilizaram pelas crianças e adolescentes acolhido/as.

O acolhimento é uma medida protetiva, provisória e excepcional, necessário quando direitos são violados, portanto, a instituição não pode ser pensada como lugar definitivo, mas um espaço transitório para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em famílias substitutas (Art. 101§1).

Nesses termos, a lei determina a reavaliação da situação das crianças e dos adolescentes por parte do Sistema Judiciário de seis em seis meses, tendo como prazo limite a permanência máxima na instituição de dois anos, salvo exceções e sob o aval da autoridade judiciária (art. 19,§1).

O dispositivo tem a finalidade de evitar que as crianças e os adolescentes permaneçam na instituição por tempo indeterminado, tendo em vista o resultado de pesquisas nacionais, como a pesquisa do IPEA/CONANDA (2004), sinalizada anteriormente, e outro levantamento nacional realizado em 2008 pelo MDS, através da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), que mostrou a existência de 54 mil crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

As pesquisas citadas confirmam que os dispositivos legais de excepcionalidade e provisoriedade da medida protetiva não foram respeitados.

Não obstante a necessidade de um reordenamento das instituições de acolhimento, no entendimento de que a permanência da criança e do adolescente

deve ser provisória e excepcional, a realidade vivenciada por aqueles que ingressam nos serviços de Alta Complexidade é permeada por relações conflituosas, ameaçadoras e de sobrevivência, uma realidade complexa, dependendo de cada situação e demandas exigidas. Deve-se sim, desenvolver um trabalho de qualidade, refletido, planejado e monitorado para realmente encontrar caminhos viáveis para o bem estar da criança e do adolescente.

A lei retoma o conceito de família extensa ou ampliada, introduzido pelo SUAS e pelo PNCFC (art.25, parágrafo único), isto é, o olhar sobre a família não se restringe ao núcleo familiar nuclear composto por mãe, pai e filho, mas, são incluídos os parentes próximos, cuja convivência e afinidade com a criança e adolescente têm preferência na adoção.

Outras alterações realizadas pela Lei 12.010/2009 são o atendimento personalizado em pequenos grupos e o desenvolvimento de atividades em regime de coeducação (Inciso III e IV). Isto significa que existe limitação no que tange ao número de crianças e adolescentes acolhidos/as nas instituições, devendo atingir o máximo de 20 por instituição, facilitando um melhor acompanhamento. Ainda, o atendimento não deve ser restritivo e seletivo, priorizando um determinado sexo, mas pautar-se na diferença e, por conseguinte, no acolhimento misto.

Como objetivo de fortalecer o vínculo familiar e preservar a convivência familiar, o Inciso V da Lei determina o não desmembramento do grupo de irmãos, resguardando as relações afetivas construídas no seio familiar. Almeida (2009) evidencia a importância em manter presente essa ligação fraternal:

Grupos de irmão em situação de abrigo destoavam das demais crianças no sentido de se mostrarem mais apegadas uns aos outros do que às demais crianças abrigadas, e, principalmente o fato de um dos irmãos (menino ou menina), geralmente o mais velho, assumir uma postura materna/maternal, no sentido de se responsabilizar pelos irmãos mais novos, provendo cuidados, atenção carinho e limites, enquanto os mais jovens se mostraram mais dependentes. A vinculação entre irmãos se mostrou tão importante em alguns grupos que ao invés de se chamarem pelos nomes, chamavam-se de irmão ou irmã [...] (ALMEIDA, 2009, p. 13).

Observa-se a necessidade em redefinir papéis de responsabilidades entre irmãos, em vista à sobrevivência e reafirmação do núcleo familiar que, no momento, se encontra sem figura de referência. A situação reconstruída ameniza o sentimento

de abandono vivenciado pelas crianças e reforça laços de união, lealdade e afeto entre eles.

Contudo, deve-se ter o cuidado em não sobrecarregar os irmãos mais velhos na responsabilidade perante os menores, tendo em vista que, também, precisam de amparo e proteção para enfrentar/superar as perdas vivenciadas.

A responsabilidade com os irmãos menores pode continuar após voltarem para a família, papel que extrapola limites físicos, psicológicos, emocionais de quem assume tal função. São os adultos que possuem condições para responsabilizar-se pelo cuidado à criança e ao adolescente, preparando-os para a vida adulta.

Ulteriores modificações no dispositivo legal, que objetivam fortalecer a família e o processo de reintegração familiar, estão contidas nos Inciso VI, “Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de criança e adolescente abrigado” e no Inciso VIII, “Preparação gradativa para o desligamento”.

Segundo Izar (2011), a transferência de crianças e adolescentes é uma prática comum entre instituição de acolhimento e os motivos que levam a essa ação não se referem ao fortalecimento do convívio familiar³⁷, mas ao comportamento delas.

As razões que levam às transferências institucionais raramente estão relacionadas ao processo de reinserção familiar da criança/adolescente; razão esta que justificaria tal ação. Comumente, estão relacionadas a questões de desvio de comportamento ou inadequação à *proposta educativa* da instituição, ou seja, ao menor sinal de indisciplina ou contravenção às regras institucionais a criança/adolescente é encaminhada para outra instituição através de relatórios enviados à VIJ, que, diante da quantidade de processos existentes, raramente tem como verificar as alegações ali dispostas, acreditando na idoneidade da instituição (IZAR, 2011 p. 74). (Grifo do autor)

Por conseguinte, a transferência transforma-se em castigo para quem não se integra e não se submetem às regras impostas pela instituição, agravando pejorativamente a percepção da criança e do adolescente sobre si mesmos.

O retorno gradativo da criança e do adolescente à família pressupõe o trabalho realizado com elas, que, conforme sinalizado pelo PNCFC e o SUAS,

³⁷ O artigo 92 do ECA salienta a importância do acolhimento institucional acontecer no mesmo bairro em que a família de origem vive, objetivando fortalecer o vínculo familiar entre os acolhidos e seus familiares.

assume suas competências e responsabilidade parental, no sentido de tornar-se apta para proteger seus membros.

Ainda, há necessidade do acompanhamento à criança e ao adolescente que deve ser esclarecido sobre os motivos que levaram ao acolhimento e estar ciente do processo jurídico e das decisões a serem tomadas. Ressalta-se a importância da participação deles nas questões que se referem à própria vida, o que vai além da simples escuta. Além disso, todo o resguardo para que a criança seja tratada como sujeito de direito em condição peculiar de desenvolvimento. Um trabalho complexo, que demanda o envolvimento de uma equipe interdisciplinar e a intervenção de outras políticas, como as da saúde, educação, habitação, entre outras.

Na efetivação desses dispositivos, as instituições de acolhimento institucional sofrem maior controle por parte do Poder Judiciário e da Promotoria Pública, sob pena de sofrer infração administrativa, conforme o Artigo 258. Inclusive, o Poder Público é chamado a cumprir seus deveres, considerando a obrigatoriedade de Políticas Públicas Intersetoriais³⁸ que, conforme Digiácomo (2010) “podem auxiliar e abreviar o tempo de permanência da criança e do adolescente na instituição, favorecendo o exercício da paternidade e maternidade responsáveis, de modo que a família possa exercer seu papel com a ajuda do poder público” (p.6).

A partir dessas considerações, torna-se evidente a existência de um severo controle das instituições de acolhimento e da família pelo Sistema Judiciário e pelo Poder Público, os quais objetivam acelerar a volta da criança e adolescente à família natural ou substituta.

Outra disposição estabelecida pela nova lei, diz respeito à criação, por parte do Judiciário, de cadastros estaduais e nacionais sobre a adoção (artigo 50 §5º e 6º da Lei 8.069/90), bem como realizar, em conjunto a outras Entidades, a formação para casais ou indivíduos interessados em adotar. A lei procura eliminar o afastamento discriminatório da criança e do adolescente de sua família, ou seja, por simples decisão do Conselho Tutelar, mas passa “a exigir a deflagração, em tais casos, de processo judicial contencioso, no qual seja assegurado aos pais ou responsável o indispensável exercício do contraditório e da ampla defesa” (DIGIÁCOMO, 2010, p.8).

³⁸ Artigos 86 e 87, incisos VI e VII e artigo 88, inciso VI, da Lei 8.069/90.

Mais uma vez é reafirmado o conceito do afastamento como medida extrema e excepcional, efetivada por decisão judicial justificada e contextualizada, não podendo admitir o afastamento por motivos considerados injustificáveis como os de pobreza.

A Lei confirma o direito fundamental à convivência familiar e a centralidade da família como instituição indispensável para a proteção dos indivíduos, principalmente os mais fragilizados como crianças, adolescentes e idosos. A ausência da convivência familiar os torna pessoas em situação de risco, comprometendo seu desenvolvimento físico, psíquico, afetivo entre outros.

O Capítulo seguinte trata sobre a atuação do/a assistente social nas instituições de acolhimento localizadas no município de João Pessoa, no intuito de elucidar seus limites e desafios, principalmente no que diz respeito à convivência familiar de crianças e adolescentes usuários/as deste serviço.

4. A CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: LIMITES E DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL

Este Capítulo tem como tema principal a atuação do/a assistente social na efetivação da convivência familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Num primeiro momento, apresenta-se o processo investigativo da pesquisa: o objeto de estudo, o método, o instrumental utilizado para a coleta de dados e o modo de sistematização adotado para organizar o conhecimento resultante da investigação. Em seguida, realiza-se a exposição dos resultados da pesquisa em fontes primárias constituídas por informações sobre os/as próprios/as profissionais entrevistados/as e seu discurso/visão no tocante ao acolhimento institucional, à convivência familiar e ao processo de trabalho desenvolvido por eles na instituição.

4.1 O processo investigativo da pesquisa

A pesquisa científica consiste numa atividade formal, constituída por um “processo sistemático de ações” (IAMAMOTO, 1998, p.57), as quais permitem a organização e a análise de dados empíricos, com o objetivo de descobrir a lógica intrínseca ao objeto pesquisado. Esta tarefa não foi e não é simples, mas um desafio a ser conquistado!

Não basta observar fatos para compreender a realidade, pois está não se dá a conhecer, mas, tal qual exige a Esfinge, desafia - “Decifra-me ou te devoro”. Para não sermos todos “devorados” pela realidade, é preciso analisá-la e compreendê-la, é preciso decifrar seus enigmas, seus mistérios. E isto pode ser feito por meio de pesquisa científica (GUERRA, 2009 *apud* CFESS, 2009, p. 712).

Como Édipo foi chamado para desvendar o enigma da Esfinge através do raciocínio lógico, assim a ciência exige um esforço maior do/a pesquisador/a para ir além do aparente e penetrar a essência da realidade. Não basta a simples observação, mas procedimentos pré-estabelecidos que orientem o desenvolvimento do trabalho e possibilitem a criação de novos conhecimentos.

A pesquisa tem como pressuposto as ideias de Marx, segundo o qual as ideias e os valores não impulsionam o movimento da sociedade burguesa, mas sim, sua base econômica e sua contradição. Os conflitos entre as classes é que impulsionam o avanço da sociedade, pois “toda história humana até aqui é a história das lutas de classe” (*Ibid*, 2004, p.54).

O pensador ao estudar a sociedade burguesa não tinha a pretensão de criar um método de conhecimento, com regras fixas para ser aplicadas à realidade social, como fizera Durkheim, tendo por base as ciências da natureza. Para Marx, “é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador” (NETTO 2009, *apud* CFESS, 2009), é a partir da dinâmica do objeto, do seu movimento e da sua relação com o contexto maior que se extraem as suas determinações.

O fenômeno não pode ser estudado de forma isolada, não se explica fora do contexto histórico de forma imanente, mas é parte complexa, dinâmica e contraditória, que se relaciona e é determinada por uma realidade muito maior, também complexa, dinâmica e contraditória. Por conseguinte, a totalidade é a categoria central do método em Marx.

Concorda-se com Guerra (*apud* CFESS, 2009) ao definir a totalidade como:

A totalidade indica, pois que as três dimensões que compõem uma realidade, universal, particular e singular, são partes constitutivas de um mesmo objeto, são sempre articuladas entre si, se autoimplicam e se autoexplicam, e a interpretação do objeto tem em vista captá-las (GUERRA, 2009, p. 710).

O objeto ou fenômeno a ser pesquisado, representa algo que extrapola a sua imediatividade, a sua aparência, mas ele é síntese de uma realidade maior, apreendida por suas mediações, as quais indicam o caminho para chegar à essência dele.

A partir dessas considerações, o estudo tem como seu elemento central o método histórico-dialético. O seu ponto de partida são situações concretas, dados empíricos, que não acontecem por eles mesmos, mas influenciados e em constante relação com a sociedade, na qual estão inseridas a sociedade burguesa e suas condições de produção e contradições sociais que se refletem na prática cotidiana do/a assistente social, nosso foco de análise.

Destaca-se a centralidade da perspectiva qualitativa da pesquisa, acreditando que “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1993 p.22). Desta forma, é imprescindível que o/a pesquisador/a faça uma revisão de seus preconceitos, crenças e atitudes que possam influenciar e distorcer suas análises, na perspectiva de captar de forma mais objetiva possível às ações dos sujeitos pesquisados, que emergem de um determinado contexto social.

Entretanto, a pesquisa apresenta elementos também quantitativos, a partir do momento em que são utilizados dados numéricos e estatísticos para melhor compreensão dos dados qualitativos.

O estudo se propõe em analisar a atuação dos/as assistentes sociais que trabalham nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes do município de João Pessoa à luz das novas resoluções e normativas que modificaram os Programas de Acolhimento Institucional e elege a convivência familiar como princípio estruturante, norteando e direcionando as ações e objetivos das instituições.

A amostra se constitui por 12 assistentes sociais que trabalham nas 10 instituições de acolhimento existentes no município de João Pessoa à época em que foram obtidos os dados empíricos, o que representa a totalidade do universo da pesquisa. Ressalta-se a identificação dos/as pesquisados/as no estudo com Letras do Alfabeto para manter o anonimato.

Para a realização da pesquisa foram respeitados os princípios éticos que estão previstos na Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, aplicando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido junto aos sujeitos da pesquisa, onde foram informados os objetivos da pesquisa, a metodologia, os riscos envolvidos, a segurança do anonimato e, também, o direito do/a pesquisado/a em desistir de sua participação a qualquer momento.

As instituições campo da pesquisa foram cinco unidades de acolhimento administradas pela Secretaria do Desenvolvimento Social – SEDES, da Prefeitura de João Pessoa: Casa de Acolhida Masculina, Casa de Acolhida Feminina, Abrigo Manaíra, Abrigo Morada do Betinho, Casa de Passagem; uma unidade vinculada ao Governo Estadual: Abrigo Jesus de Nazaré; quatro instituições de natureza não

governamental: Aldeia SOS, Casa Shalom, Missão Restauração e Casa Padre Pio de Pietralcina.

Para a coleta de dados valeu-se de uma entrevista estruturada, definida por Alcoforado (2009) como um conjunto de perguntas previamente formuladas e organizadas. A entrevista permite maior compreensão e flexibilidade, uma vez que as perguntas podem ser repetidas e melhor expressas, criando um ambiente propício para o diálogo, momento em que o entrevistado pode manifestar-se livremente.

Segundo Vera (1976), para que a entrevista tenha êxito, o entrevistador deve “formular as perguntas com propriedade e clareza, obter respostas válidas e com sentido, e registrá-las de forma correta e completamente” (p. 43).

As entrevistas com os/as assistentes sociais foram agendadas previamente e realizadas no ambiente de trabalho deles/as (entre agosto e dezembro de 2012); providenciou-se a gravação das falas, subsidiando o material coletado por escrito.

As perguntas direcionaram o discurso sobre os limites, dificuldades e pontos positivos vivenciados pelos/as profissionais no trabalho, a rotina e atividades exercidas com as crianças e adolescentes e suas famílias, durante o acolhimento institucional e após o desligamento, o planejamento das ações profissionais, assim como a participação dos/as assistentes sociais em evento, conselhos e congresso científico e a participação das crianças, adolescentes e suas famílias nas atividades da instituição.

Os dados qualitativos, ou seja, as falas dos/as entrevistados/as foram transcritas e, num primeiro momento, reordenadas através de uma releitura do material e organização dos relatos; num segundo momento, os dados foram classificados por temas mais importantes, para depois reunir as informações em torno de conceitos e, na análise final, procurando-se articular os dados empíricos com categorias teóricas discutidas (ALCOFORADO, 2009, p.734).

Assim sendo, a análise de conteúdo realiza-se através de procedimentos sistemáticos e objetivos, que procura ir além da descrição, mas busca investigar, de forma crítica, os contextos explicativos que geraram tais situações, “os estudos explicativos vão além da descrição de conceitos ou fenômeno ou do estabelecimento de relações entre conceitos, estão destinados a responder as causas dos acontecimentos, fatos, fenômenos físicos ou sociais” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 107).

O resultado da pesquisa permitiu congregar informações que possibilitassem conhecer os/as assistentes sociais inseridos/as nas instituições de acolhimento e selecionar os eixos investigativos de análise que compreendem:

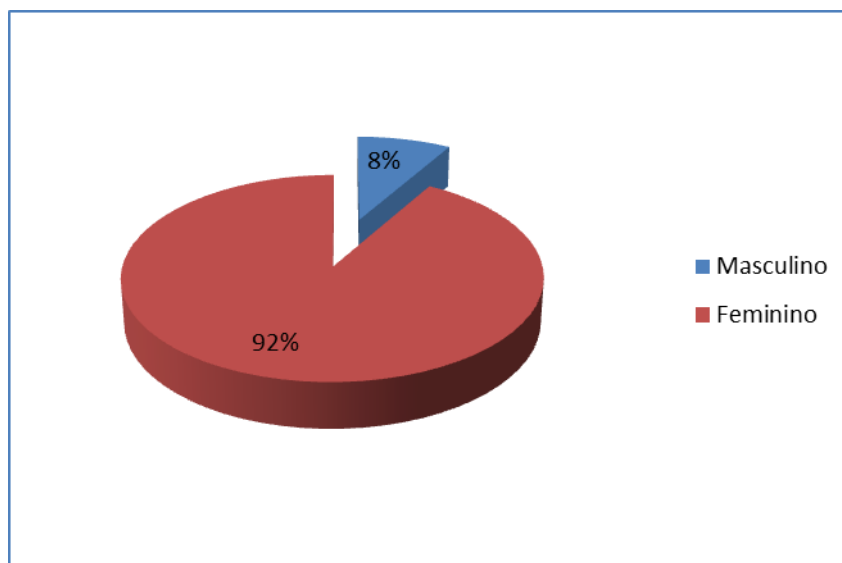
- Acolhimento Institucional e Convivência Familiar: novos desafios à prática profissional na visão do/a Assistente Social
- O processo de trabalho dos/as Assistentes Sociais nas Instituições de Acolhimento

Este último abrange: o planejamento das ações do/a assistente social nas instituições de acolhimento; as ações realizadas pelo/a profissional na efetivação da convivência familiar; as condições estruturais das instituições; a articulação institucional; as condições de trabalho dos/as assistentes sociais e a organização política dos/as profissionais que atuam nas instituições de acolhimento.

4.2 Conhecendo os/as Assistentes Sociais

Os indicadores escolhidos para traçar o perfil dos/as assistentes sociais são: o sexo, a faixa etária, ano de formação, Pós-Graduação, cargo e tempo de trabalho na instituição de acolhimento. Na análise referente ao sexo dos/a profissionais, evidencia-se maior incidência do sexo feminino (92%), contando com apenas um homem, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 01 – Sexo dos/as profissionais entrevistados/as. João Pessoa/PB, 2012.



Fonte: Primária

A presença da mulher na profissão é uma tendência histórica e reflete a continuidade do papel atribuído na divisão sexual do trabalho: indivíduos com qualidades naturais e vocacionais para lidar com tarefas familiares, de cunho educativo e filantrópico.

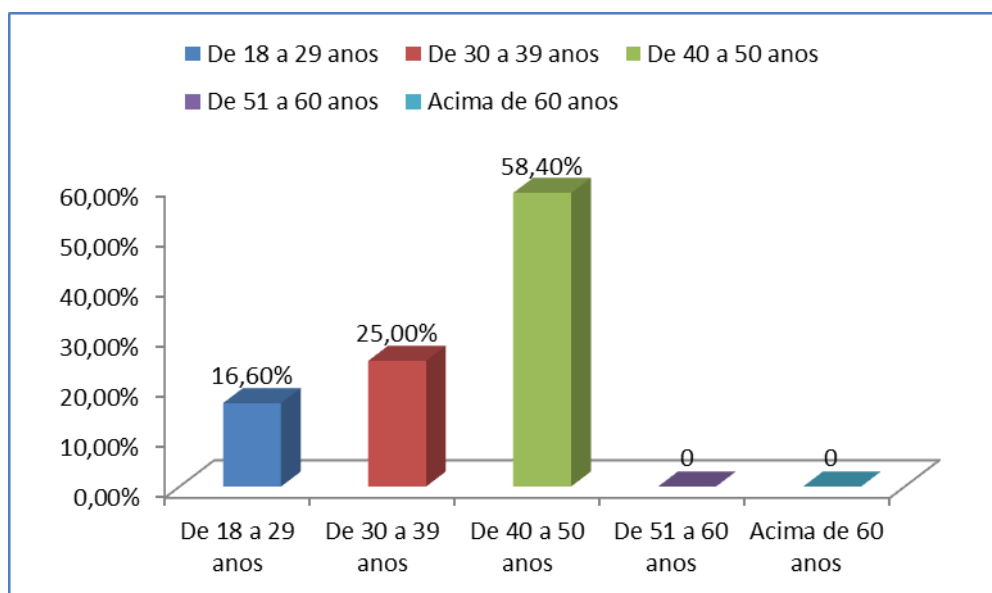
Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações (KIEHL, 1940 *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p.171).

A partir dessas considerações, o trabalho do/a assistente social nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes é percebido à luz do papel feminino, como se fosse uma extensão das atividades domésticas. Corroborando este pensamento, evidencia-se que o único homem inserido nas instituições desenvolve o papel de coordenador, uma posição hierárquica que lhe confere um status de superioridade em relação aos demais profissionais.

O Gráfico 2 mostra os dados sobre a faixa etária dos/as assistentes sociais que trabalham nas instituições de acolhimento e mostram uma predominância de idade acima dos trinta anos (83,4%), dentre este percentual 58,40% possuem entre

40 a 50 anos, ou seja, em plena fase adulta.

Gráfico 2 – Faixa etária dos/as profissionais entrevistados/as. João pessoa/PB, 2012.



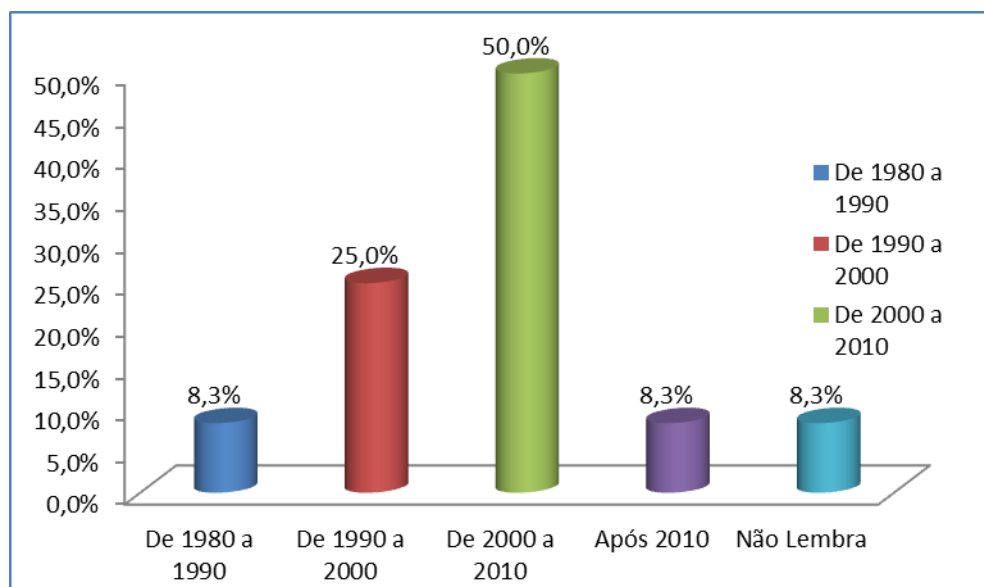
Fonte: Primária

Esse resultado se contrapõe ao que tradicionalmente ocupou maior espaço na População Economicamente Ativa: indivíduos entre 25 e 39 anos. A realidade reflete as mudanças que vêm ocorrendo a partir dos anos noventa no mundo da produção e que afeta e modifica o mercado de trabalho, desestruturando empregos fixos e incrementando o desemprego, principalmente no que diz respeito à população jovem (KRELING, 2004).

Quanto ao ano de Formatura, o Gráfico 3 ilustra que 75% dos/as assistentes sociais se formaram após o ano de 1990. Dentre este percentual, 66,6% concluíram após as Novas Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996.

Gráfico 3 – Ano de formação dos/as profissionais entrevistados/as.

João Pessoa/PB, 2012.



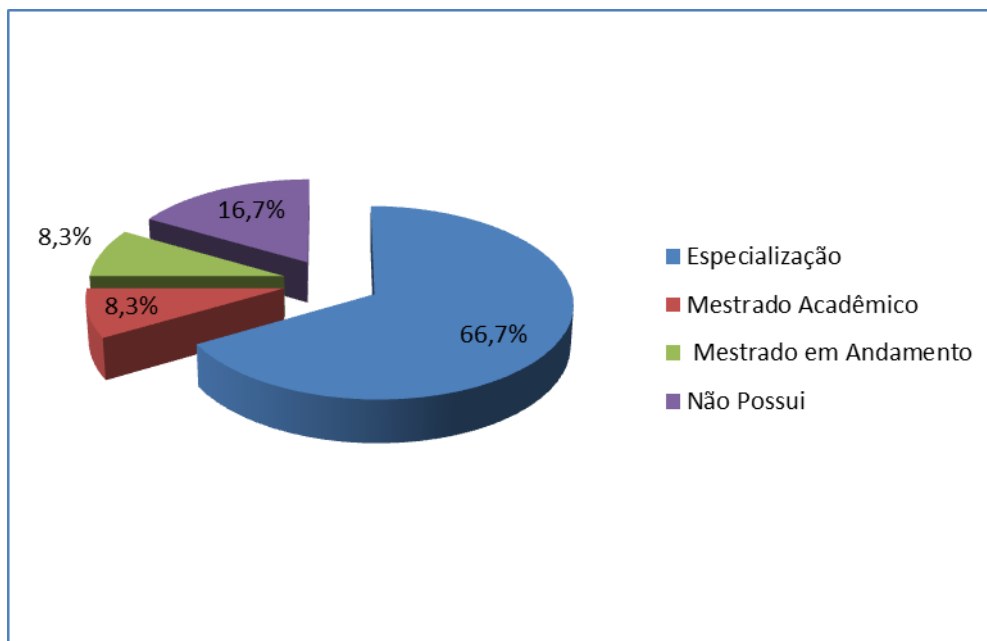
Fonte: Primária

Com base nesses dados, os/as profissionais inseridos/as nas instituições de acolhimento acompanharam os debates envolvendo a Lei da Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares e o Código de Ética de 1993, que consolidaram o novo Projeto Ético Político do Serviço Social. Por conseguinte, são profissionais que absorveram as discussões inovadoras da profissão, por conceber a relação e unidade entre as três dimensões investigativas (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) e advertir a necessidade do processo de pesquisa e produção de conhecimento na intervenção profissional.

Sobre o acesso à Pós-Graduação, as respostas dos/as entrevistados/as revelaram que 66,6% dos/as profissionais possuem cursos em nível de especialização em diferentes áreas, como educação, direitos humanos, saúde, entre outros. Somente um/a profissional confirmou possuir mestrado acadêmico e outro/a sinalizou ainda estar cursando o mestrado, como evidencia o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Nível de Pós-graduação dos/as profissionais entrevistados/as.

João Pessoa/PB, 2012.



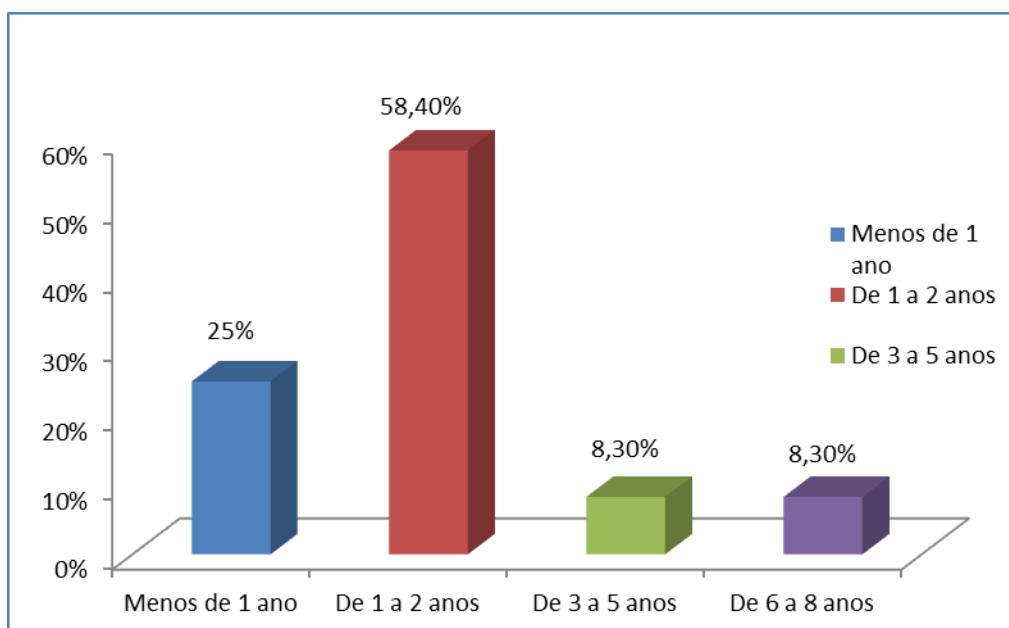
Fonte: Primária

A diversidade dos cursos de especialização qualifica o profissional a atuar em diversos campos de trabalho, além de melhorar o próprio desempenho profissional. Contudo, esta qualificação permanente e diferenciada atende às demandas exigidas pelo mercado, estabelecendo parâmetros para o trabalhador manter-se competitivo e disputar um posto de trabalho: polivalente, multifuncional, capacitado para atender diferentes demandas e situações através de um conhecimento mais generalizado.

Em relação ao cargo e tempo de trabalho na instituição de acolhimento, a pesquisa verificou que um/a profissional desempenha a função de coordenador e dois de assistentes sociais, além de serem contratados/as como técnicos, assumem cargos de coordenação. Isto significa um acúmulo de cargo e de trabalho na instituição devido a poucos trabalhadores contratados, fato que mostra a precariedade do mundo do trabalho com poucas vagas disponíveis no mercado. Além disso, as prerrogativas diferentes, estabelecida por cada função, afeta o desempenho e a qualidade dos resultados das atividades e das responsabilidades.

No que tange ao tempo de trabalho na instituição, o Gráfico 5 demonstra que a maioria dos/as assistentes sociais alegaram trabalhar na instituição entre um a dois anos; 1 declarou trabalhar entre três a cinco anos e outro/a profissional há mais de seis anos.

Gráfico 5 – Tempo de trabalho dos/as entrevistados/as na instituição.
João Pessoa/PB, 2012.



Fonte: Primária

O pouco tempo de trabalho nos locais da pesquisa, expresso pela maioria dos/as profissionais, evidencia certa rotatividade e, portanto, falta de estabilidade dos/as assistentes sociais nesses serviços, acarretando a precariedade do atendimento nas instituições de acolhimento, que exige continuidade e regularidade no desenvolvimento das atividades, prejudicando, desta forma, os resultados esperados. Ainda, o trabalho pode não corresponder aos anseios profissionais, e torna-se um espaço de “passagem”, em vista de um melhor e mais estável emprego.

Ressalta-se que 66,6% dos/as profissionais entrevistados/as atuam nas instituições públicas, contra o 33,4% de organizações não governamentais. Resultado que confirma os dados apontados pelas pesquisas citadas nas páginas 68 e 69, demonstrando a inserção expressiva dos/as assistentes sociais em órgãos públicos.

Por conseguinte, os dados expostos revelam que o/a assistente social que trabalha nas instituições de acolhimento para criança e adolescente, é mulher, funcionária pública e possui idade acima dos 35 anos, permanecendo entre um a dois anos no espaço ocupacional e em contínua formação para o mercado de

trabalho.

4.3 Acolhimento Institucional e Convivência Familiar: novos desafios à prática profissional na visão do/a Assistente Social

O Brasil, ao longo de sua história, sempre adotou a prática de institucionalização de crianças e adolescentes oriundas de famílias mais humildes. A medida de acolhimento era executada tendo por base o aspecto punitivo e de limpeza urbana, como foi evidenciado no Capítulo III. No entanto, mudanças aconteceram e uma nova lógica instaura-se, uma vez que o acolhimento institucional é apreendido como uma medida protetiva, excepcional e provisória, direcionando o trabalho das instituições para uma possível reintegração familiar.

Portanto, essa dimensão investigativa está sistematizada em dois momentos: o primeiro, procura apreender a visão do/a assistente social sobre a convivência familiar e o papel da família para sua efetivação; o segundo focaliza a função da instituição de acolhimento, as exigências para o/a assistente social por parte da instituição empregadora e as novas demandas postas ao serviço social.

4.3.1 A compreensão do/a Assistentes Sociais sobre a convivência familiar e o papel da família para a sua efetivação

Conforme foi sinalizado no Capítulo III, a partir do ECA e, principalmente, com o PNCFC e a Lei 12010/2009 a convivência familiar e a reintegração familiar tornaram-se finalidades principais do trabalho do/a assistente social, direcionando a sua prática numa perspectiva de contribuir para o bem estar da criança e do adolescente e sua família. A partir disso, entende-se que o posicionamento do/a profissional é de extrema importância, tendo em vista a exigência de relatórios e pareceres que podem influenciar decisões judiciais e, assim, o “destino” de crianças e adolescentes e suas famílias à espera de uma vida melhor.

A intervenção profissional e o direcionamento do trabalho resultam de uma relação entre teoria e prática, uma constante reflexão da ação a partir de um

arcabouço teórico, adquirido pelo/a profissional no seio da categoria, um entender que se origina no projeto profissional e que engloba uma visão de mundo não restrita a valores individuais e nem morais. Portanto, a partir de uma determinada compreensão sobre convivência familiar, compreende-se o direcionamento das ações desenvolvidas pelos/as assistentes sociais.

A compreensão sobre o conceito de convivência familiar por parte dos/as profissionais, ressalta, em sua maioria, o aspecto afetivo, de pertencimento, amor e carinho no núcleo familiar. Outros/as destacaram a importância da convivência familiar como direito da criança e do adolescente e, portanto, a responsabilidade e a capacidade da família em oferecer cuidados básicos a seus membros, como alimentação, educação, carinhos, entre outros.

É o necessário, é a família a base de tudo para aquela criança naquele exato momento (Assistente Social A).

É necessidade do pertencimento da criança e do adolescente para que eles de fato tenham esse desenvolvimento saudável (Assistente Social B).

Pessoas da mesma família com carinho, amor e responsabilidade e o respeito (Assistente Social C).

É um direito básico, garantido e necessário viver em família (Assistente Social B).

Seria exatamente um bom relacionamento entre familiares, e quem seja responsável por essas crianças garantir os direitos e evitando conflitos (Assistente Social G).

É a assistência da família para a criança e o adolescente (Assistente Social I).

A convivência familiar é um namoro, acontece aos poucos. É o direito de ela conviver com as pessoas próximas a ela. Laços parentais ou não (Assistente Social M).

Que esta família seja capaz de exercer seu papel: educação, saúde, lazer. Proporcionar isso à criança (Assistente Social N).

Diante dos resultados apresentados, comprova-se a importância dada à convivência familiar para o crescimento saudável da criança e do adolescente e a responsabilidade da família para a concretização deste processo. Assim sendo, para os/as profissionais entrevistados/as é dever da família estabelecer relações afetivas de carinho e amor, propiciando laços de pertencimento entre os indivíduos. Além

disso, o dever e a responsabilidade em oferecer cuidados básicos e educação para seus descendentes.

Por conseguinte, a convivência familiar é apreendida como algo inerente ao núcleo restrito da família, cabe a ela propiciar um ambiente de afeto, de cuidado e de responsabilidade mútua entre seus membros.

Situação confirmada com os discursos seguintes, em que foi discutido acerca do **papel da família na efetivação da convivência familiar**:

Na verdade há poucos que querem a garantia do direito, e ao que pegam assina só a guarda e leva (Assistente Social A).

Bom, a família é fundamental para o sucesso dessa criança por que vai ser necessário o apoio a um desenvolvimento saudável (Assistente Social B).

A família tem deixado muito a desejar, pelo fato da criança estar acolhida e pelo fato de ter alimentação e moradia (Assistente Social E).

A família é de fundamental importância. Afeta o adolescente e por isso depende da família sua reinserção. Tem família que corre atrás (casos e casos) (Assistente Social H).

A família não colabora e há uma tendência a culpabilizar as meninas pelo problema. Os vínculos são frágeis. Diria que 1% das famílias está interessada na reintegração (Assistente Social I).

A família é importante, mas, às vezes se acomoda (Assistente Social N).

De acordo com os/as entrevistados/as, a família é avaliada como o sujeito principal para a efetivação da convivência familiar. Por conseguinte, a responsabilidade sobre o sucesso ou não da reintegração depende dela, o que comprova a culpabilização da família, apreendida como uma instituição acomodada, negligente, que não quer assumir sua responsabilidade. A situação é individualizada, centrada na responsabilidade da família para o retorno ao convívio familiar da criança e do adolescente, uma obrigação moral que coloca em segundo plano a relação parental e, portanto, a possibilidade da construção de identidade da criança e do adolescente. O discurso é comprovado na maioria das respostas colhidas.

Essa constatação indica que há uma idealização da família, apreendida de forma abstrata e desconectada de sua realidade histórica e de seu contexto social.

Deste modo, o conhecimento do real não passa por uma visão de totalidade, mas é fragmentado e analisado a partir de sua aparência, do fenômeno particular, isto é, do problema a ser solucionado para que o trabalho fluísse conforme sua resolubilidade. Portanto, não há um questionamento sobre os motivos que levaram ao acolhimento, não se indaga às exigências reais das famílias, que se escondem por trás da necessidade do acolhimento à criança e ao adolescente.

Lembre-se que estudos consagrados (ÀRIES, 1985; FONSECA, 1995; BILAC, 1995) demonstraram o conceito de criança e o desenvolvimento da efetividade como categorias construídas historicamente, assim como o casamento e a formação da família, não tão comuns como os indivíduos pensam, mas privilégios de poucos. Por exemplo, no período pré-moderno, os casamentos eram realizados por uma minoria e seguiam interesses políticos e econômicos, necessários quando não havia alternativas.

A família adapta-se ao movimento da sociedade e da sua base econômica; com o advento da modernidade e o individualismo elevado ao extremo, sucede a divisão entre espaço público e privado e a família, útil à sociedade constituída, incumbe à responsabilidade do cuidado, do afeto e da educação às crianças e aos adolescentes.

Criou-se um imaginário de família harmoniosa, unida e feliz, um conceito naturalizado, parâmetro de avaliação e julgamento daquelas que não se enquadram neste contexto, inclusive pelo/a assistente social. No entanto, acredita-se que a organização da família, sua função e vivência afetiva, variam de classe em classe, de padrões culturais e econômicos estabelecidos e dependem do acesso a bens, serviços e todo qualquer patrimônio construído pela sociedade.

O Brasil, um país historicamente dependente e desigual, saiu de uma escravidão não aceita aos olhos do mundo e segurou, com “mãos inseguras”, os princípios da liberdade e igualdade para todos. Uma liberdade e igualdade que nunca se concretizou, tornando a sobrevivência objetivo principal do cotidiano de muitas famílias brasileiras.

Segundo estimativas do MDS, existem mais de 2,5 milhões de famílias em situação de extrema miséria, ou seja, recebendo um salário inferior a 70 reais (MDS, 2013), evidenciando a permanência de um país desigual e a luta da população por conseguir manter-se viva.

A sobrevivência é instintiva, imediata e, como afirma Marx (2004), deixa o

homem no mesmo patamar de outros animais, não pensa, não planeja, não cria coisa nova, mas o cotidiano torna-se embrutecimento, preso às atividades repetitivas de seu mantimento, que impedem ao indivíduo de superar esta condição e, por conseguinte, dificultando a construção de relações de afeto, carinho e compromisso com o outro.

Contextualizar a família é apreender sua contraditoriedade, é inseri-la numa sociedade organizada a partir de um sistema produtivo que torna o homem objeto e é neste cotidiano que o/a assistente social deve intervir, percebendo a relação entre o fenômeno individual, que se manifesta na sua aparência e imediaticidade e a totalidade da realidade.

O pensamento de culpabilização das famílias é corroborado a partir de **sugestões apresentadas pelo/as profissionais para a efetivação da convivência familiar**, conforme os relatos a seguir.

Depende muito da família, e não das políticas, porque por mais que a gente ajude depende muito do querer da família (Assistente Social A).

Primeiramente o psicológico, porque alguma coisa aconteceu para a família estar nessa situação, e conhecer todo mundo em que mora naquela casa, ver a situação e as condições da família (Assistente Social C).

Compreensão e afeto. Tratamento para os pais e educação para todos (Assistente Social D).

As condições das famílias, pra ver se da pra dar conta dos seus membros (Assistente Social G).

Primeiro fazendo um bom trabalho com a família (Assistente Social N).

Os/As profissionais sinalizam a responsabilidade da família sobre seus membros, e para assumir esta tarefa torna-se necessário uma reorganização do núcleo familiar e até uma intervenção psicológica, conforme evidenciado pelo/a assistente social C. Os discursos apresentam uma perspectiva de intervenção que visualiza uma transformação de comportamento, de ideias, de posições e estrutura dos sujeitos a partir do contexto interno à família, uma mudança endógena.

A pouca expressividade dada à importância das políticas públicas por parte do/as profissionais revela um pensamento que legitima o discurso da ajuda, do

favor, da filantropia, apostando no “querer” e na “vontade” subjetiva para concretizar a convivência familiar. Por conseguinte, a família é percebida pelos/as profissionais entrevistados/as como uma instituição que não conseguiu atender à sua função de proteção e, por isso, precisa da ajuda para reorganizar-se e responsabilizar-se pelas necessidades de seus membros.

Mioto (*apud* DUARTE; ALENCAR, 2011) afirma, em seus estudos, que a família, ao longo da história, sempre foi considerada um dos pilares da proteção social. Entretanto, a autora confirma duas concepções sobre a família e o seu lugar na política social: a primeira entende a assistência social como uma ajuda pública e, por isso, a intervenção do Estado acontece a partir da falência familiar e, outra vertente, defende a concepção de que a assistência social é direito, o que mantém o Estado como principal instância de provisão de bem-estar.

Essa última compreensão é confirmada por outros/as profissionais que destacam a importância de políticas públicas, concebendo a família a partir do direito:

Melhorar a efetivação dos direitos básicos existentes em Leis (Assistente Social B).

Chegar até essa família os direitos sociais básicos como moradia, através de políticas públicas e ver se tem condições de acolher (Assistente Social E).

Políticas Públicas (Assistente Social L).

As respostas evidenciam uma concepção que coloca a família como objetivo principal das políticas públicas, e, por isso, a responsabilidade do Estado em garantir bens e serviços para suprir necessidades básicas da família.

4.3.2 O papel da Instituição de Acolhimento, as exigências institucionais e as novas demandas para o Serviço Social na visão do/a Assistente Social.

No que se referem ao **papel da instituição de acolhimento**, os/as profissionais entrevistados/as enfatizaram os seguintes aspectos, por ordem de

prevalência em suas falas: realizar o acolhimento e proteção à criança e ao adolescente e inseri-los na família; efetivar a reintegração familiar e desenvolver o trabalho com a família; concretizar direitos; realizar a prevenção e prestar assistência à criança e ao adolescente, conforme os trechos abaixo.

Acolher as crianças e adolescentes que estão com vínculos rompidos e fazer um vínculo com a família (Assistente Social E).

Hoje o grande objetivo é trabalhar a família e a criança para ela ser reintegrada (Assistente Social F).

Acolher crianças e adolescentes (Assistente Social G).

Acolher as crianças e os adolescentes e trabalhar para a sua reintegração (Assistente Social H).

Prestar assistência à criança e ao adolescente (Assistente Social I).

Garantir os direitos dos meninos e, prioritariamente, inseri-los na família (Assistente Social L).

Dentro da Missão: Proteção, Promoção e Fortalecimento Familiar e Comunitário (Assistente Social M).

Proteção à criança e ao adolescente se a família não é capaz (Assistente Social N).

As respostas evidenciaram que os/as profissionais percebem o acolhimento como medida provisória em face de reintegração familiar ou inserção em família substituta de crianças e adolescentes. Portanto, além do acolhimento e da proteção a finalidade maior da instituição é a reintegração familiar e o trabalho com a família. Ressalta-se que as falas dos/as profissionais retomam os princípios estabelecido pelo ECA e as novas orientações evidenciadas na Lei 1210/2009 e no PNCFC (2006), direcionando o trabalho da instituição para a reintegração de crianças e adolescentes acolhidos/as para a família de origem ou para uma família substituta.

Destaca-se as falas do/a assistente social N que sinaliza a necessidade do acolhimento em vista da ineficiência da família, e a afirmação do/a assistente social I, que considera o papel da instituição oferecer uma assistência à criança e adolescente. Portanto, o acolhimento institucional é percebido para estes profissionais como um recurso utilizado quando a família não consegue atender às expectativas de cuidado e proteção estabelecidas pela sociedade, uma forma de

ajuda do governo e não uma política de direito.

Não obstante ao entendimento de que o espaço institucional é medida protetiva e que deve ser efetivada a volta da criança e do adolescente para o próprio lar, ainda não há por parte de todos/os assistentes sociais a percepção de que é a partir do acolhimento que se inicia toda uma série de atividades voltadas para o núcleo familiar, a criança e o adolescente na perspectiva de fortalecê-los através do acesso, da ampliação e garantia de direitos, da participação deles na instituição e na sociedade em geral. Portanto, a reintegração final é um objetivo a ser alcançado através de um processo e etapas previamente planejadas, refletidas e discutidas.

Quebra-se a concepção da instituição de acolhimento como um espaço punitivo e de repressão, mas o visualiza como um ambiente de proteção, isto é, uma medida de proteção, excepcional e provisória. No entanto, a provisoriedade não implica dispensar os cuidados necessários para o bem estar da criança e do adolescente, pelo contrário, a criança, na maioria das vezes, chega assustada, com medo, estranhando as pessoas, vivenciando momentos de muito sofrimento. Por isso, a instituição não pode proporcioná-la novos sofrimentos e violências, exigindo-se muita atenção e preparação dos/as profissionais, como também adequação da instituição.

O reconhecimento do acolhimento institucional como uma medida necessária, em muitas situações de violação de direitos dentro da família ou em situação de abandono, foi unânime entre os/as profissionais, embora ressaltem a existência de casos desnecessários.

As falas a seguir ilustram o **posicionamento favorável ou aceitável dos/as profissionais, no que se refere ao acolhimento institucional** de crianças e adolescentes, por falta de alternativas que garantam a proteção, seja por motivo de pobreza das famílias, seja por necessidade de afastamento do agressor, seja por ameaça de morte na comunidade:

Há casos que eu considero ainda desnecessário eu diria que poderia ter outra alternativa antes do atendimento, porque muitas vezes se perdem de vista a importância dessa família no desenvolvimento dessa criança e os órgãos a instituição que encaminham se perdem nesse sentido de não ver outra solução e só o acolhimento institucional (Assistente Social B).

Muitas crianças, na maioria das vezes, estão juradas de morte. É como uma bomba que está preste a estourar nas mãos (Assistente

Social C).

Eu já fui mais intolerante com relação ao acolhimento, mas há casos que realmente exige que as crianças saiam dessa situação por que há uma negligência muito grande (Assistente Social F).

Concordo, pois há necessidade em alguns casos, devido à realidade que está posta (Assistente Social H).

Depende do caso, se não há como retirar o agressor. O acolhimento é uma medida de proteção da integridade física e psicológica (Assistente Social I).

Concordo, pois tem momentos que devido à violação de direitos a criança e o adolescente precisam ser amparados (Assistente Social M).

Concordo em algumas situações, é uma alternativa e não uma solução (Assistente Social N).

As situações apontadas revelam a complexidade do trabalho e a realidade vivenciadas pelas famílias que necessitam dos serviços de Alta Complexidade. Demandas que requerem estudos aprofundados para viabilizar propostas que evitem e limitam a quebra de vínculos afetivos com a família ou com outras referências estáveis, de forma que a criança ou adolescente, que já sofrem a violação de direitos, não sejam penalizados com o acolhimento institucional e, conseqüentemente, com o afastamento de suas famílias.

Ainda, o discurso do/a assistente social B supracitado, sinaliza a necessidade de realizar uma avaliação de qualidade antes de efetuar o acolhimento, procurando alternativas para a criança e o adolescente. O estudo comprometido sobre a realidade e a situação de cada criança e adolescente por parte dos órgãos competentes é de suma importância, evitando o processo de quebra dos vínculos familiares e, por conseguinte, a revitimização dos indivíduos.

No entanto, o acolhimento institucional ainda é considerado uma solução para alguns operadores que atuam em determinados serviços, devido à falta de alternativas existentes na sociedade ou por motivos de carência material por parte da família, vislumbrando na instituição uma possibilidade para um futuro melhor. Assim, permanece a lógica da institucionalização, ou seja, a retirada do indivíduo do seu contexto, do seu cotidiano e dos seus afetos, para um “pretenso” bem estar, conforme as falas a seguir.

Não concordo, faz porque é a única solução (Assistente Social A).

Concordo pelo fato de que não têm pra onde ir essas crianças e aqui eles oferecem comida e uma vida bem melhor em relação à vida que eles têm com a família (Assistente Social C).

Somente a partir de uma ação efetiva no fortalecimento dessa família através do acesso a políticas efetivas e de qualidade, que garantam uma permanente convivência familiar, o acolhimento institucional poderá alterar sua função e tornar-se um espaço provisório, excepcional e executor da medida protetiva. Um espaço onde o/a assistente social atua e busca concretizar uma intervenção de qualidade à luz do atual projeto ético político.

Gulassa (2009) ressalta a importância das instituições de acolhimento em reorganizar as próprias atividades, a rotina cotidiana e as relações externas, para tornar-se um espaço que possibilite proteção, vinculação, independência e autonomia às crianças e aos adolescentes. Um ambiente que propicie a escuta, o protagonismo, o processo de reconstrução da história de vida, não só para relembrar, mas para refazer um projeto para o futuro, um lugar para descobrir novas possibilidades e novas potencialidades.

Para construir uma cultura realmente valorizadora da infância e da adolescência, exige-se o esforço e a mobilização de todos, no sentido da adoção de parâmetros de respeito e dignidade. Deve-se estabelecer entre os/as profissionais da instituição uma dinâmica essencialmente educativa, construindo e reconstruindo concepções, atitudes, modos de vida e metodologias de trabalho.

Permanecer e limitar-se ao que dispõe a Lei, não garante o avanço no atendimento e das necessidades reais do cotidiano, pois a vida é dinâmica e muda a cada instante. Cabe ao profissional vislumbrar novos caminhos a serem percorridos numa perspectiva de mudança e fortalecimento dos segmentos societários mais desfavorecidos.

O próximo indicador diz respeito às **exigências da instituição sobre o trabalho do/a assistente social**, cujas respostas foram:

Entender as necessidades, saber se realmente ele precisa ser abrigado, se existe alguma problemática dele com a família ou com a comunidade, se existe ameaça de morte ou se há mesmo negligência ou se há alguém da família que possa acolher

(Assistente Social A).

Há uma demanda grande de visita familiar, e a partir daí, tentar fortalecer o vínculo familiar, e temos a preocupação de mandar as crianças para passar o final de semana em suas casas (Assistente Social B).

A visita institucional e realizar os relatórios e o preenchimento do PIA³⁹ (Assistente Social D).

O preenchimento do PIA e a sua construção (Assistente Social E).

Atender às exigências da Vara da Infância como relatório e PIA (Assistente Social H).

Esperam resolutividade das ações. Assertiva. Resolução do caso (Assistente Social N).

Diante dos dados expostos, ficou evidente que o trabalho do/a assistente social é apreendido pela instituição empregadora a partir de determinados instrumentos e da resolubilidade e encaminhamento da situação da criança e do adolescente, que deve retornar à sua família ou em família substituta, atendendo a exigências preconizadas na legislação e que tem na Vara da Infância, o órgão maior de fiscalização. Desta forma, o trabalho do/a profissional está atrelado às demandas da instituição e do Sistema Judiciário e tem como sua finalidade maior, a reintegração familiar.

No que se refere às **novas demandas para o/a assistente social**, as respostas apontaram os seguintes motivos de acolhimento: envolvimento com droga, negligência, maus tratos e abandono por parte dos pais, abuso sexual, ameaça de morte, privação de liberdade e situação de rua de pai e mãe e extrema pobreza.

São sempre as mesmas: negligência, abandono e ameaça de morte (Assistente Social A).

Temos várias demandas e tem aquelas referentes à pobreza e aquelas referentes à mãe privada de liberdade, pai morador de rua que aí, nesses casos, torna-se inviável (Assistente Social D).

Hoje 90% dos acolhidos estão envolvidos com drogas e o

³⁹ O Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento que possibilita acompanhamento e um controle por parte do sistema judiciário sobre o trabalho desenvolvido com criança e adolescente acolhido/a.

assistente social não tem preparação para lidar com esse público (Assistente Social L).

Muitas situações são as mesmas. Vulnerabilidade social, pais nos presídios, mães promíscuas, muitas vezes os filhos são deixados sozinhos, abuso sexual (Assistente Social M).

Os relatos apresentados mostram a realidade vivenciada pelas famílias, um cotidiano onde é evidente o descaso do poder público e a sobrevivência torna-se uma disputa violenta e individual, que desconhece o significado atribuído ao conceito de criança/ adolescente ou ao sentido pleno da vida e da emancipação humana.

A pobreza extrema ainda marca o cotidiano das famílias usuárias dos serviços de Alta Complexidade, problemas relacionados às necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação, moradia e seguranças. Esta situação agrava-se devido a outras formas de violência apontadas pelos/as profissionais.

As demandas assinaladas - a droga, a violência, as prisões, o abuso, as ameaças – são expressões da questão social, demandadas para o Estado, quando o Serviço Social assume, procurando “soluções” para “salvar” a situação das famílias atendidas. Não obstante, é importante sinalizar que são fatores que fazem parte da realidade das famílias usuárias do serviço de Alta Complexidade, necessitando de um trabalho complexo, especializado, planejado e articulado com outros serviços e outras políticas, em vista de um atendimento que visa à garantia dos direitos na sua totalidade.

Ressalta-se que a pesquisa analisada pelo SEPACOPS (ALMEIDA; NEVES; XAVIER, 2008) apresentou as mesmas demandas para a instituição, o que confirma a perpetuação de uma realidade extremamente violenta, que marca o cotidiano das famílias, das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional. Todavia, ressalve-se uma única diferença nos motivos de acolhimento, a qual é representada pela ameaça de morte por parte dos/as usuários/as, o que agrava o nível de complexidade do serviço e da intervenção profissional.

Resultado que expressa a continuidade de um cotidiano perpassado por várias formas de violência, configurando-se por “relações decorrentes de vivências particulares das expressões da questão social” (FAVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008, p.138).

4.4 O processo interventivo dos/as Assistentes Sociais nas Instituições de Acolhimento

O processo interventivo do/a assistente social se consolida tendo em sua base uma articulação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. A relação entre as três dimensões possibilita o diálogo do/a profissional com a realidade e a construção de respostas frente às demandas que vêm sendo postas pelas transformações societárias. Resposta que, dependendo de sua qualidade, permite ampliar e enriquecer o espaço profissional.

Portanto, acreditando que a intervenção profissional é um processo que se constrói a partir de “um conhecimento da realidade e dos sujeitos para os quais são destinadas, na definição de objetivos considerando o espaço dentro do qual se realiza na escolha de abordagens adequadas para aproximar-se dos sujeitos destinatários da ação” (MIOTO, 2006 apud MIOTO; NOGUEIRA, s/d, p. 9), analisa-se a intervenção do/a assistente social a partir de seis dimensões: planejamento das ações do/a assistente social; ações realizadas pelo/a profissional na efetivação da convivência familiar; condições estruturais das instituições de acolhimento; articulação institucional; condições de trabalho e articulações políticas dos/as assistentes sociais que atuam nas instituições de acolhimento.

4.4.1 Planejamento das ações do/a Assistente Social no Acolhimento Institucional

No que diz respeito sobre a existência de um **planejamento das ações**, 16,7% dos profissionais sinalizaram não executar atividades planejadas. Entretanto, a maioria (83,3%) confirmou a existência de planejamento das ações, destacando a relação direta deste com o planejamento institucional:

A gente realiza o planejamento anual que é da instituição (Assistente Social A).

É o planejamento institucional que é mensal (Assistente Social D).

A gente planeja antes das Audiências, pois é revisto e de novos são realizados outros encaminhamentos (Assistente Social F).

O planejamento é realizado um mês antes das Audiências

concentradas e também depois, pois se tem mudanças das ações a realizar (Assistente Social F).

Quando se aproxima as Audiências concentradas a gente realiza as visitas e verifica se a criança pode ir para casa e assim depois das Audiências se ela pode voltar para casa, aí começam a intensificar as visitas, a passar os finais de semanas (Assistente Social G).

O resultado revela que existe uma confusão entre planejamento institucional e aquele relativo às ações do/a profissional. Não obstante haver uma relação entre os dois planejamentos, o/a assistente social tem autonomia para programar seus encaminhamentos, respondendo as demandas dos/as usuários a partir de pesquisas sobre a realidade, definição de objetivos e assim por diante.

Somente dois profissionais relatam a existência de planejamentos diferenciados conforme os setores de atuação, portanto, existe um planejamento institucional e um relacionado às atividades do/a assistente social realizado mensalmente e a cada semana, conforme os discursos a seguir.

Sim, quando a criança chega, avaliamos primeiro as necessidades imediatas, o bem estar dela, se precisa de alimentação adequada, de médico, roupas e outras coisas que se referem à saúde dela (Assistente Social M).

A primeira coisa é como a criança está, o que ela precisa e depois a gente vai atrás de outras informações, pela visita, a gente resgata toda a situação e a gente vê se é possível trabalhar a família, se é bom para ela retornar e assim por diante. Porém, na maioria das vezes não conseguimos levar adiante, por falta de tempo e eu sei que precisa fazer mais, mas não dá e a gente é muito cobrada (Assistente Social N).

Assim sendo, as duas respostas demonstram que há um direcionamento da intervenção profissional, não aleatório, mas que segue uma lógica a partir de necessidades postas pela realidade e da necessidade de um estudo aprofundado sobre a realidade da família, e, com isso, conhecer melhor os sujeitos da intervenção.

Todavia, os mesmos profissionais afirmam a dificuldade em levar adiante as ações prefixadas devido à falta de tempo. A sobrecarga de trabalho e a falta de profissionais são elementos que dificultam a concretização do trabalho, mesmo planejado com antecedência.

Entretanto, boa parte dos/as profissionais entrevistados/as enfatizaram que o planejamento das atividades do/a assistente social é realizado tendo como finalidade as Audiências⁴⁰ Concentradas e também o planejamento é revisado a partir delas. A realidade mostra que as ações são determinadas conforme demandas imediatas, que proporcionam a agilidade do atendimento e a finalização do processo referente à situação da criança e do adolescente perante o juiz e a partir do seu julgamento.

Ressalta-se que o planejamento é um processo fundamental para o/a assistente social, pois implica no estudo e na pesquisa da realidade, subsidiando a tomada de decisões e o estabelecimento de uma intervenção eficaz. Mito (2006), Mito; Nogueira (s/d) e Baptista (2000) afirmam que o planejamento é um processo racional, contínuo e dinâmico, não é espontâneo, mas exige uma reflexão e escolhas sobre as atividades a serem tomadas e realizadas concretamente.

Para Baptista (2000) o planejamento é um procedimento por etapas, entre as quais se inclui: a reflexão, que objetiva conhecer a realidade de um modo geral, é o estudo da situação, a construção de referenciais teóricos e práticos e o levantamento de dados; a decisão como escolha de prioridades de intervenção após organização e análise dos dados, a definição de objetivos e o estabelecimento de metas; a ação que diz respeito à concretização das prioridades; a retomada de reflexão que implica na avaliação sobre os efeitos das decisões escolhidas, indicando o caminho a ser seguido e a construção de outras etapas do processo.

Destacam-se três diferentes modalidades de planejamento: o planejamento social, que objetiva mudanças sociais; o planejamento institucional, o qual diz respeito à organização pela gestão ou coordenação de todo o trabalho realizado pela instituição; o planejamento como instrumento do/a assistente social que visa orientar sua intervenção.

Apesar de entender o trabalho profissional inserido num conjunto de ações coletivas, a intervenção do/a assistente social exige constante reflexão, um pensar sobre o trabalho e seus resultados, suas consequências e sua relação com a instituição e com os/as usuários/as dos serviços.

⁴⁰ Ressalta-se que as Audiências Concentradas foram instituídas a partir da Instrução Normativa nº 02 de junho de 2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e objetivam verificar a situação da criança e do adolescente em Acolhimento Institucional, constatando a possibilidade de um retorno familiar.

Assim, ações profissionais e institucionais caminham juntas, embora não se confundam, pois têm naturezas distintas, porém complementares. O caráter institucional coloca um relativo limite ao recorte do objeto da ação profissional, na apreensão das demandas e definição de objetivos, condicionando, ainda, os resultados do trabalho. Por sua vez, as ações profissionais moldam comportamentos institucionais em uma relação dialética, assimétrica e determinada pelo jogo de interesses e forças condensadas em espaços sócio-ocupacionais (MIOTO; NOGUEIRA, s/d, p. 16).

A partir disso, atesta-se a importância do planejamento para o exercício do trabalho profissional, que possibilita a compreensão da realidade e uma reflexão da prática para atender as diferentes realidades e expressões da questão social.

O resultado dos discursos dos/as profissionais aponta uma preocupação, uma vez que apenas dois profissionais afirmaram a existência de um planejamento que envolve as ações realizadas pelo/a assistente social e não se limita às exigências da instituição.

Como se pôde verificar, o planejamento não é considerado um procedimento básico da profissão, não é construído a partir de estudos e reflexões, um processo dialético entre a teoria e a realidade, mas algo construído a partir de decisões judiciais (Audiências Concentradas), assumindo um caráter meramente racional e instrumental, de controle social, visando a “solução” do problema posto, funcional à Lei, ao que está determinado juridicamente. Assim, a intervenção do/a profissional é apreendida como algo mecânico, prático e pragmático, não exigindo o caráter reflexivo de uma intervenção teleológica. Ainda, o planejamento é realizado verticalmente, conforme as falas seguintes:

Primeiro com o coordenador, depois com o adolescente e se pergunta se ele quer voltar para casa (Assistente Social H).

Depende muito do coordenador o trabalho em equipe. Houve uma época que aconteceu, mas quando a coordenadora foi embora aí terminou esse trabalho (Assistente Social L).

Algumas, por que outras são realizadas depois das Audiências e depende de outras demandas (Assistente Social D).

Depende do coordenador e tudo é repassado para a Justiça que aprova (Assistente Social C).

A leitura dos discursos feitos pelos/as profissionais, expressa uma

centralidade das decisões, estabelecidas conforme determinada hierarquia. Desta forma, o poder deliberativo permanece nas “mãos” de poucas pessoas, não permitindo abertura e flexibilidade no planejamento para a participação dos os/as usuários/as e de suas famílias.

A realidade apontada é corroborada a partir das respostas referentes ao **envolvimento da família na organização das atividades e ações das instituições**, que se resumem no repasse dos encaminhamentos já realizados e estabelecidos, conforme as falas dos/as assistentes sociais:

Basicamente as famílias não participam desse processo, mas já são certos os encaminhamentos, principalmente devido às Audiências concentradas e às vezes a gente organiza reuniões com a família (Assistente Social A).

Não, porque há uma demandada muito grande e uma dificuldade diária e também nunca dá para juntar todo mundo pelas dificuldades até financeira mesmo (Assistente Social B).

Existem reuniões mensais com as famílias (Assistente Social C).

Antes das Audiências concentradas, a gente organiza as atividades e os encaminhamentos, ela não participa, mas sabe dos acertos (Assistente Social L).

A família não participa, mas os encaminhamentos são realizados nas Audiências, ou antes, e a família sabe (Assistente Social M).

A leitura das respostas demonstra que não há o envolvimento da família como sujeito político e participativo, limita-se ao repasse de informações e ações já delineadas, o que acontece na maioria das vezes nas Audiências Concentradas, ou um mês antes delas serem realizadas.

Ressalta-se a fala dos assistentes sociais A e C que enfatizam a realização de reuniões como processo participativo, embora não fica esclarecido como se realizam e os objetivos deste instrumento.

Mais uma vez a Audiência Concentrada é um elemento determinante na condução do trabalho do/a profissional e, portanto, da instituição, que manifesta sua subalternidade ao Sistema Judiciário. Ao mesmo tempo, a família permanece numa posição de inferioridade e de dependência perante a instituição de acolhimento e dos demais órgãos envolvidos.

Ressalta-se que as Audiências Concentradas não são obrigatórias, tendo em vista que a Lei não as determina, mas afirma o acompanhamento e a revisão por parte do Sistema Judiciário da situação da criança e do adolescente a cada seis meses, conforme preconizado nos artigos 101 e 19 § 1º do ECA. Desta forma, o que importa é a necessidade de reavaliar cada situação, tendo por base estudos, relatórios e pareceres fundamentados por equipe técnica da instituição e a consolidação de um diálogo entre a Justiça, a instituição de acolhimento e a rede de serviços e programas existentes.

Nesses termos, a realização das Audiências Concentradas não pode acontecer de forma indiscriminada como está sendo realizado no município de João Pessoa, mas segundo a análise da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a requisição da audiência concentrada deve ser “fundamentada na análise das necessidades e pertinência do ato judicial” (Pareceres 01 e 02 do Protocolo CIJ n. 74957/10). O uso indistinto pode gerar a “exposição desnecessária de crianças e adolescentes, com eventuais constrangimentos” (*Ibid*, 2010), assim como a exposição prescindível de seus familiares e demais pessoas envolvidas.

No que tange à **participação de criança e adolescente**, os/as profissionais entrevistados/as enfatizam o não envolvimento efetivo dos/as usuários/as, mas um repasse de informações ou, simplesmente, se pergunta se a criança deseja retornar à família, conforme sinalizam algumas respostas.

A criança e o adolescente são informados de tudo o que acontece, é repassado às decisões (Assistente Social D).

Primeiro com o coordenador, depois como adolescente e se pergunta se ele quer voltar para casa (Assistente Social H).

Não eles não participam, mas realizamos o protagonismo juvenil (Assistente Social I).

Sobressai a fala do/a assistente social I que, apesar de afirmar a não participação da criança e adolescente na construção de propostas ou decisões, a mesma assevera a existência do protagonismo juvenil, mostrando o desconhecimento sobre o significado do protagonismo, expressando este como uma ação a parte.

Dessa maneira, os resultados revelam que não há uma mobilização junto às famílias e nem com a criança e o adolescente, numa perspectiva de estabelecer ações coletivas e estratégias de protagonismo que possam fortalecer a família e possibilitar processos de reflexão e construção acerca de caminhos alternativos para a própria autonomia. Não há nas instituições de acolhimento uma articulação com a família para a ampliação dos direitos sociais e a elaboração de “[...] novos padrões de sociabilidade entre os sujeitos [...]”, conforme assinala Miotto (2010, p.174), ou seja, a possibilidade de não conformar-se com a situação e vislumbrar novas formas de viver em sociedade.

O trabalho com a família pode e deve ser realizado a partir do envolvimento e da participação dela, um processo que deve ser construído aos poucos e não um elaborado, já definido e sistematizado, em que a família torna-se meramente receptora.

Segundo Spinnato (2009) a participação é um dos princípios da Convenção Internacional da Criança e inclui-se nos artigos 05, 13, 12, 14, 29 e 32 do Estatuto. A Convenção estabelece que a participação não seja uma escuta ou meramente a possibilidade de expressar a própria opinião, mas supera o discurso paternalista e abre espaço para que a criança e o adolescente possam, junto ao adulto, construir algo diferente, a partir da própria personalidade, das próprias ideias e da responsabilidade naquilo que é decidido.

Essa perspectiva abre o caminho para a criança e o adolescente serem percebidos como sujeitos ativos, na conquista da autonomia, e não objetos de propriedades do Estado e nem funcionais aos interesses afetivos, econômicos e emocionais da família. Uma lógica que supera o discurso limitado à proteção, numa perspectiva de emancipação do sujeito.

Por meio desse processo, pode acontecer a passagem de uma cultura adultocêntrica para uma cultura da infância, que tem em sua base a participação destes sujeitos nas decisões, vislumbrando o desenvolvimento das próprias capacidades, não como exceção, mas possibilidades cotidianas. Uma realidade que se concretiza através de pessoas responsáveis, que possibilitam o encontro da criança e do adolescente com a diversidade e com o respeito ao outro.

No que tange à **flexibilidade do plano de trabalho**, a maioria do/as profissionais entrevistados/as (75%) afirmou existir essa flexibilidade. Dentre os que responderam de forma positiva, um/a afirmou que por ocupar um cargo de gestão,

não depende de outra autoridade na instituição, e dois sinalizaram que, mesmo ocupando cargo de coordenadores, a execução do trabalho depende de órgãos superiores e do Sistema Judiciário, que exigem respostas em tempo hábil, o que contradiz a afirmativa da flexibilidade do trabalho.

A seguir, destaca-se a fala de outros/as profissionais que alegaram a inflexibilidade do plano de trabalho a partir de limitações impostas pela coordenação, pela diretoria e pelo Sistema Judiciário.

Não tenho liberdade, devo fazer o que é exigido e não há respeito com o Assistente Social, não entendem o trabalho (Assistente Social H).

A gente deve responder às demandas da instituição e da Justiça, assim, não tenho muita liberdade (Assistente Social M).

Quando há uma exigência da coordenação ou diretoria deve ser respeitada (Assistente Social M).

Ressalta-se a resposta do assistente social H que sinaliza o desrespeito com o/a assistente social e sua profissão, impedindo, assim, o andamento de um trabalho de qualidade, gerando descontentamento e desmotivação para continuar nesse campo de atuação.

É evidente a existência de posturas autoritárias desempenhadas por algumas instituições e por aquele que detém determinadas funções. A relação vertical entre os/as profissionais e a concentração de poder, impede o desenvolvimento de um trabalho participativo, uma falta de respeito e de parceria entre os trabalhadores. A concentração do poder limita e dificulta o andamento das atividades e de um trabalho multidisciplinar, em que cada profissional, com o seu conhecimento, possa contribuir para o alcance dos objetivos do trabalho.

A imposição pode transformar-se em autoritarismo, gerando descontentamento e descompromisso entre os/as profissionais, além de competitividades e “conversas paralelas” que limitam ações e reivindicações coletivas.

Romper com esse pensamento é um desafio, um dever e uma obrigação do/a profissional que trabalha com crianças e adolescentes e suas famílias, no intuito de garantir a participação dos/as usuários no processo de construção, reivindicação e acesso às políticas públicas de melhor qualidade, uma atitude que

vai contra a lógica do trabalho, que restringe o poder de decisão nas mãos de poucos.

4.4.2 Ações realizadas pelo/a Assistente Social para a efetivação da Convivência Familiar

Para analisar as ações realizadas pelo/a Assistente Social no âmbito institucional para a efetivação da Convivência Familiar, foram levantadas indagações a respeito de: ações efetivadas na instituição; ações realizadas para estimular a convivência familiar de crianças e adolescentes e sua família ou com famílias substitutas; a existência de uma metodologia com as famílias; acompanhamento da criança e do adolescente e suas famílias após a reintegração familiar.

No que tange às **ações realizadas na instituição**, os/as profissionais enfatizam principalmente a realização da visita familiar à família, sendo uma prioridade inclusive do/a assistente social; o preenchimento do Plano Individual de Acompanhamento (PIA) e a elaboração de relatórios. Ainda foram sinalizadas outras atividades por ordem de prevalência, como os encaminhamentos para possibilitar o acesso da criança e do adolescente em atividades externas como: matrícula na escola, visitas médicas, atendimento à saúde, compra de roupas e providenciar documentos e, as entrevistas, conforme os discursos a seguir:

Sim, a criança vem com o Guia de Acolhimento e avaliamos o bem estar dela, aí a gente faz os encaminhamentos para o médico, a escola, compra de roupas, documentação e por aí (Assistente Social M).

Visitas, elaboração do PIA, encaminhamentos. Muita burocracia ligada à Vara da Infância e à instituição (Assistente Social A).

Existem prioridades, mas o que está sendo cobrado, como por exemplo, relatório da vara da infância e o PIA deve ser feito prioritariamente (Assistente Social C).

PIA, tenho que alimentá-lo a cada três dias (Assistente Social H).

As respostas evidenciadas verteram sobre a instrumentalidade utilizada pelo/a profissional, no entendimento de que o/a Assistente Social ocupa aquele espaço de trabalho para executar determinados instrumentais. É o instrumental que

determina a rotina cotidiana do trabalho e não o contrário.

Destaca-se que ao Guia de Acolhimento, enfatizado na resposta citada, é um instrumento realizado pela Vara da Infância e Juventude que autoriza o acolhimento por uma determinada instituição. O dispositivo segue as orientações da Lei 12010/2009 que impede a entrega de crianças e adolescentes por terceiros ou a pedido da família, como frequentemente acontecia, sem o conhecimento e acompanhamento da justiça (CABRAL, 2008). Existe, por conseguinte, um controle maior por parte do Sistema Judiciário sobre as instituições de acolhimento e às famílias que procuram o serviço de Alta Complexidade.

Ressalta-se que o Plano Individual de Acolhimento (PIA) é um instrumento que objetiva orientar o trabalho no período do acolhimento, um plano que estabelece ações na efetivação de uma possível reintegração da criança ou adolescente na família de origem ou em família substituta. Este dispositivo procura concretizar o direcionamento do Estatuto, o qual estabelece um atendimento personalizado e em pequenos grupos dos/as usuários/as nas instituições de acolhimento.

O trabalho para a elaboração do PIA realiza-se em dois momentos: primeiramente através de anotações e registros primários sobre a realidade encontrada, ou seja, o nome, a escolarização, os motivos que levaram ao acolhimento, o endereço da família, entre outros, conforme o artigo 34, *caput*, XX, e § 1º do Estatuto. Num segundo momento, a elaboração de um plano individual em que são registradas as necessidades dos/as usuários/as, a dinâmica familiar e suas condições socioeconômicas, relacionamentos afetivos na família e ou com terceiros, a existência de família extensa, em suma, tudo que diz respeito ao cotidiano, nas suas diferentes esferas, da criança e do adolescente e sua família, visando estabelecer estratégias para a reintegração familiar ou outros encaminhamentos como a procura de famílias substitutas (CNMP, 2013).

A elaboração do PIA é realizada pela equipe técnica da instituição, ouvindo a criança/adolescente e seus familiares, sob a avaliação da Justiça, que acompanha todo o processo de intervenção (ECA, artigo 101, inciso de I a VI). Evidencia-se que qualquer mudança no atendimento deve constar no Plano, o que faz com que seja revisto constantemente.

A partir dessas informações, constata-se a importância da elaboração do PIA, que exige um estudo aprofundado e crítico da realidade e da situação da criança e do adolescente. O Plano individual possibilita a reconstrução da história de

vida dos indivíduos, evitando a perda de eventos significativos, situação corriqueira conforme estudos de Cabral (2008), o que colocava as crianças, os adolescentes e famílias a repetir várias vezes a própria história, num tratamento desrespeitoso ao ser humano, tratado como objeto.

Entretanto, deve-se atentar para que o PIA não se torne um instrumento meramente burocrático e pragmático, um elaborado de ações ou concessões de benefícios assistenciais a serem executados, sem intencionalidade refletida e mera aplicação da Lei.

Outro elemento importante a ser destacado, perante os discursos supracitados pelos/as profissionais, é a presença do Sistema Judiciário no cotidiano do/a assistente social, que sinalizam a obrigatoriedade e a prioridade em atender as demandas exigidas pelo órgão. Esta situação corrobora a relação de subalternidade da instituição e do profissional demonstrada anteriormente, no que tange à construção do planejamento a partir das Audiências Concentradas, evidenciando, portanto, uma estreita relação entre o Sistema Judiciário e as instituições de acolhimento, influenciando todo o processo interventivo do/a profissional.

Além disso, as falas a seguir esclarecem que, além da Justiça, existem demandas institucionais que exigem o atendimento imediato:

Temos que fazer relatórios para a Vara e relatórios para a instituição, como os relatórios estatísticos das atividades, é toda uma burocracia. (Assistente Social L).

Visitas, elaboração do PIA, encaminhamentos. Muita burocracia ligada à Vara da Infância e à instituição (Assistente Social M).

A burocracia evidenciada nas respostas limita as ações do/a profissional, que deixa de lado atividades consideradas prioritárias para atender à instituição. Por conseguinte, a liberdade da intervenção do/as assistente social é relativa, influenciando na qualidade de um trabalho eficaz.

Lembra-se que a construção de relatórios, instrumento utilizado pela totalidade dos/as profissionais entrevistados/as, necessita de dedicação e compromisso, baseado no estudo social, momento em que o/a assistente social se eleva do cotidiano, possibilitando apreender a realidade na sua totalidade e de uma forma mais crítica. No entanto, a burocracia e as exigências impostas ao/a

profissional dificulta a possibilidade de realizar este momento, tornando a construção do instrumental uma ação mecânica, que busca responder de forma imediata e superficial às demandas que surgem no momento do trabalho.

Ratificando a realidade apontada, evidencia-se que somente dois profissionais afirmaram realizar o estudo social, conforme os discursos a seguir:

A gente faz o estudo social em primeiro lugar, a escuta social e acompanhamento da família quando a criança pode voltar para a casa (Assistente Social L).

Visita e resgate de toda a situação, pois as informações são fragmentadas, e parecer social (Assistente Social N).

A escuta da criança e depois buscar a família. (Assistente Social F).

Conforme assinalado na explanação desse estudo, para Mioto (2000), lamamoto (2004) e Fávero (2004) o estudo social é essencial para o Serviço Social, uma atividade intelectual reflexiva e crítica da realidade, que abre o caminho para apreender o “fenômeno” na sua totalidade, relacionando elementos particulares e individuais dos sujeitos à sua base estruturante. É através do estudo social que o/a profissional compõe e planeja o seu trabalho, escolhe seus instrumentais, questionando e respondendo junto aos usuários às demandas postas pela sociedade.

O compromisso com o estudo social permite fundamentar o parecer social, influenciando decisões judiciais e direcionando ações para viabilizar direitos e fortalecer os segmentos sociais mais desfavorecidos.

Também, as respostas dos/as profissionais assinalaram a “prática” da escuta à criança e adolescente. Ressalta-se que a escuta ou oitiva é um instrumento tradicionalmente utilizado na Psicologia e no Sistema Judiciário, contido no ECA em seu artigo 101. Objetiva saber o que pensa a criança, o adolescente e sua família a respeito de encaminhamentos e decisões sobre a própria vida.

Entende-se que essa exigência cotidiana reflete no interior da profissão, que engloba outros procedimentos mais utilizados em outros setores. Isto não impede a qualificação da intervenção profissional, que deve superar as regras e normas instituídas e dedicar tempo para o entendimento deste procedimento para melhor qualificá-lo segundo o projeto ético-político da profissão.

Para Giberti (1997 *apud* FAVERO, 2007) há um desconhecimento das famílias por parte de diferentes entidades e órgãos, admitindo que “sobre as mulheres que entregam seus filhos e acerca de suas famílias, se conhece pouco porque as escutam pouco e lhes perguntam mal” (p.32). Escutar é conhecer a realidade social, econômica, afetiva, cultural e política que está por trás da subjetividade de cada indivíduo, é ir além do “dito” e do “falado”. Por isso, concorda-se com Santos; Filhos; Backx (2012) ao afirmarem que:

Para romper com o instituído, ir além das demandas institucionais, há necessidades de se pensar técnicas e instrumentos a partir do contexto no qual se dá o exercício profissional, sendo, portanto, fundamental pensá-los a partir da análise, da leitura da realidade, dentro dos valores e daquilo que necessita ser mobilizado (GIBERTI, 1997, p.28).

Portanto, qualquer ação realizada pelo/a assistente social deve ser refletida, construída e contextualizada, num processo intencional, tendo como base um olhar crítico sobre a realidade. Deste modo, a escuta pode desencadear relações de confiança entre os/as usuários e suas famílias com o/a profissional, direcionando a atuação numa perspectiva de construir ações coletivas.

A que se refere sobre as ações **realizadas pelo/as profissionais para estimular a convivência familiar**, as respostas verificaram que a totalidade dos/as assistentes sociais considera a visita como “atividade” principal para a convivência familiar. A visita acontece na instituição ou no domicílio da família, deixando a criança e o adolescente passar os finais de semana com os próprios parentes. Ainda, dentre as falas dos/as entrevistados/as evidencia-se a organização de reuniões com os familiares:

A gente tenta buscar que a família venha aqui na instituição e levamos os acolhidos também para passar o final de semana, quando é possível, ou até mesmo só para passar um dia em datas comemorativas (Assistente Social C).

Sempre que podemos fazemos de tudo para que as crianças passem finais de semana com as famílias, e fazemos as reuniões quinzenais ou mensais, mas depende da situação e da urgência (Assistente Social F).

Recebemos as visitas aqui e marcamos os dias e os horários, também temos reuniões a cada quinze dias (Assistente Social G).

Passar os finais de semana em casa e visitas das famílias que ligam com antecedência avisando que vêm. (Assistente Social L).

Temos uma adolescente que visita o irmão, acolhido numa outra instituição e por isso a gente providencia a visita mensal ou quando se pode entre os dois (Assistente Social N).

Atesta-se que o/a assistente social N asseverou a realização da visita entre irmãos que residem em diferentes instituições de acolhimento, o que fere o Inciso IV do Estatuto que trata sobre o não desmembramento de irmãos. Desta forma, limita-se a possibilidade de fortalecer o vínculo e o convívio familiar.

No que diz respeito às reuniões, não ficou esclarecido no discurso dos/as profissionais como acontecem e se organizam e qual a finalidade. Retomando Sarmiento (2012), concorda-se em afirmar que a reunião em grupo pode resultar num instrumento valioso, dependendo da intencionalidade do/a profissional e das exigências dos/as usuários/as. A possibilidade de um confronto e troca de experiências, assim como reflexões acerca da realidade, amplia o conhecimento, propicia a construção de microrrelações que favorecem mudanças no cotidiano dos indivíduos a partir de ações estabelecidas por uma coletividade.

No entanto, vislumbra-se que a reunião entre famílias é pouco utilizada e a visita é compreendida como único processo que possibilita a convivência familiar e uma possível reintegração.

A pesquisa realizada em 2005 sobre as instituições de acolhimento de João Pessoa, sinalizada ao longo do trabalho, evidencia que as ações mais citadas pelas instituições para o fortalecimento da convivência familiar foram a visita domiciliar e contato telefônico (70,6%); visita das famílias na instituição (59,9%) e reconstituição de grupos de irmãos (52,9%) (ALMEIDA; NEVES; XAVIER, 2008, p. 175).

Diante do exposto, compreende-se que a visita domiciliar continua sendo avaliada como o único instrumento de incentivo à convivência familiar. No entanto, é necessário desenvolver e realizar outras ações e estratégias que possam valorizar o contexto familiar e viabilizar relações com outros serviços e projetos existentes no município.

Essa realidade é confirmada quando perguntado acerca de uma **metodologia de trabalho com as famílias**. Dentre as respostas, 41,6%

evidenciaram a falta de uma metodologia; 33,3% sinalizaram uma metodologia só a partir das Audiências Concentradas, resumindo-se à visita e ao recebimento de benefícios; e um/a assistente social afirmou existir uma metodologia, mas bastante precária, conforme os discursos a seguir:

Só na proposta final da reintegração que é usada uma metodologia específica, que é a partir da ida das crianças para casa, que serve para construir ou fortalecer esse vínculo (Assistente Social B).

É só a visita. Plano de desenvolvimento familiar, visita familiar, atendimento na rede, encaminhamento à escola, bolsa família etc.(Assistente Social M).

Algumas, porque outras são realizadas depois das Audiências e depende de outras demandas (Assistente Social D).

Sim, são planejadas um mês antes da Audiência, e tem algumas ações que não são contempladas e temos que ser bem flexível nesses casos (Assistente Social H).

Mais uma vez os/as profissionais salientaram a visita familiar como proposta de trabalho com as famílias e outros encaminhamentos, por ordem de importância, como inserção dos indivíduos em programas e benefícios, tais como: bolsa família, auxílio aluguel e cesta básica; inclusão na escola e atendimentos nos Hospitais e nos Postos de Saúde da Família; inserção em atividades desenvolvidas por organizações filantrópicas e cursos profissionalizantes.

De acordo com os resultados obtidos, foi verificado que o trabalho com a família se resume às visitas e à concessão de benefícios assistenciais, ações pontuais e focalizadas que não promovem o processo de fortalecimento das famílias. Além disso, constata-se uma inclusão mínima em programas ou na rede de serviços existentes no território.

Compreende-se uma intervenção pautada na solução técnica de problemas que termina após ter alcançado os objetivos. A situação familiar é fragmentada e reduzida em problemas menores associados à pobreza, esta última, banalizada e enfrentada a partir de benefícios assistenciais.

Apesar de serem atividades necessárias, não são suficientes perante o contexto social das famílias usuárias do serviço de Alta Complexidade. Uma realidade marcada por relações violentas e de poder, pela miséria, pelo tráfico, pelo abuso de drogas e exploração sexual, reflexos de uma sociedade excludente que

põem em questão o Serviço Social na sua atuação e exige ações concretas e refletidas conforme as reais demandas dos/as usuários. Há necessidade de elaborar estratégias articuladas, complexas e em longo prazo.

A reestruturação familiar envolve fatores complexos, relacionados à superação do desemprego e da dependência de drogas, por exemplo, que demandam muito mais de outras políticas públicas do que do esforço isolado das instituições de abrigo. No entanto, considera-se que essas entidades podem realizar mais ações de valorização da família, bem como investir mais na conexão com a rede de proteção social disponível e nas demais políticas públicas existentes (SILVA; MELLO; AQUINO, 2004, *apud* ALMEIDA; NEVES; XAVIER, 2008, p. 227).

Estudos nacionais revelam que o trabalho com as famílias pode resultar na abreviação do período de acolhimento da criança/adolescente, indo além de tratamentos individuais, mas “um trabalho meticulosamente planejado, discutido e analisado, não se restringindo às visitas realizadas regularmente pela família à instituição [...]” (IZAR, 2011, p. 109).

A pesquisa comprova que as ações realizadas pelos/as profissionais procuram cumprir obrigações e prazos estabelecidos pela Lei ou pela instituição. A falta de um trabalho efetivo com as famílias acarreta o retorno à instituição ou a exposição da criança e adolescente à violência e abusos provocados pela sociedade e pelos familiares, revitimizando-os novamente.

Prosseguindo a análise e corroborando a realidade apresentada, questionou-se sobre o **acompanhamento da criança e do adolescente após a reintegração familiar**. A pesquisa sinalizou a existência de 83,3% dos/as profissionais que realizam o acompanhamento por seis meses.

Acompanhamos dentro de um período de seis meses. Buscamos a inclusão social, fazemos a articulação com o CRAS da localidade, o auxílio aluguel, que é uma demanda presente, e também doamos cestas básicas durante o período de monitoramento (Assistente Social B).

A lei fala que são seis meses, mas ficamos dando suporte de cestas básicas, roupas e ajudando no que der para ser ajudado (Assistente Social D).

Acompanhamos e verificamos se estão recebendo o que for estabelecido nas Audiências e também inserimos os acolhidos nos

cursos profissionalizantes ou nos trabalhos propostos para eles (Assistente Social F).

Por seis meses, e com visitas às escolas, cartão de vacina, e quando são crianças de creche, ver se notou alguma diferença nessa criança (Assistente Social G).

O acompanhamento é de seis meses. Independentemente das Audiências, é realizada a visita para verificar os encaminhamentos feitos: auxílio aluguel, moradia, trabalho e estágio para adolescentes etc. (Assistente Social L).

A leitura dos resultados evidencia, por ordem de prevalência, que o acompanhamento concretiza-se por meio de: visitas domiciliares, recebimento de auxílio aluguel, cesta básica, roupas e moradia, inclusão em serviços da política de Assistência, cursos profissionalizantes e inserção no trabalho para adolescentes e visita à escola.

Portanto, mais uma vez a visita domiciliar e a concessão de benefícios assistenciais são recursos utilizados como forma de acompanhamento às famílias após a reintegração, numa perspectiva de fortalecimento dos vínculos de pertencimento. Denota-se a pouca inclusão em outros serviços ou programas das políticas sociais.

Essa realidade confirma os resultados da pesquisa realizada em 2005 (ALMEIDA; NEVES; XAVIER, 2008), que informam a visita domiciliar e o apoio material as ações mais citadas (47,1%) após a reintegração familiar, seguidas do acompanhamento social e auxílio na busca por emprego (41,2%).

Ressalta-se que o acompanhamento após o desligamento da instituição é fundamental para a criança e o adolescente, que indica o empenho do sucesso da reintegração familiar e o apoio dos/as profissionais às famílias, transmitindo segurança e tranquilidade, refletindo na autonomia e autoconfiança dos/as usuários/as. Além disso, permite monitorar, avaliar e acompanhar o processo de inclusão das famílias e seus membros nas políticas sociais e/ou nos projetos, ações e outras articulações existentes na comunidade e na sociedade.

Apesar dos avanços conquistados através do ECA e demais normativas, o discurso filantrópico e de cunho caritativo se faz presente nas respostas dos/as profissionais e, por conseguinte, na política de Assistência Social, através de ações pontuais, focalizadas e independentes. Ações provisórias que não permitem uma mudança substancial da situação familiar.

Também, destaca-se nas respostas sinalizadas a inserção em cursos profissionalizantes e o ingresso do/a adolescente no mercado de trabalho. Uma realidade que condiz com as normativas do Estatuto, estabelecidas no capítulo V, que trata sobre a profissionalização e as condições de trabalho. Desta forma, o ECA estabelece uma educação básica, pública e de qualidade, associada a uma educação profissional para o ingresso no mundo do trabalho.

Com certeza, do ponto de vista do/a adolescente, os cursos e o primeiro emprego possuem um significado de autonomia, conquista e uma oportunidade para garantir melhores condições de vida e perspectivas de futuro, principalmente para o jovem com baixo nível econômico e cultural.

Segundo Wickert (1999, *apud* LEAL, 2006), se o trabalho proporciona conhecimento e informação, incentivando novas amizades e convivências saudáveis, pode ser um elemento que oferece novos sentidos para a vida do adolescente e para a formação da identidade.

Entretanto, ressalta-se que a educação profissional, regulamentada pela Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), sob a responsabilidade do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, resultou na proliferação de “cursinhos”, um aprendizado superficial para demandas emergenciais e imediatas, que respondem às estratégias do mercado (BAPTISTA, 2006, p.133).

A proposta implementada pela LDB, com as novas resoluções⁴¹, configura-se numa perspectiva de classe: uma educação que responde aos anseios de famílias abastadas, que ocupam lugares administrativos e de poder e uma educação para os filhos de classes mais desfavorecidas, aptas para o trabalho. Por conseguinte, a qualificação profissional e o primeiro emprego, a ilusão do acesso a melhores condições de vida seguem a lógica perversa de reestruturação do mundo do trabalho, que requer trabalhadores no mercado para serem explorados a custo mínimo.

Diante disso, os/as profissionais necessitam analisar com cuidado as propostas de trabalho oferecidas para os/as adolescentes acolhido/as, para que não sejam um desestímulo ou um substitutivo ao processo formativo educacional e que essa inserção no mercado de trabalho como aprendiz possa proporcionar realmente

⁴¹ Para Baptista (2006), o artigo 11 do Decreto nº 2.208 de 1997 e a regulamentação dos artigos 36, 39 e 42 da LDB, reformulam a educação profissional, separando-a em ensino médio e ensino técnico profissional.

ganhos e fortalecimentos favoráveis aos sujeitos e não como uma solução definitiva que se encerra por si mesma.

As respostas relativas à **avaliação dos/as assistentes sociais sobre a prática profissional** mostraram a necessidade de uma contínua formação por parte do/a profissional.

Eu entendo que sempre tenho algo a melhorar, seja na capacitação e essa busca é muito pessoal (Assistente Social B).

Eu me esforço muito para sempre dar o melhor para eles, faço o máximo que posso para ajudar, por que a maioria das escolas não gosta de receber o acolhido e aí eu tenho que me desdobrar para dar o melhor (Assistente Social C).

Como eu falei, eu aprendi chegando, mas é um trabalho que você aprende todos os dias e é um eterno aprendizado (Assistente Social G).

Tenho muito que continuar me capacitando (Assistente Social H).

Boa, modesta. Falta de conhecimento, poderia ser melhor na resolutividade. A burocracia das políticas que limitam os encaminhamentos (Assistente Social I).

É uma prática desafiadora. A família é um desafio, falta sentimento de pertencimento, não tem referência, difícil fazê-lo estudar (Assistente Social M).

O discurso apontado pela maioria dos/as profissionais sinaliza a necessidade de um contínuo aprimoramento perante uma realidade complexa e desafiadora. Entretanto, não há um questionamento sobre o processo de trabalho, sua implementação, os instrumentais utilizados e as consequências das ações realizadas. As mudanças, mesmo pequenas, conseguidas na vida cotidiana dos/as usuários e suas famílias, permitem apontar a fragilidade ou a fortaleza das ações profissionais, desencadeando um processo de reflexão e revisão de planejamento e das atividades, permitindo pautar uma intervenção que condiz com o projeto ético político da profissão.

No entanto, o/a profissional procura respostas ou ações eficazes imediatas para resolver as demandas que se apresentam no dia a dia do trabalho, tendo em vista as falas, mencionadas anteriormente, dos assistentes sociais C e G que argumentaram o aperfeiçoamento através da prática e das demandas que surgem no cotidiano, confirmando uma intervenção moldada pela experiência e pelas

carências que devem ser preenchidas, conforme assinalado por Coelho (2013) no Capítulo III.

4.4.3 Condições estruturais das Instituições de Acolhimento

O processo de trabalho do/a assistente social e a execução de ações e atividades não depende exclusivamente da intencionalidade do/a profissional, mas de condições e meios fornecidos pela instituição empregadora para a realização e operacionalização das tarefas e, portanto, o alcance dos objetivos almejados.

A maioria dos/as profissionais entrevistados/as salientaram as limitações das atividades e ações devido às **condições de estrutura física inadequada** para o trabalho, que não facilita o desenvolvimento das atividades:

Falta de estrutura para acolher as crianças, tudo é muito pequeno (Assistente Social F).

O espaço físico inadequado e não temos como funcionar adequadamente (Assistente Social G).

Poderia ser melhor, pois a estrutura da casa de acolhida é precária, sem transporte, escritório próprio para conversar com as crianças e as famílias (Assistente Social I).

Quando faltam profissionais, como o psicólogo, e o computador, que nem sempre funciona para a equipe técnica (Assistente Social O).

A falta de uma equipe técnica (estamos há três meses sem assistente social) (Assistente Social M).

Verifica-se que os/as assistentes sociais sinalizaram a falta de uma estrutura adequada para o acolhimento de crianças e adolescentes e de um espaço para a realização do trabalho da equipe técnica, a precariedade do material físico como o computador, a falta dos meios de transporte e, ainda, a necessidade de uma equipe técnica composta por diferentes profissionais.

A inadequação do local físico, do espaço que acolhe às crianças e adolescentes contradiz as “Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes” (MDS/CNAS/CONANDA, 2009), que estabelece parâmetros para as instituições estruturar adequadamente o espaço físico, como quartos, escritórios, sala de estar, entre outros, possibilitando um melhor

atendimento aos/as usuários/as.

A falta de um ambiente apropriado e de meios de transporte que possibilitem a visita e/ou o acompanhamento familiar, limitam o contato do/a assistente social com os/as usuários/as, fragilizando o conhecimento sobre o contexto social vivido pela família e a construção de um relacionamento de confiança entre eles. Também o comprometimento do trabalho através dos relatórios, anotações e entrevistas a mercê de outros indivíduos.

No que tange a necessidade de uma equipe técnica, Vasconcelos (1997) ressalta a importância de uma interdisciplinaridade entre os/as profissionais, processo em que as relações acontecem de forma horizontal, permitindo a troca de conhecimentos e estratégias de ação comum. Por conseguinte, não há um saber específico que sobressai, mas todo o conhecimento é valorizado, numa relação cooperativa que permite qualificar o trabalho de equipe, alcançando metas pré-fixadas.

Concretizar um trabalho cooperativo entre profissionais de diferentes áreas de conhecimento, não é tarefa fácil, mas necessária, pois supera o discurso da situação problema e apreende o sujeito em seus múltiplos aspectos. Infelizmente, a interdisciplinaridade ainda é pouco discutida na área de assistência social envolvendo as outras políticas sociais, o que favorece a manutenção de seu caráter pontual.

Ressalta-se que a prática interdisciplinar está contida no Código de Ética Profissional (Capítulo III, artigo 10), percebida como um trabalho que visa o sujeito enquanto ser por completo e não fragmentado.

Segundo Neto (2009), educar e cuidar de crianças e adolescentes acolhidos/as é uma tarefa complexa que deve ser fundamentada na concepção de uma pedagogia emancipadora, que pressupõe a interação de aspectos biológicos, culturais e emocionais, com suas variáveis sociais, espirituais, econômicos e afetivos.

O cotidiano é simultaneamente abstrato e concreto, e se constitui a partir do vivido. É o *locus* das necessidades e carecimentos, dos desejos, da esperança e desesperança, do ódio, violência, alegria e tristeza, das crianças e adolescentes, dos negros, mulheres e idosos, em síntese, o espaço privilegiado de se viver a diferença. Nele é que se abrem ao indivíduo as condições para ganhar ou perder sua vida. É nele que se nasce, cresce, vive, sofre e morre (NETO, 2009, p.8).

(Grifo do autor)

Por conseguinte, a criança e o adolescente são sujeitos por completo, que exigem atenção em todas as dimensões: a interação entre os aspectos biológicos, culturais, emocionais, afetivos, econômicos e sociais; um acompanhamento diferenciado, que supera o assistencialismo e a resolubilidade dos problemas a eles relacionados.

4.4.4 Articulação institucional: possibilidades e desafios à prática dos/as Assistentes Sociais

Os dados evidenciados ao longo desse estudo, mostram a complexidade do trabalho do/a assistente social nas instituição de acolhimento para crianças e adolescentes, uma intervenção que necessita extrapolar os limites institucionais e procurar parcerias e articulações externas para realizar um atendimento que objetive responder às exigências do indivíduo nas suas diferentes dimensões. Entretanto, a concretização deste processo é uma conquista e acompanha as disputas, posições e projetos divergentes e existentes na sociedade.

Desta forma, apesar do ECA e as novas normativas estabelecerem a consolidação do Sistema de SGD⁴², oa/as assistentes sociais entrevistados salientaram **dificuldades** a partir da fragilidade da rede; da burocracia e lentidão da instituição e da Justiça, conforme as falas seguintes:

O que limita é quando tem família que a gente não sabe nem o que fazer, porque aqui é só criança e a adolescente, aí vem a secretaria e permite uma família entrar aqui, aí vem a preocupação para onde vai, porque não tem nem para onde ir (Assistente Social A).

O que limita é eu diria que essa inclusão com a família e o que contribuem é uma articulação extra estado para auxiliar no trabalho. (Assistente Social B).

Os entraves democráticos (Assistente Social L).

⁴² Para o ECA o SGD é uma articulação integrada das instituições públicas e da sociedade civil com o objetivo de aplicar as normativas referentes à criança e ao adolescente. O SGD constitui-se de três eixos: promoção, controle e defesa e envolve diferentes atores como Poder Judiciário, Ministério Público, Hospitais, Escolas, entre outros.

A demora do sistema judiciário e a fragilidade da rede de atendimento (Assistente Social M).

A fragilidade da rede (Assistente Social N).

Diante de tais dados, verifica-se que, de fato não há uma articulação e integração efetiva entre diferentes políticas e setores, inviabilizando a proposta do SGD e, assim, o atendimento integral e prioritário à criança e ao adolescente.

A realidade fere os dispositivos descritos nos artigos 86 e 87 do ECA, “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 1990, p. 11). A fragilidade da rede e a dificuldade no que tange aos encaminhamentos para a família, mostram o atendimento precário das políticas sociais e falta de intersetorialidade entre as políticas que executam ações pontuais, seletivas e limitadas nas suas abrangências.

Para Junqueira (2004 *apud* MIOTO; NOGUEIRA, s/d) a intersetorialidade objetiva superar a visão fragmentada das políticas públicas, permitindo a integração de serviços e setores institucionais, tendo em vista às necessidades da população, “[...] a articulação entre sujeitos de diferentes setores sociais e, portanto, de saberes, poderes e vontades diversos para enfrentar problemas complexos” (p.7).

O imperativo das ações burocráticas postas em primeiro lugar impede ao profissional direcionar seus esforços sobre atividades que propiciariam o fortalecimento dos laços familiares e a convivência familiar entre crianças e adolescentes e seus familiares ou em famílias substitutas, dificultando o processo de reintegração familiar. Destacam-se também os discursos que mostram a dificuldade entre o/a profissional e as famílias, evidenciando, mais uma vez, a complicação do trabalho:

Os pais que, às vezes, querem se livrar dos filhos, querem que eles fiquem aqui; os meninos que não querem mudar, se envolvem com drogas e aí acabou! (Assistente Social M).

São as barreiras colocadas pelas próprias famílias, que diz na maior cara de pau que não quer, e eu acho que nem um bicho teria coragem de abandonar um filho dessa forma (Assistente Social C).

É o próprio trabalho com as particularidades das crianças (Assistente Social M).

O trabalho com o ser humano é a longo prazo, não há receita pronta. Às vezes existem reintegrações precipitadas (Assistente Social N).

Diante do exposto, tais resultados refletem o drama da sobrevivência das famílias brasileiras e a complexidade da intervenção profissional. No entanto, as falas dos/as assistentes sociais M e C mostram, mais uma vez, a culpabilização da família, pois não há um questionamento ou indagações sobre as razões ou motivos que levam uma família a negligenciar ou desfazer-se da prole, e o amor filial é compreendido como algo natural e não socialmente construído. O estudo da francesa Badinter (1985) mostra que o amor materno é o resultado de possibilidades sociais, econômicas, históricas e que “o sentimento de amor materno depende de ocasiões propícias ao apego” (p.14).

No que diz respeito aos **aspectos que favorecem o trabalho na instituição**, os/as profissionais salientaram a contribuição devido às parcerias realizadas com as instituições; os cursos profissionalizantes para os/as usuários/as; a disponibilidade da Prefeitura e do Estado e o cargo ocupado, conforme as falas a seguir.

O que contribui é uma articulação extra do Estado para auxiliar no trabalho (Assistente Social B).

O que contribui são alguns cursos para as crianças, aí eles já matriculam, e também, se falta alguma comida, gás... é resolvido muito rápido, pelo fato de ser municipal (Assistente Social C).

As parcerias, mesmo com dificuldades e a equipe, mesmo sem pedagogo (Assistente Social D).

O apoio incondicionado da Prefeitura, principalmente da Secretaria (Assistente Social L).

Pra mim maravilhoso, por que não tem ninguém que pegue no meu pé, porque eu sou a coordenadora e a assistente social (Assistente Social F).

Os resultados contradizem o que foi levantado anteriormente e apontam um direcionamento mais político. Desta forma, observa-se que o lugar e a posição social do falante prevalecem, limitando e norteadando o que deve ser dito. Lembre-se que o/a assistente social ocupa uma posição hierárquica na instituição e na divisão social do

trabalho, dependendo disto para sua sobrevivência.

[...] são muitos os elementos que exercem uma influência sobre o modo como o texto que produzimos é organizado. Ele designa esse conjunto de elementos (ou de parâmetros) de “contexto de produção” e inclui nele tanto o *contexto físico* como o *contexto sociosubjetivo* (SILVA; MELO, 2006, p. 56). (Grifos dos autores)

Nesses termos, o cargo ou função desempenhada pelo/a assistente social orienta a sua fala e, também, sua prática, o que determina sua integração à ordem estabelecida na instituição e, reafirmando as palavras de Iamamoto (2012), um estranhamento do/a profissional diante do contexto social e da própria situação de trabalhador assalariado. Utilizando uma expressão de Antunes (2011), há uma *desidentidade* do/a profissional com a classe trabalhadora, com a *classe-que-vive-do-trabalho*.

Os dados levantados podem ser respaldados pelas palavras de Iamamoto (2012), Mota (2012) e Guerra (2011) ao asseverar que o/a profissional é um trabalhador assalariado que luta pela própria sobrevivência e organiza sua rotina de trabalho a partir de uma conjuntura de insegurança e instabilidade.

No tocante à existência de **relações ou parcerias com outras instituições**, a totalidade das respostas confirmou que a instituição procura a rede de serviços para realizar os encaminhamentos, entretanto 41,6% asseveraram que a relação não é oficial, mas depende da demanda existente. As instituições mais procuradas são: Sistema Judiciário; Secretaria Municipal de Assistência Social, Saúde e Educação; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); entidades filantrópicas ou outras organizações existentes na rede de proteção, bem como o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) para realizar tratamento psicológico.

A procura da rede de serviço indica a preocupação e necessidade da instituição em articular o trabalho com crianças e adolescentes envolvendo outras instituições, principalmente os serviços e programas existentes no município. Entretanto, o acesso aos serviços, projeto e programas, não pode efetivar-se a partir do discurso filantrópico, caritativo e de favor, conforme a fala do/a assistente social:

Sim, a gente procura a parceria com outras entidades, mas não oficialmente, é mais pela simpatia (Assistente Social F).

Por conseguinte, às relações de clientelismo ou “troca de favores” que marcaram a formação histórica e política do país permanecem até os dias de hoje. O discurso confirma, mais uma vez, que as políticas sociais e, principalmente, a política de Assistência Social são apreendidas como favor e ajuda para os setores mais pobres da população e não como direito que deve ser garantido e universalizado.

Assim sendo, a “prioridade absoluta”, preconizada no artigo nº 4 do ECA e que estabelece o atendimento prioritário das crianças e adolescente nos diferentes serviços e programas está longe de ser concretizada!

No que tange à **responsabilidade para efetuar a articulação entre serviços** e programas, os/as profissionais afirmaram que não há alguém específico para esta atividade, conforme as respostas a seguir:

Se fosse responsabilidade seria da coordenadora e depois do coordenador adjunto (Assistente Social C).

Geralmente o assistente social (Assistente Social D).

Quem faz esse trabalho é o técnico, mas dependendo da situação, também o coordenador da casa ou do serviço de acolhimento (Assistente Social H).

Não tem um responsável fixo. É a gente (Assistente Social N).

Os discursos evidenciam que não há um responsável, mas que a procura de um determinado serviço depende da demanda posta naquele momento ou naquela situação. Por conseguinte, o/a assistente social sendo responsável pelas ações e atividades referentes à criança e ao adolescente e suas famílias, fica encarregado desta relação com a rede de atendimento.

Entende-se que o conhecimento e a informação sobre a existência ou não de determinados serviços, programas ou instituições é de suma importância para o/a assistente social, que precisa planejar ações e tecer relações para o andamento do trabalho e, no caso em que existe carência de determinado serviço, procurar de forma coletiva suprir demandas necessárias, influenciando decisões administrativas e de gestão. Contudo, esse trabalho deve ser planejado e partilhado pela gestão, conforme sinaliza a fala do assistente social C, citada anteriormente, numa perspectiva de qualificar e organizar o trabalho institucional.

4.4.5 Condições de trabalho do/a Assistente Social nas Instituições de Acolhimento

Para além das condições estruturais do trabalho analisadas anteriormente, este item se detém à interpretação dos dados alusivos às condições da natureza e dos vínculos de trabalho dos/as assistentes sociais. Circunscreve-se às variáveis referentes às horas de trabalho; vínculo empregatício; faixa salarial; existência de outros empregos e riscos à saúde do trabalhador.

Desta forma, no que tange às **horas de trabalho**, as respostas dos/as profissionais confirmaram 30 horas semanais, entretanto, quando necessário, existe a possibilidade de superar a carga horária, acarretando uma sobrecarga de trabalho, de acordo com a leitura dos enunciados apresentados:

Acho que tem sobrecarga de trabalho, fico preocupada e quando chego em casa fico lembrando o tempo todo de algumas situações (Assistente Social A).

Fico a semana inteira, às vezes até o sábado e o domingo (Assistente Social L).

Há muitas necessidades. Depende da gravidade e da emergência da criança e do adolescente (Assistente Social M).

A diminuição da carga horária semanal (Lei nº12. 317/2010) sem redução de salário foi, sem dúvida, uma conquista da categoria. O entendimento deste ato é resultado de uma luta do CFESS/CRES e “deve ser compreendida no conjunto das lutas da classe trabalhadora, porque contribui para a garantia de melhores condições de trabalho e se insere na luta pelo direito ao trabalho com qualidade para todos/as” (CFESS, 2011).

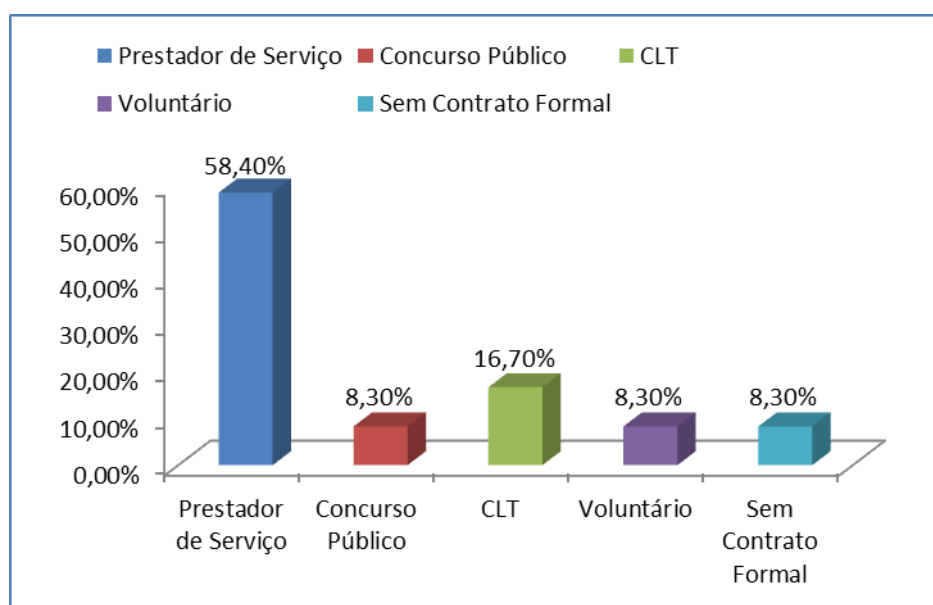
Todavia, percebe-se que a redução da carga horária não acompanha uma diminuição das atividades desenvolvidas pelo/a profissional, o que gera acúmulo de trabalho a ser executado. Ainda, o limite da carga horária, associado à baixa remuneração e o vínculo empregatício instável, pode estimular a procura de outros empregos, aumentando funções e atividade e, por isso, prejudicando uma intervenção refletida e de qualidade.

Para Antunes (2011), a vitória da redução da jornada de trabalho deve ser

acompanhada de outros fatores como o abatimento do tempo de trabalho, o aumento do salário, a estrutura física adequada para o desempenho das atividades, o vínculo empregatício estável, assim por diante. No entanto, essas mudanças não aconteceram, tendo em vista que, o Gráfico 6 confirma que dentre os/as doze profissionais entrevistados/as, o maior percentual (58,40%) revelou que não possui **vínculo empregatício** estável. Ainda, dois assistentes sociais sinalizaram possuir carteira assinada; um/a afirmou desempenhar o exercício profissional sem contrato formalizado e um/a desenvolve o trabalho voluntariamente. Ressalta-se que somente um/a profissional realizou concurso público.

Gráfico 6 – Vínculo empregatício dos/as profissionais entrevistados/as.

João Pessoa/PB, 2012.



Fonte: Primária

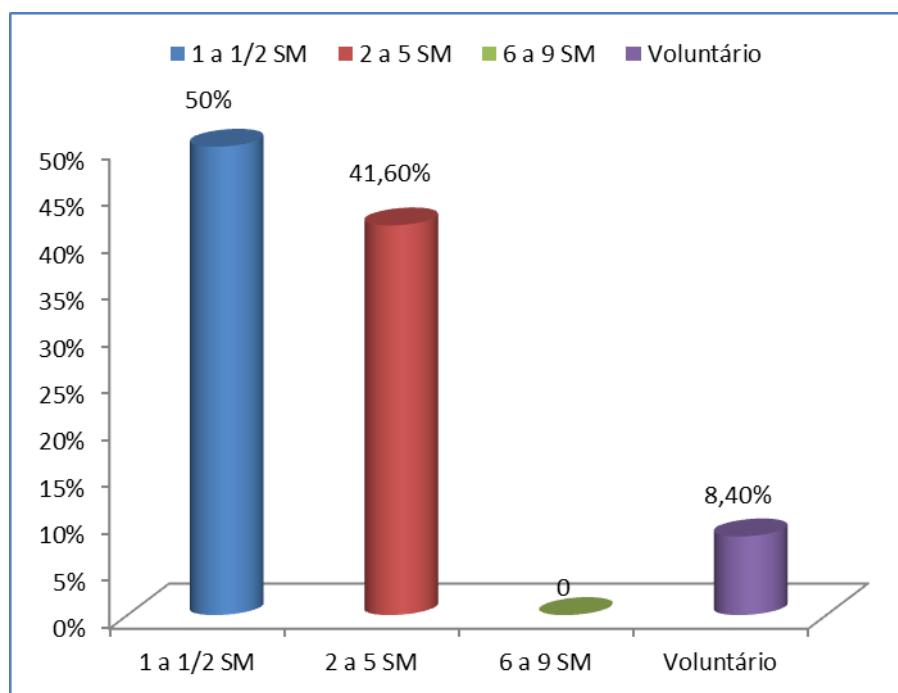
Esta realidade comprova a precariedade do trabalho do assistente social nas instituições de acolhimento: temporário, provisório e sem nenhum direito garantido. Com certeza, estas condições afetam consideravelmente o desenvolvimento do trabalho, uma vez que a falta de estabilidade faz com que o/a profissional não seja totalmente autônomo/a e independente para realizar suas funções, mas submetido às normas da instituição e do mercado, tendo em vista a disputa por trabalho para a própria sobrevivência.

A mercantilização do/a profissional e a falta de uma representatividade

sindical, o que não deixa de sinalizar incapacidade dos sindicatos em aglutinar os trabalhadores precarizados, o que compromete o envolvimento político-organizativo da categoria e uma defesa eficaz da classe trabalhadora e de seus direitos. Uma disputa coletiva e de classe transforma-se em lutas individuais e particulares.

Os dados do Gráfico 7 mostram a **retribuição adquirida** pelos/as assistentes sociais, comprovando que o percentual mais expressivo (50%) indica o ganho de um salário e meio. Ainda, ressalta-se que 41,60% ganha entre dois a cinco salários mínimos e um/a profissional adverte não possuir retribuição, tendo em vista sua condição de voluntário/a.

Gráfico 7 – Renda salarial dos/as profissionais entrevistados/a.
João Pessoa/PB, 2012.



Fonte: Primária

Com base nesses dados, adverte-se a pouca valorização dada ao trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais, uma realidade histórica que entende a prática profissional como atos caritativos e de benevolência, exigindo apenas “boas moças dedicadas e vocacionadas”. Pelo contrário, o processo interventivo é um trabalho extremamente complexo, que demanda uma intervenção refletida e crítica,

tendo em vista o rebatimento da questão social no cotidiano dos indivíduos.

Os resultados revelam as péssimas condições de trabalho do/a assistente social nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes: “[...] desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial acentuado, perda crescente de direitos, esse é o desenho mais frequente da nossa classe trabalhadora” (ANTUNES, 2011 p.106).

Essa realidade é confirmada pelos/as assistentes sociais ao alegarem como elementos limitadores do trabalho o péssimo salário e a precarização do emprego, conforme as fala a seguir:

O que limita é por trabalhar com contrato, aí já não posso cobrar tanto (Assistente Social C).

Questão financeira (o salário é baixo) e sem segurança nenhuma (Assistente Social I).

A questão financeira mesmo, a legalização dos trabalhadores (Assistente Social D).

Há sobrecarga de trabalho, não tem carro, má remuneração, não tem estrutura e não há respeito com o profissional (Assistente Social H).

As respostas evidenciam claramente a relação existente entre as condições do trabalhador e o resultado de suas atividades comprometido, devido à falta de direitos trabalhista e com baixa remuneração. O Serviço Social encontra-se em uma situação de total desamparo, enfrentando um trabalho complexo, se deparando com situações de violência, miséria e embrutecimento dos indivíduos devido à falta de uma vida digna. Um trabalho sem nenhuma proteção ou outros recursos e amparo em caso de acidentes ou ameaças. A busca e a competitividade pelo emprego fazem com que o trabalhador aceite certas condições de trabalho como horas extras e salários baixos.

Também a precariedade do trabalho do/a profissional pode incentivar a buscar alternativas para melhores condições de vida. Todavia, no que tange à **existência de outros empregos**, os dados evidenciaram que somente 33,3% dos/as profissionais desenvolvem outros trabalhos, o que pode sinalizar a dificuldade dele/as no mercado de trabalho.

A lógica destrutiva do capital que se reestrutura permanentemente para

elevar seu padrão de acumulação, afeta consideravelmente os trabalhadores, não somente os que trabalham diretamente no sistema produtivo, mas também aqueles que atuam no setor de serviços, como o/a assistente social, que vem perdendo seus direitos conquistados ao longo dos anos.

Os dados levantados confirmam as palavras de Yamamoto (2012), Mota (2012) e Guerra (2011) ao asseverar que o/a profissional é um trabalhador assalariado que luta pela própria sobrevivência e organiza sua rotina de trabalho a partir de uma conjuntura de insegurança e instabilidade.

O último indicador refere-se à ocorrência de **momentos de desgaste físico ou mental** do/a profissional e as respostas revelaram a vivência do sintoma de estresse devido ao trabalho. Para o psiquiatra Myers (2006),

O estresse é um processo pelo qual avaliamos e lidamos com as ameaças e desafios ambientais. Os eventos de nossas vidas fluem através de um filtro psicológico e quando o estresse for prolongado pode aumentar nosso risco para a morte e para um dos quatro principais problemas de saúde atualmente: doença cardíaca, câncer, acidentes vasculares encefálicos e doença crônica pulmonar (MYERS, 2006, p.386).

Nesses termos, o estresse é um índice que remete à saúde do trabalhador, causando riscos que podem prejudicar a própria saúde. O/A assistente social é um trabalhador que lida diariamente com as expressões da questão social, como sujeito ativo e passivo.

Há que se considerar também, neste contexto, o resgate das relações sociais desumanizadas, arquitetada cotidianamente pela aspereza do individualismo e da competitividade capitalista, e que se expressão no sofrimento humano como adoecimento, doença, incertezas e dores, e na falta de perspectivas associadas à precariedade na qualidade do atendimento oferecido e desinteresse com a vida humana (SARRETA, 2008, p. 3).

Os pequenos problemas acumulados no dia a dia, o contato diário com sofrimentos, misérias e angústias, associados à falta de condições adequadas para o desenvolvimento das atividades e à competitividade no mercado de trabalho, afetam consideravelmente o/a assistente social que, se não perceber o sinal de esgotamento físico e psicológico, irá sucumbir à doença e prejudicar de forma

irreparável a própria saúde.

4.4.6 Organização política dos/as Assistentes Sociais que atuam nas Instituições de Acolhimento

Conforme foi sinalizado ao longo do estudo, o/a profissional que trabalha no campo da política social ocupa um espaço contraditório, onde perpassam disputas coletivas entre projetos divergentes. Nesses termos, torna-se fundamental para o/a assistente social que trabalha nas instituições de acolhimento envolver-se nos diferentes ambientes políticos, fóruns, redes e movimentos, acompanhando as mudanças no que tange aos direitos da criança e do adolescente, principalmente nesta conjuntura histórica em que “torna-se evidente as inspirações neoliberais da política social brasileira frente às necessidades sociais da população, revelando sua direção seletiva e fragmentadora, centrada em situações limite em termos de sobrevivência [...]” (YAZBEK, 2009, p. 111). A participação nestes espaços permite articular aliança junto à categoria e outras profissões e, principalmente, junto às famílias e aos usuários dos serviços, construindo coletivamente “propostas de resistências”, através do confronto e da socialização de informações.

A partir disso, foi questionado no que tange à **participação dos/as profissionais nos Conselhos de Direitos** ou Conselhos de Políticas Públicas ou outros espaços de discussão. Os dados confirmam que 41,7% dos/as assistentes sociais afirmaram ter participado nos Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente, Assistência Social e Saúde e a totalidade dos/as profissionais afirmaram participar na rede de articulação ligada à Vara da Infância e a REMAR.

Destaca-se que os Conselhos de Direitos ou de Políticas Públicas, são órgãos colegiados, permanentes, paritários e deliberativos, com a responsabilidade de elaborar, fiscalizar e avaliar políticas públicas, conforme o Art. 88 do ECA:

- I. Criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurados a participação popular paritária por meio de organizações representativa, segundo leis federal, estaduais e municipais;
- II. Criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político administrativa;
- IV. Manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

- V. Integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de aceleração do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;
- VI. Mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012, p.41).

Os Conselhos atuam em nível municipal, estadual e federal e se configuram como instrumentos de participação da sociedade civil organizada, exercendo o controle sobre a efetividade das políticas públicas e o direcionamento de recursos financeiros.

Entretanto, a participação nesses espaços de poder, em que perpassam diferentes ideologias e, por isso, se configuram como *locus* que refletem a diversidade de interesses da sociedade, exige indivíduos éticos e críticos, que permita a construção coletiva de estratégias para a efetivação de demandas prioritárias segundo as exigências da população e, por conseguinte, estimulando uma participação maior e o protagonismo por parte dos segmentos mais desfavorecidos.

Este ainda é um processo em construção no Brasil, tendo em vista uma sociedade historicamente penetrada pela “mandismo”, marcada por ditaduras e pela exclusão da população pobre sobre qualquer decisão que lhe diz respeito. Por conseguinte, a participação do/a assistente social nos referidos Conselhos, principalmente no Conselho de Direito da Criança e do Adolescente, é de suma importância na perspectiva de viabilizar o controle social e contribuir para que o processo aconteça de forma democrática e participativa a partir do envolvimento das crianças, adolescentes e suas famílias.

No que tange à **participação e/ou relação dos/as assistentes sociais com o CRESS**, a totalidade das respostas assinalaram que se limita ao pagamento da mensalidade. Lembra-se da importância do CRESS como órgão fiscalizador da profissão e representando os interesses gerais e individuais dos/as assistentes sociais (artigo 7, § 2º). Ainda, são deveres do/a profissional:

Artigo 13º - São deveres do Assistente Social:

- a. denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou

privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais;

b. denunciar, no exercício da profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do cidadão [...] (BRASÍLIA/CFESS, 1993).

Portanto, a participação dos/as assistentes sociais nos debates, discussões e atividade do Conselho torna-se imprescindível, ocasionando reflexões acerca da intervenção nos diferentes espaços ocupacional, levantando questionamentos sobre as limitações e imposições da instituição empregadora, possibilitando articulação maior com a categoria e a construção de propostas e intervenções junto ao órgão, numa perspectiva de materialização do projeto ético e político da profissão.

No entanto, evidencia-se a dificuldade do CRESS em tornar-se um instrumento coletivo e participativo, viabilizando o acesso dos/as profissionais no espaço de discussão e deliberação. Esta realidade aprofunda o distanciamento existente entre os/as profissionais que atuam na implementação de políticas sociais públicas e os debates e discussões existentes no seio da categoria e que visam fortalecer o projeto ético político numa perspectiva crítica. É inegável a importância de ampliar a discussão sobre a intervenção profissional, como se fortalece e se concretiza através da relação entre as dimensões éticas, políticas e teórico metodológicas.

No que tange à **participação dos/as assistentes sociais em eventos científicos** ou seminários e encontros da categoria, as respostas sinalizaram maior expressividade na frequência nos Seminários relacionados à criança e ao adolescente. Portanto, o/a profissional se aproveita exclusivamente destes espaços de confrontos para aprofundar aspectos relacionados ao trabalho na instituição, existindo pouca participação em congressos específicos da categoria profissional e, ainda, menor participação em eventos científicos. A realidade apresentada confirma o que foi salientado anteriormente, e evidencia a distância entre a Universidade, as instâncias organizativas da profissão e o cotidiano profissional, fortalecendo o pensamento de que teoria e prática são categorias que se opõem.

Pelo contrário, a participação nos eventos científicos e congressos da

categoria possibilitariam um confronto e um diálogo entre profissionais que atuam no cotidiano, no atendimento direto aos usuários e o conjunto de trabalhadores que lidam com a produção de conhecimento nas Universidades, viabilizando um processo organizativo mais abrangente e estratégias coletivas em vista de um melhor atendimento à população e a materialização do projeto ético político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência e o abandono marcaram historicamente a trajetória da família brasileira mais pobre, cujas crianças e adolescentes eram disciplinados, controlados e, desde cedo, forçados ao trabalho. A família burguesa foi considerada modelo de referência e, quem não correspondia a este parâmetro, tornava-se objeto de discriminação, classificação e segregação social.

No Brasil, com a emergência da questão social nas primeiras décadas do século XX, o Serviço Social é requisitado para intervir em suas expressões, respaldado por uma concepção de mundo, consoante à ideologia da época, configura a sua intervenção sobre as famílias mais pobres de forma punitiva, retirando-lhes os filhos do convívio familiar, colocando-os em instituições, tendo como finalidade reenquadrar o indivíduo dentro do padrão da normalidade social. Portanto, as ações objetivavam adequar, ajustar e adaptar os indivíduos à sociedade, conforme práticas determinadas e legitimadas pela sociedade.

No plano legal, a profissão, mesmo através de tensões e dificuldades, conseguiu quebrar a lógica conservadora que sempre permeou sua atuação, adquirindo habilidades e competências que a qualificam para efetivar uma leitura da realidade de forma crítica e aprofundada, pautando sua intervenção a partir das reais necessidades dos indivíduos.

Assim sendo, o Serviço Social se constitui como uma profissão prático-operativa que para intervir na realidade não se baseia no senso comum, mas utiliza-se de todo um conjunto teórico-metodológico que orienta sua prática. As teorias sociais são recursos essenciais que o/a profissional aciona para exercer o seu trabalho, contribuindo para iluminar a leitura e imprimir rumos à ação, numa perspectiva de diálogo com a realidade.

O percurso dialético da consciência permite direcionar o intelecto para além do imediato aparente, caminho inicial na busca da essência da realidade, a partir da relação estabelecida entre o fenômeno individual e a totalidade do real. A consciência permite uma aproximação da realidade, pois ela é dinâmica e está em constante mudança, podendo clarear a condução do trabalho a ser realizado.

Entretanto, ainda a intervenção profissional é permeada por uma lógica

conservadora, além de existirem outros elementos que interferem no desenvolvimento do trabalho, podendo limitar e dificultar os resultados dos objetivos predispostos e planejados, tendo em vista que o/a assistente social se insere na relação antagônica entre capital e trabalho, respondendo ao mesmo tempo às demandas da instituição e da população, dos trabalhadores e do capital.

A apreensão do cotidiano e o seu desvendamento é um desafio perante uma estrutura econômica em constante transformação, que legitima práticas e concepções de mundo para a sua conservação. Portanto, apesar das inovações engendradas pelo ECA, pelo PNCFC e pelo SUAS, que regularizam os dispositivos constitucionais relativos à infância e à adolescência e estabelecem uma nova concepção, organização e gestão das políticas, de fato, no Brasil, a proteção social é desfrutada por uma determinada classe.

Para as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos e sua famílias, usuários/as do serviço de Alta Complexidade, o que está sendo proposto é a inserção nos mecanismos institucionais da política de Assistência e a possibilidade de administrar a própria situação através de ações assistencialistas.

Realidade em franca harmonia com o processo de reestruturação econômica que exige limitações nos gastos sociais e maior intervenção e participação da sociedade civil para alcançar sua autonomia e independência, embora a pesquisa sinalizasse uma não participação, pois limita-se à presença da família nas Audiências Concentradas, descaracterizando os indivíduos como sujeitos pensantes.

O discurso da convivência familiar legitima a intervenção do Estado por meio da política de Assistência, que garante mínimos sociais, ações paliativas e focais que não permitem mudanças substanciais no cotidiano das famílias. Estas são inseridas num padrão único de atendimento, permanecendo a ideologia do “pobre-negligente”, que deve conformar-se à situação imposta, superá-la por meio da ajuda do Estado e se não conseguir é culpado pelo próprio fracasso.

É evidente o descaso do poder público com relação à família, perpetuando a vigência de um modelo econômico que privilegia a concentração de riquezas nas mãos de poucos e consolidando instituições de atendimento à criança e ao adolescente que consolidam e fortalecem a divisão da sociedade em classes. Novas estratégias devem ser criadas para resgatar o papel da criança e do adolescente e

suas famílias como sujeitos de direitos, ações efetivas que possam verdadeiramente fortalecer a família e os sujeitos envolvidos, em todas as dimensões do cotidiano e não intervenções paliativas a partir das fragilidades.

Essa realidade é confirmada pelo discurso dos/as profissionais entrevistados/as, mostrando o ritmo intenso do trabalho e uma intervenção direcionada à resolução de situações emergenciais. O cotidiano das famílias é reduzido a problemas particulares que banalizam a pobreza e todo o contexto de violência que marca a vida das crianças e dos adolescentes e que necessita de uma atuação mais complexa e articulada.

Um agir espontâneo, sem planejamento, uma atuação fragmentada e desconectada da realidade, não seguindo um caminho traçado intencionalmente - o que fazer, como, onde, porque, para que e para quem - mas apenas respondendo às demandas já determinadas institucionalmente. Uma atuação associada à existência de princípios e valores que permanecem ligados a modelos de comportamentos e de funções ou papéis parentais estabelecidos pelo discurso dominante.

Apesar das mudanças no que tange à concepção de estrutura familiar, a funcionalidade da família e seus papéis familiares permanecem inalterados, idealizados e acima de uma sociedade construída historicamente, desencadeando possíveis julgamentos por parte do/as profissionais ao não exercício destas responsabilidades.

Necessita-se de ações mais fortes que superam o limite institucional e busquem, de fato, o estabelecimento da convivência familiar, através do envolvimento e a participação das famílias e das crianças e adolescentes numa perspectiva de trabalho coletivo em vista o fortalecimento de ações que respondam efetivamente às demandas reais dos/as usuários/as.

Entretanto, a condição do/a profissional enquanto trabalhador assalariado impede e dificulta sua intervenção numa perspectiva da emancipação humana. Reflexo da conjuntura econômica atual e da reestruturação do sistema produtivo que afeta diretamente o mundo do trabalho.

A pesquisa confirma a precariedade do emprego, os baixos salários, a sobrecarga de trabalho, as exigências de um mercado que requer um trabalhador polivalente e eficiente, que possa responder aos requisitos das políticas minimalistas. O discurso dos/as profissionais evidencia o desrespeito com relação à

profissão e a desvalorização de sua função, o que pode acarretar o descontentamento do/a profissional e a procura de outros empregos.

O estudo evidencia, portanto, a não responsabilização do Estado e do setor público na atenção às famílias, reduzindo sua intervenção por meio de ações assistenciais, oferecendo serviços públicos de baixa qualidade, mostrando a face de uma política emergencial e focalizada, com a retórica da proteção social e garantia de direitos as crianças, adolescentes e famílias.

As ações realizadas pelo/a profissional às famílias, à criança e ao adolescente não são suficientes, mas respondem às exigências da instituição e do Estado em manter a condição de subalternidade das famílias, submetidas à exigência do processo produtivo do capital. Situação esta que enfraquece uma luta coletiva por melhores condições de vidas, além de obscurecer a possibilidade de superação da sociedade capitalista.

Tudo isso sob o controle do Sistema Judiciário que se impõe na vida das famílias e determina a operacionalização do atendimento à criança e ao adolescente em acolhimento institucional, limitando a autonomia do/a profissional e mantendo sua posição controladora sobre o contexto social. Um sistema que não obstante os avanços legais e práticas isoladas, continua reacionário, funcionando aos moldes do Código do Menor, centralizador, punitivo e repressivo.

Confirmando isso, visualiza-se o pouco diálogo entre as instituições de acolhimento e os diferentes órgãos, como a Vara da Infância e Juventude, assim como entre os/as assistentes sociais que atuam na implementação das políticas e outros profissionais inseridos em diferentes espaços ocupacionais, permanecendo a distância entre quem executa e quem legisla, entre trabalho manual e trabalho intelectual. Um distanciamento da realidade, do vivido e das reais necessidades da população, que continua sendo manipulada em função da ordem estabelecida.

Contexto desafiador para o/a profissional, tensionado nas relações contraditórias entre capital e trabalho, avançando ou recuando o processo interventivo e a materialização do projeto ético político da categoria.

Realmente, é necessário direcionar e fortalecer o trabalho em conjunto com os/as usuários/as e suas famílias, a partir do que é vivenciado e do que é possível ser realizado, superando a lógica institucional e legislativa, numa perspectiva de mudança social. Portanto, se reconhece a importância do/a profissional em participar e ocupar espaços políticos de discussão e deliberação, fortalecendo a prática

cotidiana e construindo articulações com a categoria profissional e com outros segmentos societários.

Um trabalho dinâmico, de ações muito mais profundas, envolvendo diferentes atores da sociedade numa perspectiva de concretizar e fortalecer as crianças, os adolescentes e suas famílias, para que possam, sim, tornarem-se sujeitos participativos e atuantes na construção de um novo projeto societário.

Finaliza-se o estudo, afirmando sua contribuição acadêmica para um melhor conhecimento e aprofundamento da atuação dos/as assistentes sociais que trabalham nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes no município de João Pessoa, principalmente no que diz respeito a sua intervenção no fortalecimento da convivência familiar à luz das novas resoluções estabelecidas nesses últimos anos. O trabalho acadêmico possibilitou conhecer os limites e desafios impostos à prática profissional, sinalizando a necessidade de pesquisas futuras que permitem reafirmar uma intervenção junto aos usuários e, por conseguinte, a materialidade do projeto ético político da profissão, seus valores e princípios, seus direitos e deveres e a possibilidade do Serviço Social contribuir para que a convivência familiar seja assegurada para as crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Ana Lúcia Gomes. **A Construção do Direito da Infância e Juventude e a Atuação Jurisdicional junto às Famílias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

ALCOFORADO, Mirtes Guedes. Elaboração de projetos de pesquisa. In: **Introdução ao método na teoria social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo; NEVES, Márcia Emília; XAVIER, Sandra Magda Araújo de Almeida. **Realidade dos abrigos e adolescentes de João Pessoa/PB: desafios e perspectivas**. 2 ed. Recife, Ed. Universitária da UFPB, 2008.

Assistentes Sociais no Brasil: elementos de um estudo para o perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Bointempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ÀRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

AYRES, Lydia Santa Maria. Naturalizando-se a perda do vínculo familiar. In: NASCIMENTO, Maria Livia do. (Org.). **PIVETES: a produção de infâncias desiguais**. Niterói/RJ: Intertexto / Oficina do Autor, 2002.

AYRES, Lydia Santa Maria; CARVALHO, Mauro da Silva; SILVA, Maylulo Matos. Olhares sobre a instituição adoção: família e pobreza em questão. In: NASCIMENTO, Maria Livia do. (Org.). **PIVETES: a produção de infâncias desiguais**. Niterói/RJ: Intertexto / Oficina do Autor, 2002.

ALBERTO, Carlos. Órfãos do Brasil. In: **Jornal Correio Brasiliense**. Salvador/BA. Salvador, 09/01/2002.

BAPTISTA, Myriam Veras; BATTINI, Odária. **A prática profissional do Assistente**

Social: teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação.** São Paulo: Veras Editoras, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Introdução ao método na teoria social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BONETTI, Dilséa Adeodata; Silva Marlise Vinagre; SALES, Mione Apolinário; GONELLI, Valéria. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis.** São Paulo: Cortez, 2001.

BERGER, Peter; Brigitte. **La quotidianità della vita secondo la fenomenologia.** Milano: Rizzoli, 1997.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

_____. Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/ CONANDA, 2006.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** 29ª edição. São Paula: Editora Saraiva, 2002.

BULCÃO, Irene; NASCIMENTO, Maria Lívia. O Estado Protetor e a “Proteção por Proximidade”. In: **PIVETES: a produção de infâncias desiguais.** Niterói/RJ: Intertexto / Oficina do Autor, 2002. p. 52-60.

CELESTINO, Sabrina. **O Serviço Social e a Atuação Junto à Infância, Juventude e Família Pobre no Juizado de Menores do Rio de Janeiro: Reflexões Acerca da Atuação Profissional.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

COELHO, Marilene. **IMEDIATICIDADE: Na Prática Profissional do Assistente Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Celia Tomaso. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. In: **Revista Ser Social.** n. 12

Brasília, 2003.

CAPALBO, Creuza. **Fenomenologia: tendências históricas e atuais**. In: Cadernos ABESS nº 5, São Paulo: Cortez, 1992.

CARVALHO, Maria do Carmo. **Teorias da ação em debate**. São Paulo: Cortez, 2003.

CHESNAY, François. **Capitalismo mundializado: o momento atual da crise financeira**. In: Revista em Pauta, nº 21, 2008.

COSTA, Lúcia Cortes. **A estrutura da vida cotidiana: uma abordagem através do pensamento lukacsiano**. Emancipação, 2001.

DANTAS, José Lucena. **Perspectiva do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social**. In: Cadernos ABESS nº 5, São Paulo: Cortez, 1992.

DINIZ, A.; CUNHA, J. R. **Visualizando a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente**. Rio de Janeiro: Litteriso Ed. Kroart, 1996.

FALEIRO, Vicente, de Paula. **Formação de educadores(as): subsídio para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescência**. Brasília: MEC/SECAD; Florianópolis: UFSC/SEaD, 2006.

FAVERO, Eunice Teresinha. **Questão Social e perda do poder familiar**. São Paulo: Veras Editoras, 2007.

_____ ; VITALE, Maria Amélia Faller; Baptista, Myriam Veras. **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: Quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. São Paulo: Paulos, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula . **Infância e processo político no Brasil**. In: RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. (Org.). **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1995, v. 1, p. 47-98.

FERNANDES, Idília. **A dialética das possibilidades: a face interventiva do Serviço Social**. In: Revista Virtual Textos & Contexto, nº 4, 2005.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1990.

FRANCO, Abigail Aparecida de Paiva. Instituição do programa família de apoio na direção de política pública de acolhimento. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXVI, n. 83. São Paulo: Cortez, setembro 2005.

_____. Família de Apoio: uma experiência inovadora. In: **Serviço Social e Sociedade**. Ano XXII, n. 67. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, Nívia Valença. **Família e Serviço Social: algumas reflexões para o debate**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, 2002.

GULASSA, Maria Lucia Ribeiro. A fala dos abrigos. In: **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: **A prática profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras Editora, 2009.

_____. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editos UFJF, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

HELDER, Boska de Morães Sarmiento. **Instrumental e o Serviço Social**. In: **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editos UFJF, 2012.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil**. In: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Número 21, 2008.

_____; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paula: Cortez, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA: **Levantamento Nacional de Abrigos para Criança e Adolescentes da Rede Sac**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Introdução ao método na teoria social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3 ed Rev e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

JEDLOWSKI, Paolo. **I fogli nella valigia. Sociologia e cultura**. Il mulino: 2003.

LUKACS, George. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Editora Ciência Humana, 1979.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARTINS, José de Souza. **O senso comum e a vida cotidiana**. In: Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 10 (1): 1-8, maio de 1998.

MARTINO, Mónica. Para que serve pensar a existencia de uma “Chefia Feminina” na família atual? In: **Infancia, Familia y Género: múltiples problemáticas, múltiples abordajes**. Montevideu: Cruz del Sur, 2010.

MAURIEL, Ana Paula. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In: **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. Editora Afiliada, 2003.

MELO, Joana Drárc Nicolau. **A Assistência Social e o Direito à Convivência Familiar e Comunitária: “igualdade” e “universalização” dos direitos sociais no contexto neoliberal brasileiro**. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. (Dissertação de Mestrado).

MICHELONE, Chiara. Taylorismo e fordismo. Disponível em: [. Acesso em: 15 de setembro de 2012.](#)

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social – teoria, método e criatividade**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. PNAS/2004. Norma Operacional Básica. NOB/SUAS. Brasília: 2005.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília: MDS/CNASS, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tomaso. **Família e Assistência Social: Subsídio para o Debate do Trabalho dos Assistentes Sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MIRANDA, Renan Garcia. **A escrita da História: ensino médio**. São Paulo: Escalas Educacionais, 2005.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO NEOLIBERALISMO: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional**. Disponível em: [. Acesso em: 24 de outubro de 2012.](#)

_____. **A natureza do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo. **COTIDIANO: Conhecimento e crítica**. São Paulo, Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. Razão, ontologia e práxis. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 44, 1994.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Introdução ao método na teoria social**. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NOB-RHSUAS: ANOTADA E COMENTADA. BRASÍLIA/MDS (s/d).

ORTIZ, Fátima Grave. **Desafios contemporâneos para o Serviço Social: algumas considerações**. In: LIBERTAS. Revista da Faculdade de Serviço Social/UFJF, nº 1 e 2, 2006/2007.

PAIVA, Beatriz Augusto; NETTO, José Paulo; BARROCO Maria Lúcia Silva; SILVA Marlise Vinagre; SALES, Mione Apolinário. O Código de Ética de 1993: signo da renovação do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2001.

PAULA, João Antônio. **A produção do Conhecimento em Marx**. In: Cadernos ABESS nº 5, São Paulo: Cortez, 1992.

PARSON, Talcot. La família em La sociedad urbana-industrial de lós Estados Unidos. In: **Sociologia de La família**. México: La cultura econômica, 1980.

PASTORINI, Alejandra. As políticas sociais e o Serviço Social. Instrumentos de reversão ou manutenção das desigualdades? In: **A natureza do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneide. Centralização e exclusão social: duplo entrave à política de assistência social. In: **Revista Ser Social**. n. 3, julho a dezembro, UNB, 1998.

PERLMAN, Fredy. A reprodução da vida cotidiana.

PRATE, Jane Cruz. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana**. In: Revista Virtual Textos & Contexto, nº 2, 2003.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RIZZINI, Irene. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. Rio de Janeiro: Loyola, 2006.

_____ ; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.

SALES, Mione Apolinario. Políticas e direitos de crianças e adolescentes: entre o litígio e a tentação do consenso. In: SALES, Mione Apolinario, MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política Social, família e juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

SAMPIERI, Roberto Fernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1979.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na Prática a Teoria é Outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SERRA, Rose Mary Sousa. **A crise da materialidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Marcela Mary José. **A materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2012.

SILVA, Roberto. **Os filhos do Governo**: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1997.

SINGER, Peter. **Hegel**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SPINNATO, Andrea. **La partecipazione nella Convenzione dei fanciulli**. Milano: Rizzoli, 2009.

VELOSO, Fernando; VILLELA, Andrea; GIAMBIAGE, Fabio. Determinantes do milagre econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034. Acesso em : 10 setembro de 2012.

VERA, Asti Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre: Globo, 1976.

VOLIC, Catarina. **A preservação dos vínculos familiares: um estudo em abrigos**. São Paulo: PUC, 2006 (Dissertação de Mestrado).

VICENTE, Cenise Monte. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira, a base de tudo**. São Paulo, Cortez; Brasília: UNICEF, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Este é um convite para você participar da pesquisa *“O direito à Convivência Familiar de crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional: limites e desafios para a atuação do Assistente Social”*, coordenada pela professora orientadora _____, e segue as recomendações da resolução do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Essa pesquisa objetiva analisar a atuação dos assistentes sociais na efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento institucional no município de João Pessoa. É uma pesquisa crítica e qualitativa; a coleta de informações será realizada através uma entrevista estruturada onde o pesquisador lhe direcionará perguntas que você pode ou não responder.

Os riscos envolvidos com sua participação são: possíveis constrangimentos ou desconforto durante a entrevista, que serão minimizados através das seguintes providências:

- ◆ garantir que a privacidade do participante seja mantida;
- ◆ cautela na elaboração do roteiro de entrevista e
- ◆ na forma como as perguntas serão feitas durante a entrevista.

Ao participar desta pesquisa a Sr^a/Sr. não terá nenhum benefício direto, entretanto esperamos que este estudo traga informações importante sobre a atuação do profissional na Alta Complexidade, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa ajudar na metodologia de trabalho. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Você ficará com uma cópia deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para _____, no endereço _____ ou pelo telefone _____.

Nome do pesquisador

Endereço completo: Rua Dom Bosco 1296 - Cristo Redentor – João Pessoa

Cel.: (83) 88106705

E-mail: raffaella.canini@bol.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa do CCS/UFPB

Campos I – Cidade Universitária – Bloco Arnaldo Tavares – Sala 812 – 1º andar –
CCS

(83) 32167791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Declaro que compreendi os objetivos da pesquisa, “O direito à Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional: limites e desafios da atuação do Assistente Social”, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente desta.

Nome (por extenso)

Cidade/ ____ / 2012

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO CEP

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE**

Título: O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: limites e desafios da atuação do assistente social

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 05900712.0.0000.5188

Pesquisador: Raffaella Canini

Instituição: Centro de Ciência da Saúde

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 109.536

Data da Relatoria: 25/09/2012

Apresentação do projeto:

O presente projeto encontra-se bem estruturado, obedecendo todas as exigências necessárias para construção de uma pesquisa científica.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a atuação do assistente social na efetivação do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Objetivo Secundário:

Evidenciar o perfil técnico e político do assistente social que trabalha nas instituições de acolhimento para criança e adolescente; Identificar as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa dos assistentes sociais que atuam nas instituições de acolhimento; Apreender como os profissionais percebem a prática profissional na efetivação do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional; Apreender os desafios institucionais e políticos impostos à prática profissional do assistente social na efetivação do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos envolvidos na participação da pesquisa são: possíveis constrangimentos ou desconforto durante a entrevista, que serão minimizados através das seguintes providências: garantir que a privacidade do participante seja mantida; cautela na elaboração do roteiro de entrevista e na forma como as perguntas serão feitas durante a entrevista.

Benefícios:

Este estudo trará informações importante sobre a atuação do profissional na Alta Complexidade, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa ajudar na metodologia de trabalho. Ainda, pode oferecer uma contribuição ao repensar o papel da instrumentalidade na ação profissional, enfatizando a visão do profissional, sua ação interventiva e as concepções das bases teóricas que norteiam a profissão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um Projeto de Pesquisa egresso do Programa de Pós Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todas as solicitações propostas, no que diz respeito as pendências e lista de inadequações, foram atendidas na íntegra.

Recomendações:

Tendo em vista ao atendimento de todas as solicitações propostas, no que diz respeito as pendências e lista de inadequações, somos de parecer favorável a execução do presente projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Situação do Parecer:

Não

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

JOAO PESSOA, 27 de Setembro de 2012

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa